

MARIO GARNERO

A CORAGEM DA AMBIÇÃO

1ª EDIÇÃO

SÃO PAULO

EDITORA MM

2011

Copyright © 2011

Designer: M2BP Design

Coordenador: Luiz Paulo Bellini Júnior (M2BP)

Capa: Adriano Mattoso dos Anjos (M2BP)

Publicação: Editora MM Comunicação Integrada Ltda
(editora.mm@edmm.com.br)

Coleção de Fotos Históricas: Instituto de História e Geografia do Distrito Federal (IHG-DF) e arquivos pessoais de Fernando Menezes e Mario Garnero.

Pesquisa: Gilmar Pinton (Diretor).

Colaboração: José Aparecido Miguel (Editora MM)

É proibida a reprodução parcial ou total deste livro, sem autorização da Editora MM Comunicação Integrada Ltda.

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da UNICAMP /
Diretoria de Tratamento da Informação
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

G186j Kubitschek, Juscelino, 1902-1976.
JK : a coragem da ambição / Mario Garnero. –
Campinas, SP : Editora MM, 2011.

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. 2. Eleições – Brasil.
3. Brasil – Política e governo, 1951-1961. I. Título.

ISBN. 978-85-63063-03-8

CDD – 324.981
– 320.981065

Índices para Catálogo Sistemático

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976	320.981065
2. Eleições – Brasil	324.981
3. Brasil – Política e governo, 1951-1961	320.981065

Índice

Dedicatória	7
Agradecimento	9
Agradecimento Especial	11
Sobre o Autor	13
JK: O começo do fim	25
Introdução	29
A vida de JK sob o olhar de seus próximos	47
- A história de JK pelos retratos de sua vida	89
- Arquivos Fotográficos	105
Artigo: A Figura de JK	199
Artigo: JK e a coragem da ambição	201
Bibliografia	203

Dedicatória

À juventude, futuro do Brasil e peça motriz do desenvolvimento do País.

Agradecimento

Agradeço a todos que contribuíram com entrevistas, depoimentos, documentos, fotos. Agradeço também outras formas de contribuição, que possibilitaram concretizar esta obra.

A meu sempre amigo Juscelino Kubitschek (*in memoriam*), além de agradecer pelos seus ensinamentos, gostaria de deixar a mensagem de que este livro não tem como objetivo ser uma biografia. Não tem pretensão comercial, nem de *status*. Meu objetivo é relembrar momentos que, talvez, não tenham chegado ao conhecimento público; quero mostrar também as visões das pessoas mais próximas e da própria família, transformando tudo isso em um grande registro, para dar uma dimensão humana e atual ao trabalho de Juscelino.

Agradeço aos envolvidos diretamente na produção deste livro, Marcela Aparecida de Marcos, Marcos Prado Troyjo, Luiz Paulo Bellini Junior, Vera Loeb e Tatiana Cohen.

E também à minha mulher Teta, e aos meus filhos Mario Bernardo, Álvaro, Fernando e Pippo pelo apoio e amor incondicionais.

Agradecimento Especial

A Dona Sarah, Márcia e Maristela, que me acolheram em seus lares, permitindo-me aprender a vida com JK, minha gratidão e admiração.

Sobre o Autor

Por Aníbal Teixeira

Há na história aqueles momentos decisivos de que fala Stefan Zweig. Há também encontros históricos, situações e momento que promovem encontros de personalidades e sinergias.

No Brasil, duas personalidades por mim conhecidas tiveram a oportunidade e viabilizaram um encontro histórico. Falo de Juscelino Kubitschek e Mario Garnero. De um lado, o político; de outro, o jovem empresário.

Havia a geografia: um de Minas Gerais e outro de São Paulo, mas ambos sobrepondo a tudo o Brasil. Havia a idade: um na plenitude da maturidade e outro na juventude.

Origens e idade foram superadas. Os dois foram contemporâneos do futuro.

Quando eu fazia o Plano de Governo de JK para 1965, especialmente as 14 metas agrícolas, o Presidente chamou-me a sua casa e disse: “estive em São Paulo e conheci um jovem diferente.

É o Mario Garnero. Inteligente, articulado e idealista que, como eu, acredita no futuro”. E continuou, “Você sabe Aníbal, lá (São Paulo) nós tivemos 200 mil votos. Perdemos feio, inclusive para o Plínio Salgado. Agora é outra coisa. O nosso governo fez por todos, mas São Paulo multiplicou o recebido”.

E mais, “nas conversas com empresários e lideranças como o Garnero, sinto na pele o gosto da vitória. As

estatísticas e pesquisas me deram alegria e estímulo, mas o contato com o Mario foi muito além. Assim, quero que você procure o Mario Garnero. Com ele vamos às universidades agrícolas e aos produtores rurais”.

Mario Garnero tinha uma visão de propaganda e sugeriu um lema para a campanha, quando falei em dar ênfase à agricultura: o trator como símbolo e “Cinco anos de agricultura para 50 de fartura”, como *slogan*.

Atualmente, com a conquista do cerrado, adubos, tratores e caminhões, podemos dizer que o sonho de JK se tornou realidade. Dominamos o mercado de grãos. Temos lideranças na proteína animal, como frango, gado suíno e bovino. E ainda temos o etanol limpo para o abastecimento interno e bilhões de dólares em exportação.

Tudo isso começou lá atrás, com JK e Mario Garnero.

Sobre o Autor

Por Fernando Menezes

Tenho uma amizade com o Mario Garnero desde o começo da década de 1950.

Fizemos ginásio juntos no Colégio São Luís. Ele era briguento, mas sempre um grande amigo, muito leal e companheiro.

Uma feliz coincidência é que passamos a ser vizinhos a partir de 1950. Ele morava na Av. Higienópolis, e eu na Rua Itacolomi. Por isso, ele é meu amigo mais antigo, daqueles que a gente diz que são amigos “de longa data”.

Evidentemente, tivemos caminhos diferentes, mas passamos por muitas experiências juntos, inclusive na faculdade, já que cursamos Direito. Ele estava um ano à frente. Nessa época, nossa vida acadêmica foi muito intensa, e ele foi o melhor presidente de Centro Acadêmico que já vi. Eu o sucedi dois anos depois. Foi muito difícil, uma vez que ele foi um presidente excepcional, capaz de conferir uma nova imagem ao Centro Acadêmico 22 de Agosto, cuja sede também foi criada por ele.

Durante sua gestão, promovemos vários congressos e a Sudene foi criada por meio do trabalho efetuado pelo próprio Mario. Foi nessa época também que nasceu o I Ciclo do Nordeste. Apesar de ser ainda um jovem estudante, Mario Garnero já tinha muito prestígio com os governadores do Nordeste. Recebia sempre cartas de quase todos.

Quando Aluísio Alves tomou posse, em Natal (RN), Mario foi convidado para o evento, para discursar. Fui com ele e, ao chegarmos lá, logo pude notar o prestígio que ele tinha na região. Nessa época, Natal não possuía hotéis, mas o governador Aluísio queria recepcionar-nos da melhor maneira e providenciou um ótimo lugar para nos hospedarmos.

Mario também foi orador no Teatro Municipal, onde Aluísio Alves chegou a fazer-lhe uma referência maravilhosa, destacando-o como um dos jovens que mais haviam contribuído para o desenvolvimento do Nordeste naquela época.

Um fato relevante de que me lembro, relacionado à importância de Mario Garnero, foi o convite feito por ele a Francisco Julião (deputado de Pernambuco na ocasião), para ministrar uma palestra no 22 de Agosto. Essa palestra foi tão intensa, que deu origem ao Movimento Sem-Terra. As Ligas Camponesas, que surgiram em Pernambuco e foram chefiadas por Julião, constituíram a semente do movimento.

Mario e eu, juntos, fizemos nossa primeira viagem à Europa. Fomos ao Congresso da Suíça, e mais tarde nasceu o Instituto Nacional de Estudos Superiores, o INES, por meio do qual ele também fez vários movimentos, como a reforma eleitoral e estudos políticos.

Trabalhamos com Roberto Sodré, presidente da Assembléia: eu fui seu secretário na campanha pelo Senado, e Mario foi tesoureiro. Sodré era um grande amigo nosso e tínhamos com ele um relacionamento menos político que pessoal.

Uma pessoa muito importante com quem tínhamos proximidade foi o Gran Chanceler da Faculdade, Dom

Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que era o cardeal de São Paulo (um cardeal fantástico, que depois foi para a Aparecida do Norte). Ele era um homem totalmente apolítico, e adorava Mario Garnero. De vez em quando, nós íamos ao Palácio Episcopal, na Beneficência Portuguesa, tomar um lanche com Dom Carlos. Na época, os cardeais eram praticamente autoridades.

O elo entre Mario Garnero e Juscelino Kubitschek começa agora, pois Dom Carlos tinha muita identificação com JK, dada sua origem mineira, Diamantina, mesma cidade natal de Juscelino. Assim, é indispensável falar do Dom Carlos, pois foi ele que promoveu a aproximação de Mario com JK.

Cito Diamantina, porque, além de ser comum a Dom Carlos e Juscelino, é uma cidade cercada de montanhas, e JK sentia-se muito fechado nela. Daí vem sua obsessão por estradas, uma vez que ele achava ter ficado muito preso numa cidade repleta de montanhas e deveria expandir-se, literalmente. Ainda, foi Dom Carlos quem lhe sugeriu a construção da estrada Belém-Brasília. Vale lembrar que, sempre respeitando as tradições mineiras, quando vinha a São Paulo, Juscelino não deixava de comer um bom queijo com goiabada, ou mesmo um pão de queijo com Dom Carlos.

Em relação à aproximação de Mario com Juscelino, posso afirmar (por ter acompanhado de perto) que JK adorava o Mario. Lembro-me de um episódio no Rio de Janeiro (onde estivemos várias vezes), quando no Natal fomos cumprimentar Juscelino no apartamento dele (JK não era mais presidente, na ocasião) e o porteiro do prédio estava aos prantos, pois queria passar o Natal com a mãe,

que estava doente, mas não tinha dinheiro. Prontamente, Juscelino tirou do bolso um cheque e deu ele. Isso era uma característica impressionante do JK, um homem fantástico, com qualidades humanas excepcionais, sempre disposto a ajudar as pessoas necessitadas.

Juscelino gostava tanto do Mario, que o convidou para chefiar seu escritório em São Paulo, o qual foi montado por nós na Praça Dom José Gaspar, onde eu trabalhei como secretário e o Mario, como chefe. Nós cuidávamos da organização das vindas de JK a São Paulo. Não foi nada fácil, porque contávamos com a oposição dos “donos” do partido (PSD), principalmente do Auro Moura Andrade. Por isso, Mario teve de desenvolver esse trabalho e realizá-lo usando toda a capacidade que ele tinha, tanto intelectual quanto física.

A oposição de dentro do partido existia porque eles não viam com bons olhos que Mario desempenhasse seu papel sendo tão jovem, na época. Mesmo assim, Mario passou a comandar a política de JK em São Paulo. A administração dos mal-estares com o partido ficava por conta de Juscelino e Dom Carlos (em quem JK mais confiava), que esteve todo tempo ao lado do Mario. Tivemos muitos aborrecimentos nessa época, desgastantes.

Nós éramos jovens, recém-formados, e tínhamos de “lutar” com senadores, deputados federais antigos, homens calejados da política. Não foi uma tarefa simples. Nós ficamos nessa luta durante muito tempo. Em 1963, começamos a enfrentar uma série de dificuldades. Carlos Lacerda saiu candidato à presidência e era muito crítico, jogou uma boa parte da cidade de São Paulo contra o

Juscelino, e nós começamos a enfrentar dificuldades para arrecadar fundos, dentre outras coisas.

Mario lutava muito, porque tinha oposição dos próprios “donos” do partido, ao qual não éramos filiados.

Mas, Mario Garnero era o homem do Juscelino, tendo ligações apenas com ele, e não com o PSD. Nós trabalhávamos totalmente para JK, pela sua campanha, porque acreditávamos nele. Permanecemos ao lado do Juscelino até o dia de sua cassação. Naquela época, eu me lembro que saía de casa e dizia para o meu pai: não sei se vou voltar. Muitas vezes cheguei a sair com revólver na cintura.

Mario Garnero, grande amigo, além de fiel escudeiro de JK, é um homem que faz a diferença para o País que temos hoje. Além de possuir uma personalidade forte, é líder. Eu o admiro muito e ele merece o nosso respeito.

Sobre o Autor

Por Marcos Troyjo

Mario Garnero, a quem, carinhosamente, costumo chamar por Presidente, é um empresário do mundo. Graduado em Direito, é presidente do Conselho e CEO do Grupo Brasilinvest, presidente do Fórum das Américas e da Associação das Nações Unidas no Brasil. É uma das mais influentes lideranças do Brasil e da América Latina. Há mais de 30 anos atuando no setor privado, sua empresa possui amplo portfólio e já estruturou – juntamente com sócios e conselheiros de 26 países diferentes – projetos de investimentos no Brasil de mais de US\$ 4,7 bilhões.

O grupo que preside consolidou a montagem de dezenas de projetos econômicos e de assessoria empresarial, desde a transferência e nacionalização da ITT-Standard Electric S.A. e da NEC, na década de 80, até o assessoramento, nos anos 90, da nova estrutura societária da Cofap e da Bombril. Auxiliou ainda a reestruturação acionária da Fiat, a criação da unidade de *leasing* da Volkswagen do Brasil e de *rent-a-car* da Varig e Volkswagen.

Na área de agribusiness, assessorou o processo de instalação industrial da Boehringer, em Suape, Pernambuco, e participou de empreendimentos como a Celupa (Companhia Industrial de Celulose e Papel Guaíba) e Mellita.

No setor financeiro ou nas telecomunicações; na infraestrutura ou na geração de energia, o Brasilinvest,

pela liderança de Mario Garnero, tem sido peça fundamental na modernização da economia brasileira. Foi Mario Garnero quem fez o primeiro celular no Brasil, da NEC, e o primeiro computador brasileiro, da Labo. O grupo é pioneiro como agência privada de desenvolvimento, e hoje consolida sua posição entre os mais importantes Bancos de Negócios no Brasil.

Quando jovem, Garnero era um avançado estudante de direito da PUC-SP. Quando foi presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto, aproximou-se do presidente Juscelino Kubitschek, na volta do exílio. Da sua vinda a São Paulo, em 1961, até 1965, trabalhou junto com JK e tornaram-se amigos. Garnero frequentava sua casa e era tratado como membro da família. Conheceu JK por inteiro, o pai, o chefe de família e o estadista. Deixou-se influenciar por sua visão de país, e com ele aprendeu que só o progresso e desenvolvimento garantem uma voz forte no concerto das nações. Assim, Garnero teve em JK seu maior exemplo de homem público.

Desde cedo, Garnero foi ao mundo. Em 1964, nos Estados Unidos, sem avisar, bateu na porta do senador Bob Kennedy, convidando-o para vir ao Brasil. O convite foi aceito. A partir daí, uma sucessão de eventos internacionais fez de Garnero um *hub* de negócios no Brasil e o principal porta-voz empresarial brasileiro no exterior.

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, considera-o o Embaixador do Brasil no mundo. A mídia já o consagrou como o Chanceler informal do Brasil. Em 2005, organizou evento em Londres que reuniu o Príncipe Andrew, o ex-Presidente Bush, o Lorde Rothschild, a Dama de Ferro Margareth Thatcher, sheiks, ministros e

bilionários. Em 2007, em Nova York, repetiu a dose, reunindo algumas centenas de empresários de todo o mundo para falar sobre o Brasil, contando com a participação dos ex-presidentes Bush e Bill Clinton, Al Gore e de quase uma dezena de governadores brasileiros. Nesta mesma cidade, realiza, a cada dois anos, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

Como prova do bom relacionamento em nível mundial, Garnero tem uma agenda com mais de 15 mil contatos diversificados. É amigo do fenômeno Ronaldo e de Buzz Aldrin, que comandou a primeira missão a chegar à Lua, em 1969. Conversa regularmente com líderes europeus, árabes e chineses, com quem mantém uma interlocução para investimentos no Brasil e na América Latina. Mantém relação cordial com todos os ex-presidentes do Brasil. Nos anos 70, quando era presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), negociou com o Presidente Lula, que então estava à frente do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC.

O empresário também tem acesso privilegiado à cúpula política dos Estados Unidos. Amigo íntimo da família Bush, já participou de eventos na Casa Branca e no Rancho Crawford, reduto dela no estado do Texas. Garnero é convidado permanente das reuniões anuais do Partido Republicano, realizadas em Beaver Creek, no Colorado. E também circula entre os Democratas.

Palestrante convidado de inúmeras universidades brasileiras e estrangeiras, Garnero é autor de diversas publicações, no Brasil e no exterior, entre elas, seu último livro *O Lugar do Brasil no Mundo* (2008). Agraciado

com distinções das mais variadas ordens, foi eleito, em 1984, *Man of the year* pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, em 24 Nova York. Domina cinco idiomas e já morou em diversos países do mundo. Atualmente, divide as frequentes viagens internacionais com fins de semana na fazenda da família, no interior de São Paulo, e verões no Sul da França. Adora vinhos e tem a leitura como lazer preferido. É casado, tem 4 filhos e 5 netos.

Assim, todos que estiverem de posse deste livro encontrarão um conteúdo escrito por alguém mais do que capacitado para falar de Juscelino Kubitschek, alguém que o conheceu na intimidade, na política e na vida.

JK: O começo do fim

Por Carlos Heitor Cony

Trecho do diário inédito de Juscelino Kubitschek: "12 de setembro de 1974 - Faço hoje, incrivelmente, 72 anos. Sinto-me espiritualmente com a idade de 30.

Nenhuma ferrugem na alma nem na vontade. As declarações e os sofrimentos da revolução não conseguiram quebrar a fibra íntima. Sinto-me ainda capaz de grandes aventuras, tais como Brasília. Esta graça Deus conferiu-me. Se não me permite ver o mundo num halo de esperança, também não o fechou nas trevas da desilusão.

Compreendo os homens. São seres que não atingiram ainda o status profetizado por Teilhard de Chardin -a igualdade com Deus. Estão numa escalada que exigirá ainda milênios ou bilênios para chegarem ao aperfeiçoamento. Sei, portanto perdoar as falhas. De vez em quando uma ingratidão mais forte desequilibra a nossa crença. Com o tempo a refazemos. O dia foi absorvido por visitas. A notícia da presença de Juscelino Kubitschek já circulou pelo sertão. Até de 800 km vem gente me ver. Graças a Deus tenho este privilégio. A casa se encheu. Foi uma inauguração feliz -estaria eu alegre?"

A citação (e a dúvida) pertencem ao diário que Juscelino Kubitschek, a partir de 1970, começou a escrever. Datas nem sempre precisas, impressões, pequenos fatos do cotidiano que ele ia registrando com pressa, sem a

forma definitiva e cuidadosa a que se habituara. Mais tarde -pensava ele- esses apontamentos serviriam para ajudá-lo a escrever o último volume de suas memórias, tendo como tema principal o seu demorado exílio.

A referência a Teilhard de Chardin se explica. Em 1973, JK fizera um cursilho, espécie de retiro espiritual que o laicato católico divulgava em todo o mundo. Consistia na formação de pequenos grupos heterogêneos que durante uma semana viviam em comunidade, repartindo o mesmo dormitório ascético, o mesmo refeitório frugal, só se dividindo por ocasião das palestras em que prevaleciam as informações culturais de cada cursilhista. Juscelino fora aconselhado por amigos a tentar a experiência. No fundo, sentia que prática do recolhimento encontrava nele certa nostalgia dos tempos de seminário, quando fazia habitualmente os retiros regulares.

Agora, depois de ter vivido toda uma vida, a intimidade com o mundo espiritual, o diálogo com a própria alma, parecia-lhe interessante. Foi durante o cursilho que começou a ler Teilhard de Chardin, autor em moda nos anos 60. Mas Juscelino jamais seria um místico, muito menos um asceta. Daqueles dias de reclusão ficou-lhe, contudo, a ambivalência espiritual que justifica a interrogação final do trecho citado: estava feliz, mas estaria alegre? O certo, talvez, fosse o contrário: estava alegre, mas estaria feliz? Contudo, naquele 12 de setembro de 1974 ele podia estar feliz e alegre. Inaugurava a casa que mandara construir na "Fazendinha JK", alguns alqueires de terra em Luziânia, nas proximidades de Brasília.

Ao se despedir dos jornalistas, na véspera de entregar o governo da República a seu sucessor, Juscelino respondeu

prontamente à pergunta "O que deseja ser depois de ter sido presidente?": "Fazendeiro em Goiás", respondera Juscelino. Muitas águas, porém, se passaram em sua vida e na vida nacional, adiando aquele projeto. A esperança de retornar ao poder em 1965; a cassação do mandato de senador e dos direitos políticos em 1964, o longo exílio que tanto o maltratou, os inquéritos, a prisão, as calúnias, a ingratidão -enfim, como qualquer homem surpreendido pela reflexão, ele sentia que o destino armara suas tendas para fundar, nele, a "città dolente".

Mas havia, em seu temperamento inquieto, um sangue buliçoso demais para aceitar apaticamente o sofrimento, a depressão. E, de repente, mesmo sem informação ou sem motivo, ele dava a volta por cima e se sentia alegre (ou feliz) pelo bom dia recebido de um estranho, pelo céu imenso que cobria de azul o chão áspero do cerrado. Ele mesmo não se compreendia, às vezes. Não nascera para o lamento, a autocomiseração. Por pior que estivessem a barra e o berro lá fora, dentro de si encontrava o pretexto para continuar ele mesmo. Como poderia viver sem a sua própria companhia? (Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2011.)

Do jornalista, escritor e acadêmico Carlos Heitor Cony para Mario Garnero, depois de ler esta edição via computador: "Li na telinha o livro que você me mandou. Parabéns. Bem escrito e bem documentado. Pode usar o meu texto publicado na FSP: é uma honra para mim. Abraço afetuoso do Cony".

INTRODUÇÃO

Aqueles que me conhecem sabem que sou uma pessoa amigável, que não guarda mágoas. Aprendi isso quando era jovem, recém-saído da faculdade. Época em que pude trabalhar lado a lado, diariamente, com Juscelino Kubitschek. O objetivo maior era fazer valer todos os esforços possíveis para sua vitória na eleição de 1965. A História registrou o que aconteceu naquele ano, momento difícil na vida do Brasil.

Juscelino foi grande amigo e mentor. Era um homem de muitas virtudes, correto e justo. Sabia analisar os importantes temas de interesse do Brasil. Foi capaz de transformar sonhos em realidade. Iniciou um projeto de desenvolvimento para o País, do qual estamos colhendo frutos até hoje, 50 anos depois.

Assim, decidi prestar minha homenagem a esse diamantinense, apaixonado pelo Brasil. Pretendo, com este livro, não apenas contribuir para retomar sua história, mas também mostrar alguns episódios interessantes e, ao mesmo tempo, curiosos de pessoas que conviveram com JK. Ademais, quero trazer para estas páginas o depoimento daqueles que se inspiram em Juscelino e o reconhecem como pessoa de grande significado para o Brasil.

Um ponto que pretendo explorar relativo à vida de Juscelino é o que diz respeito à opinião de algumas pessoas quando associam JK à inflação e aos déficits orçamentários. Alguns chamam JK de “o pai da inflação”. Esse tópico, que discuto ao longo do livro, a partir de minha convicção e de pessoas que entrevistei, é um ponto que precisa ser bem esclarecido. É válido deixar, neste início, uma observação, que trata do assunto, feita por Lucas Lopes, em *Memórias do desenvolvimento* (1991), entre as páginas 295 e 297:

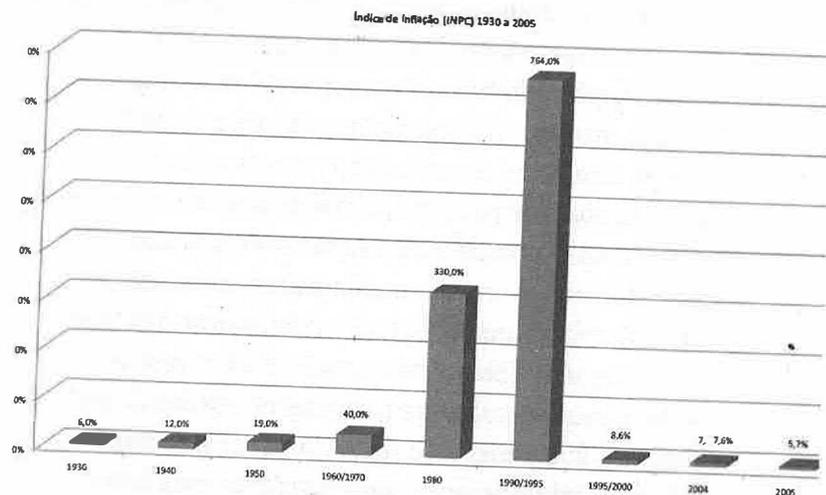
“Ele aceitou o desafio de viver sob um regime de inflação para ir mais longe nesses objetivos, mas hoje estou convencido de que sem o espírito aventureiro, construtivo, sem o espírito de luta de Juscelino, o Brasil não teria tido o choque de progresso que teve. O choque que Juscelino trouxe não está apenas nas metas cumpridas. Está no espírito que ele criou no Brasil. Todo o mundo queria ter a sua meta própria, a sua própria indústria. Uma pequena indústria do interior logo procurava saber o que fazer para progredir. Juscelino criou no país um clima de desenvolvimento econômico global. Suas metas básicas criaram um enorme sistema de indústrias capilares que cobriram o Brasil inteiro. Foi um momento muito bom o do governo JK” (...)

“A inflação é um fenômeno muito complexo. Hoje estamos vivendo um momento que poderíamos chamar de pré-hiperinflação, e não estão sendo construídas grandes obras. (...) Não há relacionamento direto entre obra e inflação.

É natural que um governo que se propõe fazer um programa de obras muito grande, sem renda adequada, que imprime papel-moeda ou abre créditos muito pesados para financiar suas obras, crie condições para o processo inflacionário vir a estabelecer-se. Mas o processo inflacionário, na verdade, é consequência de fatores políticos que muitas vezes não têm relação alguma com obras. Uma simples alteração irresponsável num índice de salário mínimo, por exemplo, pode jogar a inflação para o alto. Uma leve mudança irrealista da taxa de câmbio pode ser pretexto para o avanço da inflação. A inflação é sempre consequência de um conjunto de fatores que criam nos agentes econômicos a expectativa de que a inflação continuará a crescer. (...) Este é o fator importante, e que resulta de todo o mundo saber que o governo está gastando mais do que pode, está fazendo obras que não vão ter rentabilidade, está recorrendo a empréstimos externos que não vai poder pagar. Esse conjunto de erros cria condições de expectativa para um processo que pode, amanhã, converter-se em inflação, que é o resultado da expectativa de que o custo de amanhã será maior do que o de hoje. No governo JK houve inflação, mas não houve desinvestimento. (...) todo o mundo queria investir, porque acreditava no crescimento econômico. (...)

Conforme os argumentos de Lucas Lopes, houve certamente inflação no governo JK, assim como em qualquer outro. Entretanto, o fato é que a inflação da

década de 1950 foi menor que a dos períodos posteriores, até 1995. Isso fica claro na tabela abaixo: Nas palavras do próprio Juscelino, em seu livro *A marcha para o amanhecer* (1962), durante seu governo foram criados 400% a mais em bens de produção, enquanto, em sentido



inversamente proporcional, importavam-se cada vez menos equipamentos. Duplicou-se o índice de crescimento da economia e, relativamente a esse crescimento, caiu o índice percentual das emissões de papel moeda. Pela primeira vez, em nossa história econômica, logrou-se alcançar tal situação – passo fundamental para a extinção progressiva e segura da inflação e para a formação de capitais internos em bases próprias. A descontinuidade administrativa, entretanto, veio interceptar essa marcha, que iria processar-se de modo natural. Tomo a liberdade de aproveitar alguns trechos desse livro, entre as páginas

219 e 223, para manifestar o pensamento do próprio JK sobre a inflação e a análise que dela fez:

“Quero referir-me a outro tema de debates – o processo inflacionário que há várias décadas se vem desenvolvendo em nosso país, acentuando-se a partir de 1930. Até esse ano, dispúnhamos de uma fonte essencial de riqueza nacional: a exportação do café. Para este produto, cujo preço se elevava a partir de 1946, se iniciara uma fase de baixa precisamente quando entrava no mercado o aumento de produção, estimulado pelos preços antigos e que se atrasara devido às geadas havidas entre 53 e 55. Começava assim, por força de circunstâncias internacionais que escapavam ao nosso controle, uma era de declínio em nossas exportações, e com isso, tudo indicava que não haveria divisas para manter o nível das importações necessárias ao nosso desenvolvimento, que apresentava, de 48 a 54, a taxa de crescimento do produto real de 5,4% ao ano.”

“Com o abalo que se verificou no mercado internacional, houve uma baixa violenta nos preços e nas vendas. O Governo adquiriu os estoques e, com isso, propiciou aos cafeicultores recursos que passaram a ser empregados na indústria. Surgiu assim uma nova fonte de riquezas: a industrialização, que redundou numa elevação nos nossos índices econômicos. No período do meu governo, quando se inverteram os fatores que haviam favorecido a expansão anterior, delineando-se, conseqüentemente, a ameaça de crise, a taxa de crescimento foi de sete por cento ao ano. Apesar

desse aumento sem precedentes, as necessidades de importação permaneceram praticamente estacionárias. E isso ocorreu porque passamos a produzir internamente bens que antes éramos obrigados a importar.” (...)

“Demonstrei que, de 1950 a 1954, a expansão média anual de papel-moeda foi de 18,4 bilhões, enquanto no meu governo foi de 19,3 bilhões, o que representa basicamente a mesma ordem de magnitude. Indo mais longe, e comparando o valor total das emissões com o valor global do produto interno bruto, ambos na mesma moeda, acentuei que a emissão, como percentagem do produto, apresentou, no meu governo, a média de 1,58%. Pois bem, entre 1941 a 1945 a média foi de 2,8%, e, entre 1950 e 1954, foi de 2,03%.”

“Em seguida, observando a evolução da proporção guardada entre o produto nacional e o dinheiro existente no País – papel-moeda em poder do público somado aos depósitos à vista no sistema bancário – pude concluir que, durante o meu governo, a emissão e a expansão do crédito, somadas, representaram 26,34% do produto real, isto é, uma proporção muito menor do que em vários períodos anteriores, pois foi de 29,06% entre 1941 e 1945, e de 29% entre 1950 e 1954.”

“Insisto em ressaltar que esses números não foram contestados, nem poderiam sê-lo. Entretanto, não cessaram as acusações fáceis e irresponsáveis, com as quais não me preocupei, pois a obra de desenvolvimento não se destrói com palavras.”

Juscelino Kubitschek e sua equipe sabiam que estavam correndo um risco e calcularam isso. Mas

lançar a culpa em JK e nomeá-lo o “pai da inflação” é uma injustiça. Como afirma Lucas Lopes, a inflação é resultado de uma conjunção de fatores e não única e exclusivamente da emissão de papel moeda. Os fatores que levaram à pressão inflacionária no Brasil estão mais ligados à desconstrução do projeto de país do que a seu próprio governo.

Ou seja, a desconstrução do projeto de país ocorrida nos governos seguintes ao de JK foi o início da derrocada e da pressão inflacionária. Nesse período, o Brasil começou a viver um caos entre as lideranças civis. Foi justamente isto, o processo autofágico conduzido pelas lideranças civis do país, que levou ao regime militar (1964-1985).

O conjunto de eventos, ocorridos a partir da saída de JK, em 1961, até 31 de março de 1964, culminou, no dia 1º de abril, em um golpe de estado. O golpe de 64 aproveitou o momento de vácuo político, deixado pelo poder civil, e foi alimentado pelas paixões à flor da pele de basicamente três líderes, que levaram o país a um processo de comando militar. A liderança civil não estava preparada para opor-se, uma vez que já havia sido iniciado um movimento de tomada do poder.

Para a maioria dos militares, chamar o golpe de Revolução de 1964 associava-se à ideia de futuro, de esperança, de tempos melhores, promessas feitas ao povo, em vista da corrupção administrativa que alegavam existir. Esse golpe encerrou o governo do presidente João Goulart.

Em outras palavras, nos meses antecedentes ao 31 de março, Juscelino dispunha de uma popularidade de quase 70% do eleitorado e já era o candidato nominado

pelo PSD para a corrida presidencial das eleições de 1965. O segundo colocado era Ademar de Barros, com 18%, e o terceiro, Carlos Lacerda. Era entre esses homens que se partilhava o poder civil.

Os militares entenderam que uma guerra civil estava prestes a acontecer, já que JK tinha aproximadamente 70% das intenções de votos e os demais candidatos jamais permitiriam que ele chegasse novamente ao poder pelo processo democrático. Dessa maneira, estabeleceu-se um único objetivo: a cassação de Juscelino. Carlos Lacerda defendeu isso claramente, com apoio dos outros candidatos. Sobre Lacerda e sua personalidade, colhi depoimentos interessantes, que poderão ser lidos ao longo do livro.

O que os outros candidatos não sabiam é que eles mesmos colocaram uma corda no próprio pescoço. Juscelino até tentou uma aproximação com Lacerda, em janeiro de 64, por minha iniciativa no sentido de buscar uma coordenação política, como havia feito em São Paulo, com Franco Montoro e outras lideranças, para formar uma união em prol da democracia.

Depois de duas horas de reunião com Roberto de Abreu Sodré, presidente da Assembléia Legislativa e depois governador de São Paulo, coordenador da campanha de Lacerda em 65, fui levar JK ao aeroporto. Sodré comunicou a Carlos Lacerda a conversa que havíamos tido e falou-me: "diga ao Juscelino que vamos caminhar para um entendimento". No dia seguinte, de manhã, nos jornais, havia uma declaração de Carlos Lacerda, dizendo que JK era um ladrão e deveria ser cassado. Ou seja, Sodré, autorizado por Lacerda, disse uma coisa, e Lacerda, à noite, tornou pública outra.

Carlos Lacerda mostrou que não havia unidade, no sentido de estabelecer uma linha de controle pelo poder civil. Em São Paulo, a revolução já estava armando-se, tanto que Ademar de Barros disse, em uma das reuniões da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): "usem guarda-chuva, pois hoje vai chover canivete". Esse conjunto de fatores foi o ponto inicial da absoluta negação do poder civil por seus próprios líderes.

Voltemos ao propósito deste livro. Conheci JK depois de seu mandato presidencial, quando eu era presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto. Nesse ano, 1961, ele estava em Lisboa, e eu enviei-lhe uma carta, convidando-o para proferir uma palestra na PUC-SP. Juscelino pediu-me para encontrá-lo no Rio de Janeiro. Quando ele chegou, fui ao seu encontro, mas a dificuldade de chegar até ele era muito grande, pois havia uma carreata com umas cinco mil pessoas ao seu redor. Disfarcei-me de garçom e fui servir-lhe uma água mineral; tive, então, oportunidade de confirmar o convite.

Como presidente do CA, eu havia promovido o I Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, em janeiro de 1961, com a presença de todos os governadores de lá, bem como a Semana da Unidade Nacional. Meu objetivo era trazer à tona o debate sobre os problemas nacionais. Havíamos reunido muitas lideranças políticas e empresariais – e JK seria um nome obrigatório, pois tratava-se de um ex-Presidente da República, que, na ocasião, estava sendo freneticamente perseguido por Jânio Quadros. Assim, achei que era o momento oportuno para que ele se expressasse publicamente. Além disso, ele já havia dado

uma vez provas de caráter e de confiança em todos os sentidos, e achei que isso deveria ser reconhecido na área estudantil.

Então, quando Juscelino veio a São Paulo, organizamos uma missa em sua homenagem. Na saída, ele foi carregado nos ombros do povo, da porta da Catedral da Sé até o Jockey Clube, de ponta a ponta.

Recordando esses fatos, tenho a convicção de que JK fez prevalecer duas percepções que me marcaram: a ausência de mágoas e a visão de que o Brasil pode ser um país extremamente poderoso, forte. Se pensarmos que 50 anos na vida de uma nação correspondem a cinco anos na vida de uma pessoa, podemos entender por que o Brasil está “começando a acontecer” agora, a aparecer para o mundo. Não é coincidência. É resultado do trabalho feito lá atrás, por JK.

Depois que Juscelino esteve em São Paulo para a palestra, e da grande recepção que fizemos em sua chegada, ele julgou que eu e meus companheiros do Centro Acadêmico 22 de Agosto tínhamos boa capacidade de mobilização. Isso era fato, pois o CA sob nossa gestão tinha projeção nacional muito grande.

Após esse primeiro evento, continuamos a manter contato e tudo começou a fluir com naturalidade. Semanalmente eu ia ao Rio e Janeiro e sempre falava com Juscelino. Quando ele começou os preparativos para montar os projetos da campanha JK-65, o convite aconteceu, sem formalidades. Meus colegas, os mesmos que estavam comigo na época do Centro Acadêmico, e eu, montamos um plano para sua campanha em São Paulo, no final de 1961, e então tudo começou. Acabei

envolvendo-me profundamente na campanha e fui até o final, quando houve a cassação dele, em 1965.

Durante a campanha JK-65, pude conhecer pessoas realmente incríveis, fiz grandes amigos, que mantenho até hoje, e que fizeram questão de conversar comigo e participar, cada um à sua maneira, da realização deste livro. Uma dessas pessoas é o coronel Affonso Heliodoro, que atualmente guarda todas as memórias de JK, no Instituto de História e Geografia do Distrito Federal. É o autor de *JK: exemplo e desafio*, e presta as verdadeiras homenagens àquele que significou tanto para o Brasil.

O coronel Affonso foi um dos fiéis escudeiros de Juscelino durante muitos anos; era quem coordenava as coisas no chão. Quem acompanhava JK nas viagens era o coronel Dilermando Silva. E, lá em cima, no ar, também estava eu. Viajei muito com Juscelino, por todo o Brasil e para o exterior. Fomos à Itália, a Turim, para a Fiat, e a Roma, para o enterro do Papa João XXIII, em 3 de junho de 1963. Fomos aos Estados Unidos, principalmente para visitar universidades. O foco eram sempre as próximas eleições.

Voávamos em um Douglas DC3, da Varig, disponibilizado por Rubem Berta. Além disso, viajamos muito de carro pelo interior de São Paulo, cumprindo os compromissos de conferências, visitas a estudantes e forças religiosas.

Fizemos uma campanha muito forte em São Paulo, mapeando os problemas regionais e as lideranças. Depois, estendi-me um pouco para o Rio de Janeiro, agendando para JK muitas entrevistas em programas de televisão e fazendo as articulações políticas necessárias para a vitória.

Tudo indicava que ele, Juscelino Kubitschek, seria vitorioso em 65, mas, então, veio o golpe. Eu fui uma das poucas pessoas que estavam na casa de JK no dia da cassação. O processo de apoio civil a ele ruiu imediatamente.

Eu não imaginava que pudesse acontecer a ruptura do sistema democrático, até então muito bem estabelecido durante o governo de Juscelino. Embora o Brasil estivesse vivenciando muitos problemas na administração pública, todos achavam que o presidente Castelo Branco fosse manter as eleições. Tanto isso é verdade, que JK, como senador, à maneira de muitos outros, votou em Castelo, achando que ele fosse manter as eleições e assim as coisas voltariam ao normal. Mas não foi o que aconteceu. O poder civil estava esfacelado. Os militares se sentiram em um campo aberto para ficar; pois reinava a instabilidade civil.

Acordamos para a situação quando Juscelino foi o primeiro a ser cassado. Então já era tarde demais. A cassação de JK foi um ato simbólico, para mostrar que nova ordem estava imposta. E nessa nova ordem não haveria lugar para um esfacelamento do poder.

Tenho uma tese sobre esse período, embora não comprovada, pela qual muitos não querem se responsabilizar, por não terem participado do momento – o que acredito ser verdade: o Brasil estava caminhando para uma guerra civil, com certeza, e nós, como civis, devemos assumir que falhamos, que criamos todas as condições para o golpe de 64, para a ditadura.

Juscelino sofreu muito após esse episódio. Porém, mais do que isso, ele foi imensamente injustiçado. Tudo começou de forma branda, mas depois foi tomando

corpo, principalmente pela falta de resistência da opinião pública, das lideranças – que estavam caladas pela ditadura. JK, que poucos meses antes era o paradigma da democracia e do diálogo, foi transformado em inimigo número 1 da nação. Ora, quando alguém, mesmo sem motivos racionais ou comprovações, recebe esse título, até os cachorros mortos passam a uivar. Ou seja, todo mundo ficou contra ele, até mesmo aqueles que estiveram a seu lado durante anos – com raras exceções; há pessoas fiéis, sempre, em qualquer lugar. Antes de ser cassado, ele possuía dezenas – talvez milhares – de bajuladores. Depois da cassação estávamos cinco pessoas a seu lado, no máximo. Todos os outros haviam sumido.

Evidentemente, JK sofreu toda espécie de apedrejamento moral, de privações e de desrespeito. Passou dois meses prestando depoimentos sem pé nem cabeça. Chegava às 7 da manhã e ficava em pé até as 7 da noite, no quartel, com um sargento perguntando seu nome, pedindo-lhe para identificar-se. É difícil acreditar, mas é verdade. Eu mesmo tive a casa invadida, vasculhada.

Tudo o que aconteceu não tinha lógica. Sempre que há movimento de revolução, ou golpe, muita coisa perde o sentido. Passei por um episódio que corrobora essa insensatez.

Eu tinha um escritório na Rua XV de novembro. Às vezes, andávamos (Juscelino e eu) pelo centro de São Paulo. Nessas ocasiões, as pessoas corriam para falar com ele, para tocá-lo. O Viaduto do Chá se transformava em um amontoado de pessoas, por causa de JK. Depois que ele foi cassado, era impressionante como a reação era o oposto. Eu não tinha mais a companhia de Juscelino,

que estava no exílio, como um perseguido político, e as pessoas se afastavam de mim, atravessavam a rua só para não passar a meu lado, viravam o rosto para outro lado. Tudo isso para não ficarem próximas de alguém que conhecia JK, pois tinham medo de que algo também acontecesse com elas, caso falassem comigo. Afinal, eu era amigo do “inimigo número 1 da nação”.

Com isso, percebi que não havia mais caráter, havia somente a verdade dos homens. Infelizmente, a vida é assim.

A decepção de Juscelino com a situação política do Brasil era grande, não sei se por um sentimento de tristeza pessoal ou por não ter tido a oportunidade de terminar o trabalho que havia começado no primeiro mandato, entre 1956 e 1960. Afinal, JK era apaixonado pelo Brasil e queria continuar o projeto de crescimento da nação. Quando se é assim, mas não há possibilidade de fazer algo pelo país, o único sentimento que resta é de decepção e profunda tristeza.

Apesar de tudo, Juscelino tinha o maior respeito pelas pessoas. Qualquer um que fosse falar com ele era cortesmente recebido. Ele ensinou-me muito com sua capacidade de escutar. A afabilidade no trato era visível. Embora muitas vezes já houvesse tomado uma decisão contrária à da pessoa com quem estava conversando, ou tivesse de comunicar algo a um subordinado que possuía uma opinião divergente da sua, fazia isso de forma diplomática. Juscelino tinha capacidade única de amalgamar caráter e divergências.

Diferente de outros personagens políticos que conheci, ele tinha poucas arestas e não as cultivava. A afronta não durava mais do que uma noite de sono.

JK não guardava inimigo para o resto da vida. Isso eu aprendi com ele, e muito cedo: assim como Juscelino, não guardo mágoas dessa época.

Quando Juscelino Kubitschek nos deixou, em 1976, eu era presidente da Fundação Projeto Rondon, a qual estava atendendo 20 mil estudantes quando assumi. Quando a deixei, estávamos com 150 mil acadêmicos. Eu havia sido convidado para esse cargo pelo presidente Ernesto Geisel, e não recebia nenhum tipo de remuneração – era algo *pro bono*. Quando recebi a notícia, fiquei em choque, pois eu havia falado com JK dias antes. Havíamos combinado encontrarmos para irmos, juntos, a Brasília. Lembro que JK me disse: “Telefone para mim amanhã, ao meio dia, na casa do Adolfo Bloch”. Quando liguei, Bloch disse-me que Juscelino havia saído: “Ele não esperou e foi de automóvel”. O acidente aconteceu na Rodovia Presidente Dutra, no km 164, e ele morreu com o meu número de telefone no bolso. O enterro de Juscelino Kubitschek foi uma apoteose, reuniu um mar de pessoas, em plena ditadura.

Saudade. Sinto falta da pessoa que pensava alto, que tinha a ambição de transformar o Brasil em um país desenvolvido.

Falar de Juscelino Kubitschek é mais do que um prazer, é falar de uma parte rica da história do Brasil. Assim, não há como homenageá-lo, sem falar de sua vida, suas dificuldades, quando ainda era menino, em Diamantina.

Tudo começou quando Juscelino queria ser um dos melhores de sua sala, no colégio. Responsável, vaidoso e

inteligente, era assim que seus companheiros do primário o caracterizavam. JK superou desafios durante a faculdade de Medicina, que pagou com muito esforço e trabalho árduo, durante as madrugadas mineiras, digitando o código Morse, no emprego de telegrafista.

A história de Juscelino Kubitschek é digna de filme e de densas biografias. Do primeiro dia como prefeito, depois como governador, até assumir a presidência da República, passaram-se apenas 16 anos.

Tudo que JK fazia era realizado com atenção, disciplina e dedicação. Sempre teve vontade de construir algo grandioso, nos mesmos moldes das coisas que vivenciou em Paris, Berlim, Viena e outras capitais em que esteve, durante seu estágio como médico, na Europa. Juscelino percebeu como o mundo era grande e como muita coisa poderia ser feita para que o Brasil pudesse avançar.

Em suas próprias palavras:

“O Brasil possui enormes espaços vazios que podem e devem ser integrados na atividade econômica nacional. Seria infantil acreditar que grupos financeiros privados tomassem a iniciativa de um pioneirismo altruísta, criando núcleos de irradiação civilizadora nas imensas áreas não aproveitadas da Amazônia ou dos grandes estados do Oeste”.

Nas próximas páginas pode-se encontrar um conteúdo histórico e biográfico sobre JK, permeado de opiniões e depoimentos interessantes. Procurei reunir diversos livros, ensaios e artigos, e recheá-los com muita vivência pessoal

e histórias de outras pessoas. Em cada conversa e em cada material pesquisado, busquei traços da personalidade de JK.

Juscelino Kubitschek deu ao brasileiro mais de um motivo para acreditar que crescer era possível. Para o Brasil, JK mostrou que é possível fazer grandes as coisas nesse país.

Boa leitura!

“Não se pode medir a importância de um país pelo PIB, pela renda nacional per capita, e nem mesmo pelo nível tecnológico e científico. É preciso avaliar a sua capacidade de criação cultural radicalmente inovador”.

Mario Schenberg (Cassado pelo AI-5, em 1969)

1 - Para entender quem foi Lucas Lopes, leia a sinopse de *Sonho e Razão: Lucas Lopes o Planejador de JK* (Rodrigo Lopes, 2006): "...foi JK quem fez com que o Brasil perdesse seu complexo de vira-latas. O que quase ninguém sabe, porém, é como ele chegou lá. Uma das chaves para compreender seu extraordinário sucesso é conhecer o perfil de seu braço direito: o engenheiro Lucas Lopes, nascido em Ouro Preto. Sem ele, JK não teria realizado um governo marcante em Minas Gerais, fundado no Binômio Energia e Transportes. Também não teria realizado, no plano federal, '50 anos em cinco'. Nem colocado em prática o seu conhecido Programa de Metas - aliás, foi Lucas quem batizou com esse nome o plano de governo de JK".

2 - Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito, pelo Congresso Nacional, presidente da República, no dia 11 de abril de 1964, obtendo 361 votos contra 72 abstenções. O voto mais aplaudido foi de Juscelino Kubitschek. Castelo Branco foi eleito para terminar o mandato de cinco anos, iniciado por Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1961. Assim, deveria governar até 31 de janeiro de 1966. Porém, posteriormente, seu mandato foi prorrogado quando foram suspensas as eleições presidenciais previstas para 3 de outubro de 1965, por ocasião do Golpe Militar.

3 - Criado em 1967, o Projeto Rondon tinha como objetivo promover o contato de estudantes universitários com o interior do país. O objetivo era realizar atividades assistenciais em comunidades carentes e isoladas. Entre 1967 e 1989, quando foi extinto, o projeto envolveu mais de 350 mil estudantes de todas as regiões do País. Em 1970, o Projeto Rondon foi organizado como órgão autônomo da administração direta e, em 1975, transformado em Fundação Projeto Rondon. Após quinze anos da sua extinção, o Projeto Rondon foi retomado, reformulado e oficialmente relançado pelo Presidente Lula, em 19 de janeiro de 2005.

4 - Adolpho Bloch foi um dos mais importantes empresários da imprensa e televisão brasileira. Fundador da revista semanal *Manchete*, em 1952, e da *Rede Manchete*, em 1983 (hoje extinta). Um orgulho que Bloch tinha era a sua amizade com Juscelino Kubitschek, que o reconhecia como o amigo de todas as horas. A proximidade era tanta que, quando JK faleceu, Bloch pediu para que o corpo fosse velado no saguão do prédio-sede de sua editora, na Glória, no Rio de Janeiro.

A VIDA DE JK SOB O OLHAR DE SEUS PRÓXIMOS

Diamantina, Minas Gerais. A cidade dos diamantes, como o próprio nome sugere. O povoado das montanhas, pacato e paradoxal. A civilização do ouro pondo-se ao equilíbrio mineiro, ao estilo "mineirinho" de ser que hoje conhecemos. As Minas Gerais dos contos e romance criativos de Guimarães Rosa, das antíteses nos textos de Paulo Mendes Campos, do perfil antropológico de Carl Friedrich Philipp von Martius. As várias Minas Gerais. Esse é o ambiente de que emergiu o homem que presidiria a República brasileira, aceitaria o desafio de construir uma cidade – e torná-la a capital do país –, introduziria políticas desenvolvimentistas urgentes no Brasil, olharia para as secas no Nordeste, dançaria ao som da Bossa Nova, instauraria mudanças e, por elas, seria mundialmente conhecido, como o presidente Barack Obama, dos EUA, o reconheceu. Homem simples, que gostava de estar entre pessoas também simples. Que desde a infância tinha obsessão pelo progresso. Que fez pelo Brasil o que nenhum outro representante nacional ousou fazer. Neste ambiente, viveu Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek de Oliveira tinha em seu histórico familiar o cotidiano dos “cometas”, como eram chamados os caixeiros-viajantes do comércio. Tal era a atividade do pai, João César de Oliveira, e do avô, Teófilo Gomes de Oliveira.

Se por um lado a herança familiar paterna de Juscelino (conhecido como Nonô) era o ofício de cometa, por outro seu sobrenome evidenciava a ascendência tcheca. Bisneto de Jan Nepomusky Kubitschek, vulgo João Alemão, Nonô herdou da mãe, dona Júlia, o famoso sobrenome, que quer dizer “filho de Kuba” (versão interiorana de Jakub), nome atribuído aos homens da cidade e a altos funcionários. Como havia muitos “Kubas”, o mais jovem tornava-se Kubick, ou Kubazinho.

A política já estava na veia familiar da figura que presidiria a República brasileira, uma vez que o tio-avô de JK, o americanófilo João Nepomuceno, havia sido vice - presidente de Minas Gerais no final do século XIX. A ordem e a disciplina também compunham a personalidade de Juscelino, filho de professora recatada.

Dona Júlia formou-se na Escola Normal de Diamantina e chegou a dirigir uma escola pública no Arraial de Baixo, em 1895. Casou-se com o “cometa” em 17 de dezembro de 1898. Em 1900, deu à luz Eufрасina, que viveu apenas alguns meses. No ano seguinte, veio Maria da Conceição, a Naná, e posteriormente, em 1902, em 12 de setembro, nasceu Juscelino, cujo nome é uma homenagem ao pai de criação de João César e ao marido de sua tia Virgília, irmã mais velha de dona Júlia, chamado Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior.

Juscelino nasceu num sobrado na rua Direita. Quando criança, ficou sob os cuidados de uma filha de

escravos (dona Augusta de Generosa), libertada graças à Lei do Ventre Livre. Este dado reflete o período histórico referente à infância de JK, no qual a proibição do tráfico negreiro pela lei Eusébio de Queiroz, em 1850, consistia num ideário modernizador brasileiro.

Por influência do pai, o menino Nonô foi coroinha. João César veio a falecer em 10 de janeiro de 1905, acometido de tuberculose, deixando dona Júlia responsável pela casa e pelos filhos. Entretanto, embora tenha perdido cedo a referência paterna, Juscelino acreditava que sua personalidade fosse mais próxima à do pai do que à da comedia professora.

Figura que merece destaque no contexto histórico brasileiro acompanhado de perto por Nonô é João Pinheiro da Silva, que foi presidente do Estado mineiro em 1890, e, dentre outras atividades características de sua política de governo, defendia a escola técnica profissionalizante. Juscelino conheceu-o aos oito anos de idade, quando João Pinheiro visitou a escola onde dona Júlia lecionava. Havia notáveis semelhanças entre Pinheiro e JK: ambos nasceram na mesma região; descendiam de imigrantes; defendiam a liberdade religiosa e profissional, e haviam sido ideologicamente inspirados por Tiradentes.

A infância de Nonô, é prudente salientar, antecedeu à chegada da luz elétrica à cidade de Diamantina. Tal fato explica o fascínio do menino (e depois do Presidente) Juscelino pelas estradas e o deslumbramento com os transportes e a energia elétrica.

Afora a ânsia por modernização, o garoto Juscelino detestava álgebra e geometria, mas era apaixonado por livros. Tomou gosto pela leitura na época do seminário.

Estudou inglês e francês e, por influência do médico e ex-senador da Constituinte mineira, Álvaro Mata Machado, quis também cursar Medicina. O contato próximo com Álvaro Mata foi o pontapé inicial para que Juscelino optasse de vez por seguir a carreira de médico e sanitarista. Álvaro encorajou JK, ao dizer que o Brasil só iria para frente se estivesse nas mãos de um médico. Mal sabia que um dia o pequeno Juscelino viria a tornar-se um dos maiores presidentes que o Brasil já teve.

Em 1916, Juscelino conheceu José Maria Alkmin, que mais tarde seria Ministro da Fazenda. Dez anos depois deixou Diamantina.

Os políticos do final do século XIX, entre eles Crispim Jaques Bias Fortes, então presidente do Estado de Minas Gerais, transferiram o governo de Ouro Preto para Belo Horizonte. À semelhança – e talvez por inspiração deles –, Juscelino transferiu a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Era essa, segundo ele, a maneira de seguir a velha tradição dos bandeirantes: civilizar o país por meio da fundação de cidades.

A política mineira estava passando por uma fase de reformulação, na medida em que ecoava o som do modernismo. A Semana de 22 (de 11 a 17 de fevereiro), em São Paulo, a fundação do Partido Comunista e a revolta no Forte de Copacabana foram os acontecimentos marcantes do momento.

Em Belo Horizonte, para onde foi após deixar sua cidade natal, JK deparou com uma “visão de luxo”, pela primeira vez. Tratava-se de um açougue que, ironicamente, esbanjava limpeza (dados os azulejos brancos em seu interior).

Em dezembro de 1921, Juscelino prestou vestibular e entrou na faculdade de Medicina, tendo sido exemplo de dedicação ao crescimento pessoal, desde que ingressou no curso. Tinha conhecimento pleno de que, para poder estudar e tornar-se um grande homem, teria que batalhar e trabalhar muito, pois sua mãe não dispunha de condições para pagar-lhe os estudos universitários. Dessa maneira, além de estudar de manhã e à tarde, trabalhava madrugada adentro como telegrafista. “JK dormia nos intervalos das aulas, sempre protestando contra os barulhos que os amigos faziam. Era um jovem, igual e brincalhão”, conta o ourives Vito Ramos Couto, em um trecho no livro JK: o artista do impossível (Editora Objetiva, 2001). A personalidade de Juscelino revela alguém empreendedor, capaz de realizar qualquer sonho, sempre em busca da próxima conquista.

A rotina era cansativa: de dia, dedicava-se aos estudos; à noite, manipulava um telégrafo francês, o Baudot, além do código Morse.

À medida que tinha contato com o cotidiano médico – devendo, portanto, tratar com objetividade problemas dos pacientes – Juscelino ia incorporando essa prática a seu modo de agir, fato que marcou sua personalidade, também objetiva. Era visceral em suas tarefas, o que o levou a um colapso físico na ocasião dos exames preparatórios. Temeroso devido ao destino do pai, pensou ter contraído tuberculose. Não tinha.

É curioso que Juscelino, aos vinte e poucos anos, não demonstrasse muito entusiasmo pela política, ou pelo que se falava de “renovação cultural”. Não tinha tempo para conversas aqui e ali, o bom e velho papo-furado.

Seus amigos Pedro Nava e Odilon Behrens discutiam ferozmente sobre política e apoios partidários, mas JK achava tudo aquilo um tédio. Porém, bons historiadores, sociólogos e psicólogos tiram inferências desse distanciamento inicial de JK em relação à vida pública e de sua prática de profissional liberal. Nas enfermarias, e depois no consultório, ele teria aprendido a ouvir com objetividade, a entender os medos e desejos do interlocutor, a derrubar formalidades inúteis, sem perder tempo nem autoridade; a perscrutar e a diagnosticar. Juscelino costumava atribuir a psicologia da observação à paciência, à tolerância e à decisão inflexível de atingir um objetivo definido e necessário.

Ainda sobre sua não-vontade política, Claudio Bojunga define-o como “precariamente politizado”. Segundo Bojunga, Juscelino não costurava os acontecimentos da época, já que estava mais preocupado em ser um bom profissional, tanto para si, quanto para as pessoas. Até então, por volta dos 28 anos, JK acreditava na perenidade da mesmice política brasileira.

O primeiro contato direto de JK com uma eleição deu-se durante os preparativos para a formatura. Ele lutou por seus prediletos na escolha do paraninfo... e venceu. No campo da Medicina, sua primeira operação foi a amputação de uma perna. Aos poucos, ia fazendo carreira.

Antes da formatura, Juscelino conheceu a jovem Sarah Gomes de Lemos, fato que o fez permanecer em Belo Horizonte. Descobriu que ela era filha de Jaime Gomes de Souza Lemos, representante da Câmara dos Deputados da época.

JK era obstinado pelo desejo de conhecer coisas novas, desbravar outras culturas. Foi por isso, e também pelo sonho de estar em outro país, que Juscelino foi para a Europa, em 1929, aos 27 anos. A data coincidia com o ano da queda da Bolsa de Valores de Nova York. Como já sabia francês, aproveitou para estudar urologia (campo em que se especializou), porque os melhores livros dessa área eram escritos nesse idioma.

A realização de um estágio no exterior, tanto em Paris, quanto em Berlim, seria seu trunfo de sucesso pessoal e profissional. JK enfrentou opiniões contrárias, da parte de amigos e de familiares. Mas sabia que, estando fora do Brasil, veria e conheceria mais do que havia sonhado. Quantos jovens pobres, nascidos em Diamantina no início do século XX, poderiam galgar esse sucesso? JK ousou, como faria muitas vezes nas posições de prefeito, governador e presidente. Raspou suas economias, vendeu seu Ford – que tanto havia suado para comprar – fez empréstimo bancário e embarcou para a França. Arriscou e conseguiu.

Na França, frequentou a Alliance Française e o Hospital Cochin, que tinha um dos primeiros centros urológicos europeus. No país dos franceses, vivia economizando dinheiro. Embora fosse atraído pela boêmia, com ela não convivia de fato. Frequentava mais os cafés, e em um deles conheceu Cândido Portinari. Acompanhou de perto a Primeira Guerra Mundial.

Pode-se dizer que JK se enriqueceu muito culturalmente. Uma vez em Paris, fosse trabalhando, estudando ou passeando, pôde vivenciar outro mundo, mais desenvolvido, repleto de carros, luzes,

pessoas. Juscelino atribuiu ao encontro com a França a confirmação de sua vocação democrática e ratificou que a tirania e a violência eram efêmeras e inúteis. Anotou com admiração a resposta de Napoleão, quando lhe perguntaram qual havia sido sua mais gloriosa batalha: “O Código Civil”, dissera o imperador.

A viagem foi, de maneira geral, cercada por descobertas e pensamentos sobre a realidade brasileira. Em suas anotações, JK confirma o que mais viria a querer, em seu governo: “O Brasil possui enormes espaços vazios que podem e devem ser integrados na atividade econômica nacional. Seria infantil acreditar que grupos financeiros privados tomassem a iniciativa de um pioneirismo altruísta, criando núcleos de irradiação civilizadora nas imensas áreas não aproveitadas da Amazônia ou dos grandes estados do Oeste”. Mais tarde, JK confirmaria o que pensava, quando começou a construir estradas, a possibilitar a instalação de indústrias, a melhorar a saúde com a erradicação de endemias, e a ver que o Brasil podia muito mais do que sua população sonhava no início do século XX.

Durante uma passagem pelo Mediterrâneo, JK pôde constatar o atraso tecnológico latino-americano em relação aos Estados Unidos. Em 1922, cem anos após a Independência, os brasileiros faziam um balanço das conquistas alcançadas, envolvendo liberdade política, econômica e social. O fato é que o progresso era pífio. Passou-se a objetivar a centralização do poder, que foi assumido por Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930.

No início dos anos 1930, JK tinha ainda poucos conhecimentos políticos. Casou-se em 1931, um ano após reencontrar Sarah Lemos. O casamento colocava-o num campo favorável, já que uma característica importante do período era o status atribuído às alianças entre grupos de famílias mineiras vizinhas.

Em comparação a outros estados, Minas Gerais era menos dependente politicamente. Era a fase da República Velha. No contexto das alianças familiares e influências para cargos públicos, JK conheceu Gustavo Capanema, que, futuramente, teria participação direta em sua inserção política.

De um lado, o prestígio para os cargos públicos. De outro, as reivindicações trabalhistas, oriundas das medidas implementadas por Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”. Em 1932, a Revolução era o assunto mais discutido e os trabalhadores estavam começando a organizar-se para protestar por seus direitos. No entanto, essa parcela da população não protagonizou a Revolução Constitucionalista de 9 de julho, ocorrida em São Paulo, no mesmo ano. Ficaram também indiferentes à revolta mineiros e gaúchos, que não a apoiaram.

Juscelino Kubitschek foi para a frente de combate. Essa passagem é muito conhecida por aqueles que já leram a história de nosso querido presidente. Porém, ao escrever sobre ele, não posso deixar de comentar esse feito, em que JK não só confirmou sua bravura, mas também fez mais do que isso: naquela ocasião, como chefe do Hospital de Sangue, ratificou sua predestinação para salvar vidas e ouvir aqueles que estavam a seu lado.

Durante os dias de revolta, cuidou dos feridos, orientado pelo tenente-coronel Francisco de Campos Brandão. Teve, então, seu primeiro contato com a realidade de um conflito armado. Nessa etapa de sua vida, conheceu Alfredo Koba, capelão de campanha, e o coronel Eurico Gaspar Dutra.

Esses dias foram de muita dificuldade. Em meio ao combate, sem a possibilidade de oferecer a mesma qualidade de um hospital com base de pronto atendimento, JK foi capaz de reunir o que estava disponível e garantir uma boa estrutura para atender aos soldados feridos nas batalhas. Foi capaz de operar, tratar e dar assistência a todos os que necessitavam, dos casos mais simples aos mais graves. Seu desempenho na frente do combate foi precioso. A competente atuação possibilitou suporte a 1.037 pessoas, durante quase dois meses. Chegou a atender 40 pessoas em um único dia. Foi por isso que JK foi saudado como “o bisturi de ouro da política mineira”.

Surge, nesse período, a figura do mineiro Benedito Valadares, nomeado Interventor de Estado por Getúlio Vargas. Desde que ingressou na política, a convite de Valadares, JK foi tomando gosto pela coisa, permanecendo sempre fiel a seus valores mais profundos, de justiça e esperança. Juscelino recebeu lições de técnica política de diversas pessoas, dentre elas Antonio Carlos Andrada e Silva, “o homem que tirava as meias sem tirar os sapatos”. Manteve-se sempre cercado de boas relações com a nova geração de políticos intelectuais, foi hostil à politicagem e sempre adepto da revolução por meio da educação. E sobretudo foi, desde

o início, simpatizante dos mecanismos democráticos. Todas essas características estavam arraigadas em Juscelino desde a infância, porém ainda não haviam tido a oportunidade de desabrochar. A grande oportunidade bateu a sua porta, quando passou a ocupar a função de chefe de gabinete de Benedito Valadares. Mesmo sem ainda saber, esse foi o início da grande caminhada para o Planalto. Aos poucos, a carreira de médico ia deixando de ser prioridade.

O marco zero desse momento foi o Dia do Fico. Em suas próprias palavras: “É para mim um pesado drama de consciência, se vou entrar definitivamente na política, elegendo-me deputado federal, ou se volto a minha profissão de médico especializado, cujo escritório continua instalado. Benedito quer que eu me decida logo, começando por evocar a chefia política do município de Diamantina, acéfalo desde a morte do senador Olimpio Mourão e a renúncia de prefeito, Francisco Neto Motta. E continuando, para confirmar sua decisão: “Hoje é o ‘dia do fico’. Vou comunicar imediatamente ao Benedito e assumir desde já a política de Diamantina...”.

Em 1934, Juscelino foi apresentado a Vargas, em Petrópolis. A situação em Diamantina era calamitosa. Em abril, por intermédio de Benedito Valadares, JK se candidatou a deputado federal, obtendo maioria de votos. Porém, o período na Câmara (de 1934 a 1937) foi, segundo Cláudio Bojunga, “o mais apagado de sua trajetória política”.

Havia um antagonismo vigente: o regime oligárquico, de um lado, e a ameaça revolucionária, de outro. A Intentona Comunista deixara sua marca na

história: 19 mortos e 167 feridos, além dos milhares de militantes presos.

Benedito Valadares incumbiu JK de impedir que Diamantina sofresse influência das forças rivais. Nessa fase ficou marcado um traço na personalidade política de Juscelino: a disposição para “bater de porta em porta”, como então fez. Desse modo, conseguiu o apoio das camadas mais humildes da população. Entretanto ele, que seguia o ideal democrático, não conseguiu levar suas ideias a cabo, devido ao golpe de 10 de novembro. A liberdade de imprensa sofreu efeitos negativos; o povo era frequentemente subjugado pelas elites, sem possibilidade de exercer o papel decisivo que lhe cabia.

Vargas dissolveu os partidos políticos e proibiu organizações uniformes. Juscelino, cujo ideário democrático havia sido forçosamente abolido pela situação, voltou a exercer sua profissão de médico e adquiriu alguns bens, associando-se a Júlio Soares, dono de uma das maiores clínicas de Belo Horizonte. Com Getúlio, emergiam as características do Estado Novo, calcadas na industrialização e no nacionalismo exacerbado.

Em 18 de abril 1940, Juscelino, a convite de Benedito Valadares, assumiu a prefeitura de Belo Horizonte, embora continuasse, paralelamente, a exercer a profissão de médico. Era crítico quanto à candidatura de Vargas, que parecia ignorar Minas Gerais.

Valadares queria modernizar Belo Horizonte, começando por reformas na estrutura elétrica. Enquanto isso, JK queria levar a cabo o projeto de João Pinheiro, de criar uma nova capital que pudesse estar integrada às reformulações políticas.

Entretanto, foi aconselhado pelo antigo prefeito, José Osvaldo de Araújo, a não fazer grandes obras, uma vez que as contas do município estavam altas. Como uma característica de sua personalidade era a determinação, não deu ouvidos a Araújo.

Outra característica marcante da personalidade de JK era o fato de não gostar de perder tempo. Além disso, era audacioso e intuitivo. Frequentemente recebia críticas e objeções de que seus projetos eram inviáveis.

Belo Horizonte era palco para a burocracia e requeria mudanças. JK decidiu abrir seu Gabinete e dar espaço às reclamações que pudessem surgir. Desse modo, percebeu a necessidade de preparar a capital para os automóveis. Era preciso construir estradas. Financiou a reforma da principal avenida de Belo Horizonte, a Afonso Pena. Foi batizado de “prefeito furacão”.

Para falar sobre o mandato de JK na prefeitura de Belo Horizonte e sobre outros assuntos que também o envolvem, quero apresentar aqui um de meus entrevistados: Aristóteles Drummond.

Foi com muito prazer que conversei com meu grande amigo Aristóteles Drummond. Recordo-me, e aqui desejo deixar registrado, como forma de agradecimento, o dia em que convidei Ari (assim o chamo carinhosamente) para emitir um depoimento sobre Juscelino. Ele prontamente aceitou: “É claro, Mário. Mas considere que você virá ao Rio de Janeiro conceder uma entrevista em meu programa de TV, para falar desse projeto”. Fui, com muito orgulho e gratidão.

Na ocasião, o que deveria ser um programa de vinte minutos, transformou-se em dois programas

sequenciais, que foram ao ar nos dias 29 e 30 de julho de 2010. Como foi bom falar de Juscelino com uma pessoa culturalmente rica como Ari! Relembrei meus dias de juventude, a época em que presidi o Centro Acadêmico 22 de Agosto e convidei JK para palestrar na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Cada vez que converso com Aristóteles, fico ainda mais impressionado com sua inteligência. Desde que ingressou no jornalismo, em 1964, nos Diários Associados, ele não parou mais. Passou pelos jornais Estado de Minas e Jornal do Comércio, do Rio. Atualmente, apresenta programas de entrevistas da Rede Vida de Televisão, é debatedor da Rádio Catedral do Rio, desde 1993, e colaborador de diversas revistas, além de vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Além de todas essas credenciais, Ari é autor de diversos livros, dentre eles “A Revolução Conservadora” e “Um Conservador Integral”. Deste último tomei a liberdade de extrair alguns trechos muito interessantes sobre JK.

As ligações familiares de Aristóteles Drummond e Juscelino Kubitschek são antigas. Com menos de dez anos de idade, Aristóteles presenciou a posse de JK como prefeito da cidade de Belo Horizonte: acompanhava seu pai, Aristóteles Colombo Drummond, que conheceu JK no Rio de Janeiro, quando este era deputado por Minas Gerais.

Pela opinião de meu amigo Aristóteles sobre o mandato de JK como prefeito, vê-se que ele realmente tinha vocação política. Vem daí uma história muito curiosa, que tive o prazer de escutar de Ari. Juscelino entrou na política ao participar da revolução de 1932. Nessa ocasião, Dona Sarah disse-lhe que não se metesse

em política e cuidasse da própria vida. Porém, quando Valadares o convidou para ser prefeito de Belo Horizonte, Dona Sarah foi incisiva: “Político não, Juscelino, mas prefeito, pode”.

Na gestão de Juscelino, Belo Horizonte deixou de ser pacata. Ao contrário, começou a transformar-se e via-se cada vez mais a necessidade de adaptação à grande mudança estrutural que estava surgindo. Valadares não acompanhou as mudanças de perto, já que estava ocupado em acompanhar Vargas. Entretanto JK sabia que corria o risco de ser desaprovado por ele. Por isso, ultimou: se Benedito Valadares suspendesse as obras, ele, Juscelino, imediatamente pediria demissão do cargo. Em vez disso, porém, o interventor aprovou o empenho do prefeito que nomeara.

Juscelino transformou uma favela no bairro dos Industriários. Assim como batera de porta em porta, literalmente, para garantir o apoio popular, JK também fiscalizava as obras pessoalmente. Guimarães Rosa o definiu como “poeta da obra pública”. As obras eram conciliadas com as operações no Hospital Militar e a administração do Serviço de Urologia da Santa Casa.

Por achar que Belo Horizonte devia perder o ar provinciano, JK resolveu transformar a barragem da Pampulha em ponto turístico. Imaginou um lago artificial nas imediações da barragem, cuja construção já havia sido iniciada pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima. Abriu concurso para o aproveitamento da Pampulha, mas os projetos recebidos eram ruins. Foi então que conheceu Oscar Niemeyer.

JK pensava em construir um restaurante sobre a água, além de uma igreja. Expôs suas ideias a Niemeyer,

que imediatamente as anotou. Em visita ao quarto do arquiteto, no Grande Hotel, JK ficou fascinado com seus planos. Gostou principalmente da substituição de escadas por rampas.

Com a chegada do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, o talento do jovem Niemeyer desabrochou. O estilo dele era avesso ao passado: respirava novidade. Foi a partir da reforma da Pampulha que o maior arquiteto brasileiro começou a mostrar a que viera.

JK organizou a Sociedade Debates Culturais. Construiu em três dias uma avenida. Abria ruas, construía bairros. Começava a ficar popular. O projeto da Pampulha (que seria ligada a Belo Horizonte) entregue por Niemeyer era composto de um conjunto arquitetônico com quatro unidades: o iate clube, o cassino, a Casa do Baile e a igreja. Belo Horizonte ganhava o título de “cidade do asfalto”. JK construiu o bairro de Lourdes e promoveu a canalização, a limpeza pública e a extensão das redes de água potável, águas pluviais e esgotos. Construiu pontes sobre córregos, o cemitério Parque da Saudade e o Hospital Municipal, além de iniciar a construção do novo Teatro Municipal. Nessa época, sua esposa Sarah engravidou.

O espírito boêmio de Juscelino o entusiasmou a construir o cassino. Orgulhava-se em dizer que haveria dança e jogos no local. Levou Benedito Valadares à Pampulha e este ficou deslumbrado com o resultado. Em 23 de outubro de 1942, Sarah deu à luz Márcia. Mineiros se organizavam para promover um manifesto, exigindo a democratização brasileira. Era o histórico Manifesto dos Mineiros, que contou com o apoio de 91 personalidades.

Graças a sua simpatia por artistas e escritores, JK pôde promover a Exposição de Arquitetura Brasileira Antiga e Moderna de Coordenação dos Assuntos Interamericanos, instalada pelo Departamento de Arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova York.

Em maio de 1944, inaugurou a Semana de Arte Moderna mineira que, por comparação com a primeira Semana paulista, ficou conhecida como “Semaninha de Arte Moderna”.

Para o prefeito, uma cidade que nascera em meio ao progresso não poderia distanciar-se da sensibilidade contemporânea. Na opinião de Oswald de Andrade, “Minas estava concluindo o que São Paulo começara”.

JK aos poucos ia conquistando a simpatia dos modernistas, inclusive de José Lins do Rego, que escreveu um artigo a seu respeito, no qual chegou a dizer: “Rio de Janeiro, como Kubitscheck te faz falta!”. Vinicius de Moraes, a convite de JK, visitou Belo Horizonte em 1944. A visita resultou num artigo provocador, uma crítica publicada em O Jornal. Nela, o poeta encorajava os mineiros a se libertarem, a serem menos pacatos e mais questionadores. Minas precisava de arte. Em decorrência dessa crítica, foram criados o Museu Histórico de Belo Horizonte, o Paço das Artes e uma orquestra sinfônica. Belo Horizonte recebeu artistas como Tarsila do Amaral, Iberê Camargo, Di Cavalcanti, Milton da Costa, Anita Malfatti, Pancetti, Portinari e Lasar Segall. Do Rio, Samuel Wainer e Millor Fernandes. De São Paulo, Sérgio Milliet, Paulo Emílio Salles Gomes, Caio Prado Jr. e o polêmico Oswald de Andrade, que aproveitou os debates da Semana de 44 para fazer críticas ferrenhas à responsabilidade social dos escritores.

Depois da repercussão da Semaninha, JK criou uma escola de arte moderna, cujas aulas eram ministradas no Parque Municipal. A escola transformou-se em referência nacional e Mário de Andrade chegou a escrever sobre ela. O espírito modernizador de JK começava a afrontar a Igreja Católica conservadora da época.

Um antimodernista, Eduardo Frieiro, foi o pivô do afastamento definitivo de JK da Medicina. Frieiro sofreu uma crise de apendicite aguda e Juscelino operou-o na Santa Casa. Lá, Frieiro contraiu uma infecção. Sentindo-se culpado, Juscelino desistiu de ser médico. Deu-se, então, sua entrada definitiva para a política.

Belo Horizonte, antes cidadezinha provinciana, já se tornara a terceira capital do Brasil. Estourava a Segunda Guerra Mundial. O Brasil desempenhava o papel de fornecedor de material estratégico. Surge o projeto de enviar uma Força Expedicionária à Europa. O Brasil integrava-se ao sistema militar americano.

Benedito Valadares tentava convencer Getúlio Vargas a convocar uma Constituinte. Em 26 de janeiro de 1945, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores exigiu a liberdade de expressão, a volta à legalidade e as eleições livres. Interpelando a censura, o jornal Correio da Manhã publicou uma entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, na qual os planos políticos getulistas de prorrogação de mandatos foram denunciados. O Departamento de Imprensa e Propaganda não teve reação.

No início de abril, passou a funcionar a UDN (União Democrática Nacional), organização liberal que propunha o estado de direito. Integravam-na Otávio

Mangabeira, Artur Bernardes, Osvaldo Aranha, José Américo, Flores da Cunha, Juracy Magalhães, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Raul Pilla, Armando de Salles Oliveira e Júlio Prestes. Entre março e abril, Getúlio criou o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo o primeiro direitista e o segundo esquerdista. O voto era a principal preocupação do PSD.

O getulismo fortaleceu-se com o apoio de comunistas e trabalhistas. Segundo Amaral Peixoto, “Getúlio quis um partido dos trabalhadores, para que estes não se deixassem levar pelos comunistas”.

Desde o final de 1944, JK reunia forças favoráveis a sua candidatura. Em 1945, o Código Eleitoral obrigou a nacionalização dos partidos.

Juscelino fazia parte do PSD, que foi lançado em 8 de abril, no estádio que atualmente leva o nome de Valadares. Carlos Luz e Israel Pinheiro foram os escolhidos pelo interventor para representar Minas. No já conhecido “estilo JK” de bater de porta em porta, o partido ia firmando-se.

Valadares tentou convencer Eurico Gaspar Dutra a retirar sua candidatura. Em 30 de outubro, o poder foi entregue a José Linhares, ministro do Supremo. Ocupou o lugar de Benedito o desembargador Nísio Baptista, presidente do Tribunal de Justiça de Minas.

Em plena euforia de deposição do Estado Novo, JK foi vaiado por um grupo de estudantes na Confeitaria Celeste. Retribuiu o “gesto” ironicamente, perguntando se poderia juntar-se a eles.

JK gostava de estar em contato com pessoas humildes. Exemplo disso foi a ocasião em que almoçou

no barraco de um servidor da prefeitura, para a surpresa dos moradores do local. Mas o maior exemplo do contato com pessoas humildes talvez tenha sido a longa amizade com o motorista Geraldo Ribeiro (com o qual sofreria o fatal acidente de 1976).

Juscelino tornou-se dirigente do PSD, quando foi eleito deputado. Morava no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1945, numa passagem por Belo Horizonte, foi aclamado por uma multidão que gritava: “Juscelino para governador”.

A atuação de JK como constituinte, um ano mais tarde, foi tão inexpressiva quanto seu mandato em 1934.

Em 19 de setembro, com o apoio do PTB, Valadares emplacou o catarinense Nereu Lemos para vice-presidente da República. Carlos Luz era o candidato de Dutra, que tentara, em vão, persuadir Juscelino a apoiá-lo.

Em agosto, o advogado Júlio Ferreira de Carvalho foi nomeado interventor. Em junho de 1946, Márcia, filha de Juscelino, contraiu pneumonia e passou a ficar deprimida. Em 1947, o casal Kubitscheck adota uma criança, Maristela, para fazer companhia a Márcia. A menina, que tinha quatro anos na ocasião da adoção, tratava o casal por padrinho e madrinha, só passando a tratá-los por pai e mãe em 1957, quando JK, presidente da República, presenteou seus quinze anos com um decreto, permitindo que filhos adotivos tivessem direitos iguais aos dos legítimos. Hoje, Maristela é arquiteta e política, tendo concorrido a vice-governadora do Rio de Janeiro, nas eleições de 2006. Maristela e eu somos amigos de longa data! O depoimento dela sobre Juscelino não poderia faltar nestas páginas – até porque, com Rodrigo Lopes, ela foi a meu casamento com Ana Maria,

representando o próprio pai, meu padrinho, quando este estava no exílio.

Em algumas conversas por telefone, falamos sobre o fato de ser filha adotiva. Ela disse-me que nunca se sentiu insegura por isso e que é muito grata pela educação que recebeu dos pais. Contou que JK confiava em dona Sarah para educá-las (a ela e Márcia), e orgulhou-se dos valores que o pai presidente lhes ensinou: Meu pai vivia passando ensinamentos pra gente. Ele dizia que, mesmo que errássemos, sempre estaria do nosso lado. Aprendemos um princípio, que é o de sempre dizer a verdade, por mais dolorosa que possa ser. Mas ele era severo, não deixava a gente sair sozinha. Ficava sempre de plantão com a mamãe, até que a gente chegasse a casa, relembra Maristela.

Volto a falar de 1947. Getúlio Vargas ainda contava com o apoio dos trabalhadores, dos militares e de alguns setores da classe média, beneficiados com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1938.

JK considerava que, na primeira fase da era Vargas, houvera um populismo circunstancial, ajustado a uma realidade que exigia urgente alteração.

No período eleitoral, Getúlio elegeu-se senador por São Paulo, pelo Rio Grande do Sul e também por outros sete estados, seguindo o que a lei permitia. De modo surpreendente, foi o deputado federal mais votado em Belo Horizonte (à frente de Juscelino, que ficou em segundo lugar).

O planejamento econômico era o assunto vigente. Fraco no Brasil, apesar do aumento dos focos de industrialização, era necessidade, num país ainda visto como agrícola. Pretendia-se um aumento da produtividade,

inversamente proporcional à mão-de-obra disponível e aos investimentos que não davam lucro.

O estado mineiro era pobre e a iniciativa privada incapaz de produzir energia elétrica. Competia a Juscelino reverter o quadro. O esgotamento mineiro devia-se à falta de acesso ao mar, à estrutura comercial e financeira localizada fora do estado, à topografia, às deficiências dos transportes e à baixa fertilidade da terra. A centralização era necessária para promover o progresso econômico.

Em contato com as fronteiras continentais do Brasil, JK rememorou a saga do bandeirismo, lamentando o senso de fixação que faltou aos desbravadores. O Brasil tinha os problemas de Minas em escala continental. Era preciso, portanto, construir uma rede de estradas que ligasse os vários brasis desconectados. A industrialização, para JK, deveria ser o principal objetivo do governo. “No Brasil tudo é grande, menos o homem. Foi então que compreendi a importância de se ter a audácia para que o gigante pudesse ser despertado”, disse ele.

O PCB estava crescendo, com a alcunha de “partido das massas”. Em 1947, exibia a maior bancada na Assembléia do Distrito Federal.

As eleições de 1950 eram o foco dos partidos. JK preenchia os requisitos necessários para lançar-se como candidato a governador. Carlos Luz tinha desistido, havendo, portanto, dois candidatos do PSD: Juscelino e Bias Fortes. Bias Fortes era apoiado por Eurico Gaspar Dutra. Levava vantagem por ser mais velho e, evidentemente, também pela influência do amigo Dutra. Em contrapartida, uma divisão enfraquecia o partido.

JK fez campanha em Diamantina, expondo propostas em torno da criação de estradas, energia, educação, industrialização e agricultura. Precisava de um slogan. Optou por centrar-se em energia e transportes. O contexto era de um Brasil atrasado, campo fértil para a campanha de Juscelino. Teve sua candidatura homologada em 30 de julho. Falava de usinas, fábricas, hidrelétricas, escolas, ensino técnico e adubos, em contrapartida à propaganda de seu adversário Gabriel Passos.

Em encontro com Vargas, Juscelino deparou com um dilema: de um lado estava a possível recusa ao apoio do PTB, que poderia arruinar a diplomacia política; de outro, estava o próprio apoio petebista, que configuraria traição. Diante disso, propôs a Vargas a sucessão estadual, que foi acatada pelo ex-presidente.

JK não tinha medo de avião. Viajava frequentemente num Bonanza, até que, em 18 de setembro, a aeronave em que estava com sua comitiva teve de baixar vôo emergencialmente e passar entre duas montanhas. Foram cerca de 3 minutos de susto. O próprio JK conta que, na ocasião, gritou: “Se escapo dessa, estou eleito”. Escapou.

Getúlio reassumiu o poder. Juscelino era, então, o novo governador, com uma diferença de 170.578 votos sobre Gabriel Passos. Nomeou os amigos de longa data como secretários: José Maria Alkmin (Finanças), Pedro Braga (Interior) e Odilon Brehrens (Educação). A posse de Vargas e JK deu-se em 31 de janeiro de 1951.

Aristóteles Drummond opinou também sobre o período em que JK governou. Para ele, “Juscelino, quando governador de Minas Gerais, foi tão empreendedor como quando foi prefeito de Belo Horizonte”.

Juscelino era um político de ações. Levantava cedo e fazia ligações a secretários de Estado para tratar de assuntos administrativos, antes mesmo de chegar ao Palácio da Liberdade, pelo qual não tinha nenhum deslumbramento. Pelo contrário: temia que a atmosfera palaciana pudesse seduzir suas filhas.

A excentricidade do político era motivo de críticas da oposição, como estampavam os jornais. JK era incansável. Instalou uma mesa de trabalho no avião que substituiu seu antigo Bonanza. Ganhou o apelido de “governador a jato” e “peixe vivo”. Frequentemente varava a noite analisando projetos. Era extrovertido e tinha uma maneira própria de mostrar-se ressabiado, franzindo as expressivas sobrancelhas.

Conforme JK ia ascendendo politicamente, as interferências de Benedito Valadares diminuía—embora este tivesse continuado na liderança do PSD até 1965. O governo de Juscelino sintetizava-se no verbo “fazer”. Aboliu a enxada: queria o trator. Costumava ser afável com adversários ou mesmo com aqueles que pudessem tornar-se seus inimigos futuros. Dessa forma, mantinha-os a seu lado. Outro traço forte de sua personalidade era o fato de estar sempre atento. Dizia ser ele próprio sua agenda e procurava aproveitar todo o tempo que tinha da melhor maneira, isto é: trabalhando.

Minas, por sua vez, era o reflexo do atraso. O povo mineiro era triste; suas condições, precárias. Era preciso contar com o investimento estrangeiro, mas, acima de tudo, necessitava-se de ajuda do governo central.

JK gostava de políticas desenvolvimentistas e queria introduzir um capitalismo democrático. Sua ânsia

por desenvolvimento vinha da infância. No contexto mundial, os créditos oficiais, especialmente americanos, constituíam as únicas fontes de financiamento.

Enquanto o governo do presidente Vargas estava às voltas com projetos de construção de hidrelétricas, Juscelino já se organizava para fazê-las em Minas. No setor siderúrgico, JK enciumava-se com a instalação da Companhia de Siderurgia Nacional no Rio de Janeiro. Quanto ao sistema rodoviário, antes mesmo de assumir o governo, JK já pensava em reformulá-lo.

O progresso dava-se também em outros setores. Entre 1950 e 1952, foram criadas quatro fábricas de cimento, 120 postos de saúde, 137 escolas, 251 pontes, três faculdades, cinco conservatórios de música e uma escola de belas artes.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, com seu nacionalismo exacerbado, preocupava os udenistas. Historiadores críticos enxergavam uma falha na democracia da época. A inflação crescia e Getúlio não conseguiu manter relações exteriores. A produção industrial entrava em declínio. Surge a figura de João Goulart, o Jango, como herdeiro de Getúlio. As importações eram controladas, o que descontentava os setores ligados ao comércio exportador. O governo varguista sofria oposição ferrenha do jornalista e ex-comunista Carlos Lacerda. A imprensa nacional estava contra Vargas. JK, por sua vez, sofria severas críticas de um pequeno jornal, o Binômio.

Em 8 de fevereiro de 1954, um memorial assinado por 81 militares condenava, entre outras coisas, o aumento de 100% proposto para o salário

mínimo da época. Tal medida era considerada um demérito profissional pelos militares. Os planos de aumento salarial foram propostos por Jango. Após o episódio, Vargas o afastou, e, desde então, a relação de ambos esfriou.

O compromisso de seguir a Constituição, assumido por Vargas na segunda fase de seu governo, estava deixando-o deprimido. Era difícil conciliar sua política com a ordem democrática.

Em março de 1954, Carlos Lacerda denuncia negociações entre Vargas e o general argentino Perón, confirmadas pelo ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura. Getúlio Vargas começava a ser colocado na parede.

Uma irregularidade na Pampulha abalou Juscelino. Durante a Páscoa de 1954, um vazamento causou problemas na barragem. A polícia teve de esvaziar todas as casas do bairro. O caso foi acompanhado pela imprensa. JK acompanhou tudo intensamente por muitos dias. Numa terça-feira, aconteceu a tragédia: uma falha subterrânea fez que a barragem, enfim, se rompesse. Juscelino Kubitschek de Oliveira chorou.

Vargas costumava visitar Minas com certa frequência, o que agradava a Juscelino. Entretanto, o governador não suportava o comandante da escolta do presidente, Gregório Fortunato.

Em 1º de maio do mesmo ano, Vargas anunciou, no Rio de Janeiro, o aumento de 100% para o salário mínimo, legalmente confirmado pelo Supremo Tribunal Federal. Os empresários foram contrários à medida getulista e recorreram à Justiça. Além disso, o preço mínimo do café

aumentou e os Estados Unidos boicotaram a exportação brasileira do produto.

Carlos Lacerda continuava opondo-se veementemente a Vargas. Ao retornar de uma palestra, o jornalista foi atingido por tiros. Passado o episódio, as críticas a Getúlio tornaram-se ainda mais violentas e invadiram as mídias da época. Os comunistas também estavam contra Vargas, que era aconselhado a renunciar.

Juscelino havia convidado Getúlio para ir a Belo Horizonte para a inauguração da Mannesmann (conglomerado alemão que atua no setor siderúrgico), mas foi aconselhado a retirar o convite. Não o fez. Por outro lado, temia que o presidente fosse alvo de manifestações violentas. JK acionou a polícia mineira, para que escoltasse Vargas. Este chegou cabisbaixo. Sabia que seu fim se aproximava.

Em 13 de agosto de 1954, Alcino João do Nascimento foi detido pela Aeronáutica e acabou confessando ter sido contratado para assassinar Carlos Lacerda. Afonso Arinos de Melo Franco discursou contra Vargas, em tom inflamado.

O vice-presidente Café Filho sugeriu que os militares exigissem a renúncia de Vargas e a sua. Havia-se deixado seduzir por uma proposta udenista. Vargas via-se sozinho. Afirmava: “Daqui só sairei morto”. Suicidou-se dia 24 de agosto com um tiro no coração, deixando uma carta de testemunho.

O suicídio do presidente foi fatídico para a UDN. O povo saiu às ruas, entoando gritos de morte a Carlos Lacerda, Eduardo Gomes e Roberto Marinho.

No mesmo dia 24 de agosto, Café Filho assumiu a presidência. JK foi o único governador que compareceu ao velório de Vargas.

Com o suicídio de Vargas, a UDN continuava enxergando Juscelino como semelhante ao ex-presidente morto. JK era uma ameaça, uma vez que preenchia os requisitos necessários para ascender politicamente. Planejava-se pressioná-lo a partir do vice getulista, Café Filho, que mantinha relações com a UDN. Assim sendo, Café Filho convidou Juscelino para um encontro, no qual pediu a indicação de um mineiro para o Ministério. O indicado 70 foi Lucas Lopes, para o cargo de Ministro da Viação. É ele quem, em páginas posteriores deste livro, escreverá sobre a inflação no governo JK.

Permito-me acrescentar, já que chegamos ao período da morte de Getúlio, um pouco da análise de Aristóteles Drummond sobre o acontecimento. Ari disse-me que, em sua opinião, a morte de Vargas foi favorável a JK, por um motivo: Getúlio iria apoiar Ademar de Barros, por gratidão muito forte a tudo o que este já havia feito por ele, principalmente por tê-lo ajudado a eleger-se senador. Além disso, Danton Coelho, que era vice de Ademar, tinha recebido uma declaração de Getúlio que, conforme contou Ari, dizia o seguinte: "Danton Coelho, meu amigo certo das horas incertas!".

Considerando peculiaridades do governo de nosso estimado Juscelino, Aristóteles opina: JK fez diferente dos outros candidatos a presidente, em 1954, pois olhou para o interior do Brasil. O grande mérito dele foi ter conquistado dois grandes estados, Rio de Janeiro e São Paulo, que, até então, tinham seus líderes definidos.

Mas é necessário lembrar que JK foi eleito por causa de Minas e dos grotões. Fez diferente. Ele era o homem do progresso. É evidente que concordo com Ari, nesse e em tantos outros pontos, razão pela qual lhe destino esse espaço neste livro.

Continua Aristóteles: Acredito em dois grandes momentos do Brasil: um antes, outro depois de Getúlio, o qual fez que o país ficasse longe da guerra e neutralizasse os radicais, principalmente os comunistas. O Brasil só entrou na guerra no final, quando a fatura já estava liquidada. No caso de JK, também houve um antes e um depois: ele foi o homem que abriu a janela do Brasil para o mundo, para as multinacionais. De todas as que estão no Brasil hoje, a maioria veio na época do governo de JK. Além disso, JK abriu o país politicamente, acabou com o ódio. Deu esperança.

Antes de voltarmos a falar das alianças partidárias estabelecidas por JK, acho interessante dar mais detalhes sobre a agradável conversa com Aristóteles Drummond, que, como se percebe, esteve repleta de opiniões com as quais pactuo. Fato curioso de minha conversa com o Ari é que ele acredita, e justifica com muita facilidade, não ser contraditório concordar com as linhas políticas de Juscelino e, ao mesmo tempo, apoiar o Golpe de 1964. Disse-me ele: A Revolução fez muito pelo Brasil. Construiu o que praticamente temos em termos de energia, transportes e telecomunicações, além da reforma administrativa e anos de baixo índice de corrupção. Está aí minha aprovação, pois assim também fez JK. Entretanto, continua: Os militares também cometeram seus erros,

dentre os quais destaco a punição, sem justificativa, de um dos homens públicos mais queridos, que prestou grandes serviços a Minas e ao Brasil. Trata-se de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Resolvi escrever seu nome por completo, para nos lembrarmos por inteiro dele, pois, como já mencionei outras vezes neste livro, o que fizeram a JK naqueles tempos não se faz a alguém que tenha significado tanto de positivo para o Brasil. “O tempo mostrou a monstruosidade das acusações de corrupção, que lhe fez o grupo mais radical da UDN, pela vida modesta que o ex-presidente, sua viúva e suas filhas tiveram”, conta Aristóteles.

“Por isso, não existe nenhuma incoerência em apreciar JK e exaltar o movimento de 64, que, ao irromper, encontrou nossa economia no 46º lugar, e, ao terminar, entregou-a como a oitava”, afirma Ari. “Mas, nesses tempos de inversão de valores, querem os inimigos mais radicais de 64 apresentar-se como companheiros de JK, que nunca foi de esquerda, nunca apoiou movimentos armados e atos de violência”, continua Aristóteles.

Quando Juscelino era governador do Estado de Minas Gerais, a família de Aristóteles ficou mais ligada a ele. JK criou, a pedido de meu avô, Augusto de Lima Junior, historiador, a Medalha da Inconfidência; nomeou-o Chanceler da Ordem, encarregando-o de escrever o livro ‘Pequena história da Inconfidência Mineira’, clássico da historiografia de Minas Gerais, conta Ari.

Creio que os mais íntimos já conheçam esse trecho da vida de Aristóteles. Mas, para quem desconhece, saiba que seu apelido é Tote – e era dessa maneira que Juscelino o chamava: JK me chamava de Tote, apelido

familiar, nas vezes em que nos encontrávamos, quando eu acompanhava minha irmã mais velha, Heloísa, ao Palácio das Laranjeiras e aos eventos sociais, a que ela ia com Márcia e Maristela. A esses eventos compareciam também as primas Maria Lea e Mátria Beatriz, filhas de Carlos Vasconcellos. Esse ilustre mineiro de São João Del Rei, homem de forte caráter, era casado com Idalina, irmã de Dona Sarah e grande amiga de minha mãe.

Aristóteles confidenciou, em nossa conversa, que dois momentos com JK foram marcantes para ele. O primeiro foi quando estava acompanhando o deputado José Maria Alkmin a uma visita ao apartamento de Juscelino, na Avenida Vieira Souto, Rio de Janeiro, para assinar o Manifesto da Revolução de 64. Relata o seguinte: Eu, jovem repórter, fazendo política estudantil, ligado ao grupo conspirador liderado pelo almirante Sylvio Heck, sabia que a Revolução era iminente. Fiquei surpreso ao ver JK rir e dizer: ‘Ô Alkmin, você passou a andar com a UDN e a acreditar em golpe? O Jango vai ficar e vai ter de me apoiar’. Juscelino não tinha a malícia do político, era um sonhador. Depois, acompanhando-o ao longo da vida, percebi que ele era homem de visão, estadista, empreendedor ousado, e não político envolvido com articulações e conspirações.

O segundo encontro que marcou Ari deu-se no escritório de JK, no Banco Denasa. Diz ele: Quando fui para lá, acompanhando Geraldo França de Lima, fiel escudeiro de JK no ostracismo, tive a dimensão da figura humana de Juscelino, do homem sem mágoas ou ressentimentos.

Nessa ocasião, JK estava mostrando-lhes, a Aristóteles e a França Lima, algumas fotos de obras

de Mário Andreazza, em especial a Transamazônica, as quais recebera de Adolfo Bloch. Ari continua seu depoimento: Juscelino vibrava com o dinamismo do ministro de Emílio Garrastazu Médici, e foi então que eu perguntei se ele o conhecia. JK respondeu que não, e fez a seguinte brincadeira: 'a UDN, que está no poder e gostava de me chamar de louco pelas minhas obras ousadas, enlouqueceria, se eu tivesse tido um Andreazza deste no meu governo'.

Para Aristóteles, assim como para todos com quem conversei, JK, embora tenha sido injustiçado pela Revolução, nunca foi de esquerda e nunca foi corrupto. O maior problema foi Carlos Lacerda. Aristóteles continua seu depoimento: Nem os militares levavam estes dois adjetivos a sério. O maior problema era a pressão pessoal de Carlos Lacerda, que possuía personalidade muito forte. Era um sujeito fascinante, mas com um caráter duvidoso e uma ambição desenfreada. Seu objetivo era afastar qualquer possibilidade de JK ascender novamente ao poder, já que naquela época (1964), ele estava com algo em torno de 70% de aprovação popular.

E completa: JK conseguiu ser ao mesmo tempo um estadista e uma figura humana rica, interessante. Era alegre, simpático, cordial, gentil e otimista. Não era homem de falar mal dos outros e não guardava mágoas em seu coração. JK era o bom senso e a busca por resultados para o Brasil. De sua equipe saíram alguns de nossos mais importantes e bem preparados homens de ação, como Lucas Lopes, Roberto Campos, Israel Pinheiro e Negrão de Lima.

Mas voltemos a falar do cenário político em que JK se encontrava, para traçar o paralelo histórico com as entrevistas que me foram concedidas, as quais, reconhecamos, ilustram bem o panorama já conhecido historicamente. Os jovens pessedistas acreditavam que Juscelino Kubitschek fosse capaz de "desprovincianizar" o partido, por meio de um programa de desenvolvimento nacional. A chamada "ala moça" do PSD via no mineiro a esperança de um revolucionário.

A porta de entrada de Juscelino para o cargo era estabelecer uma aliança com o PTB. Sua campanha estava centrada nos progressos obtidos em Minas durante seu governo, principalmente derivado do binômio "energia e transportes". Banqueiros e donos de empreiteiras viam benefícios futuros na eleição de JK. Os primeiros, devido às políticas desenvolvimentistas em escala nacional; os últimos, por conta da iniciativa privada, do estímulo ao crédito e do investimento estrangeiro. O mesmo ocorria com pecuaristas e fazendeiros, beneficiados com o incremento dos transportes e o aumento do crédito agrícola. As promessas de Juscelino circundavam o combate à seca, bem como obras públicas, estradas e energia elétrica.

Carlos Lacerda passou a atacar JK, sob a acusação de violação constitucional, uma vez que Juscelino se havia lançado em campanha quando ainda era governador.

Café Filho, que estava no poder, temia que os militares tivessem vez na política. Propunha que abdicassem coletivamente, esperando que JK fizesse o mesmo. O velado ultimato do manifesto dos generais era: ou JK desistia, ou as Forças Armadas saíam dos quartéis.

Com a recusa de Juscelino, Café Filho tornou o documento público, lendo-o no programa de rádio *Hora do Brasil*. Juscelino respondeu, também publicamente, insinuando que o presidente estivesse mentindo ao afirmar que ele, JK, ficara de responder ao manifesto.

Benedito Valadares ficou indignado com a ousadia de Juscelino, que afirmava que as declarações e a pressão de Café Filho feriam a democracia nacional. A bravura do mineiro atraiu o apoio de muitos. Dentre os admiradores de seu gesto, estava Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, que foi colocado à disposição da candidatura de JK a partir de então.

A UDN não dispunha de muitos argumentos para aniquilar JK, já que seu projeto de levar energia elétrica para o estado de origem não poderia ser ignorado e muito menos combatido. Também não era possível acusá-lo de comunista, pois um dos traços marcantes de seu governo era o apoio à iniciativa privada. A única saída da oposição era relacionar Juscelino a Getúlio Vargas. Havia também as acusações de corrupção, em torno da venda de terrenos da prefeitura, por Sarah e Geraldo Lemos, seu irmão. Os udenistas, por sua vez, não tinham um candidato à altura de Juscelino, que era popular e conseguia cativar as massas.

Em viagem ao Rio de Janeiro, JK foi alertado sobre a conspiração dos udenistas e militares. Valadares parecia estar de acordo com a conspiração. Fato é que, há muito, não destinava mais seu apoio a JK – e agora lhe representava perigo.

O voto aberto foi aprovado. Diante disso, Juscelino levaria vantagem, já que seus partidários não teriam

como apunhalá-lo pelas costas (o que possivelmente ocorreria em caso de voto secreto).

O governador gaúcho, Perachi Barcelos, discursou contra JK, alegando ser ele um “candidato sem alianças”, descartando, assim, uma provável coligação com o PTB. Juscelino foi escolhido por maioria de votos para disputar a eleição presidencial.

O general Henrique Duffles Teixeira Lott proibiu declarações políticas da parte de oficiais do Exército. JK viajou ao Rio, para receber o apoio do Partido Social Trabalhista, que admitia formação de alianças no PTB, embora constituísse um grupo minoritário no partido.

O presidente petebista, Arthur Bernardes, declarou que estava comprometido com o PSD. JK encorajou o integralista Plínio Salgado a tornar-se candidato, para acabar com a pressão udenista de reformular a sucessão, caso apenas ele disputasse. Salgado aceitou e oficializou sua candidatura.

Benedito Valadares, enquanto isso, planejava fazer que o PSD elegesse outro candidato à sucessão, acreditando que Juscelino não conseguiria prosseguir sozinho. A UDN tentava a todo custo impedir a aliança entre PSD e PTB, mas Juscelino foi mais rápido e conseguiu seu intento. A aliança possibilitava o fortalecimento dos petebistas.

Contrariando o interesse de Benedito Valadares, Bias Fortes, cuja candidatura seria aprovada por Juscelino, viria a ser o escolhido para sucedê-lo no governo mineiro. João Goulart foi indicado para ser companheiro de chapa de Juscelino, e a candidatura foi oficializada, com Jango na vice-presidência.

No Sul, onde ocorreu o discurso oficial, JK falou estrategicamente sobre seu programa de desenvolvimento,

dando importância à Petrobras. O jornal de Paulo Bittencourt, que antes apoiava a candidatura Juscelino, retraiu-se a partir da relação entre JK e Jango e com o monopólio do petróleo, passando a desferir críticas, envolvendo os dois candidatos com uma ramificação religiosa udenista, o PDC.

Foi proposta a candidatura de Juarez Távora, que representava o tenentismo. Houve um movimento de 78 apoio a Távora em São Paulo. Ministros militares também passaram a apoiá-lo.

Durante seis meses, Juscelino percorreu o Brasil duas vezes: a primeira de abril a junho; a segunda, de agosto a outubro. Levava respostas sobre assuntos de interesse local, graças a estudos preparados por sua equipe no Rio. Sempre estava ao par dos problemas de determinadas regiões, conhecendo-os frequentemente melhor do que os próprios habitantes do lugar. Era incansável.

JK percorreu 205.307 km de trem, automóvel, lancha, navio e cavalo. Participou também de 100 programas de televisão, 300 mesas redondas e 500 entrevistas. Juscelino costumava ignorar opiniões contrárias a suas andanças, ainda que fossem para assegurar sua saúde.

A oposição tentou mais uma medida: exigiu de JK uma declaração de bens. Ele não recuou e providenciou o levantamento. Essa atitude, de quem não tinha nada a esconder, dava a impressão de que JK poderia fazer o país crescer da mesma maneira que ele, que viera “de baixo”. A oposição, insatisfeita, queria saber exatamente como Juscelino havia adquirido tais patrimônios e acusou o documento de mentiroso. Uma CPI foi pedida e JK alegou que aquilo era desmoralizante. A intenção dos

udenistas era provocar a desistência do candidato, que estava procurando defender-se.

Sobral Pinto, udenista que, ao contrário dos demais, foi contra a desmoralização de JK, escreveu a Café Filho, propondo punir os militares participantes do manifesto pela impugnação de Juscelino. O general Lott quis conversar pessoalmente com Sobral Pinto sobre o assunto e enfatizou a aceitação de Juarez Távora à candidatura presidencial.

Havia outro candidato, o prefeito de São Paulo, Ademar de Barros, que apoiara Vargas em 1950. Tinha como lema a frase: “Riqueza para todos”. Ele próprio era riquíssimo.

As chapas eram quatro: JK e Jango, com apoio do PSD, PTB, PR, PTN, PST e PRT; Juarez Távora e Milton Campos, com apoio dos udenistas; Ademar de Barros e Danton Coelho, apoiados pelo PSP, e Plínio Salgado, pelo PRP. Era um cenário amplo, de opções ideológicas plurais para a classe média emergente.

Lucas Lopes conhecia as falhas da administração federal e, consciente da luta contra a inflação, sugeriu a JK a elaboração de um plano de metas que adequasse necessidade e disponibilidade de recursos. Objetivava-se trabalhar o conhecido binômio de energia e transportes, bem como a industrialização de base, o planejamento urbano, a racionalização da agricultura e a preparação para o desenvolvimento. Em menor escala, preocupações com a questão trabalhista também estariam inclusas.

Os conhecimentos de Celso Furtado, especialista no desenvolvimento econômico, serviram como base para se pensar em medidas macroeconômicas e favorecer a organização do tal plano de metas.

Juscelino elegeu-se com um terço dos votos (33,8% de um total de 9.097.014 eleitores). Juarez Távora obteve 28,7% e Ademar de Barros, 24,4% dos votos. A chapa de JK e Jango venceu em doze capitais; Juscelino era mais forte no interior. A vitória havia-se dado, sem dúvida, devido à aliança com os petebistas. Na opinião de Carlos Lacerda, a vitória de Juscelino e Jango devia-se ao apoio comunista.

Por motivos de saúde, Café Filho teve de ser afastado. Assumiu a presidência Carlos Luz, que presidia a Câmara dos Deputados. Sua estada no poder tornou-se uma barreira para que, enfim, JK o assumisse. Ocorre que Luz, embora pertencesse ao PSD, fazia parte da ala do partido contrária a Juscelino, aliando-se, portanto, aos udenistas.

O general Lott punha-se a afirmar que não poderia submeter-se a um governo que não seguisse à risca a Constituição. Foi exonerado do cargo de Ministro da Guerra. Era o grande abalo da legalidade. As forças armadas caíram em mãos inimigas e o pânico se instalou. Mesmo assim, Lott agiu de acordo com seu cargo (e a favor da legalidade que tanto defendia), determinando o cerco do Palácio do Catete, além da ocupação dos quartéis e da sede da companhia telefônica, na madrugada de 11 de novembro.

Carlos Luz foi impedido de presidir a República. Café Filho, que estava hospitalizado, planejava retornar. Era o que Lott temia. Café Filho foi impedido de voltar. O caminho estava livre, então, para a presidência de Juscelino Kubitschek.

JK, empossado, viajou para a Inglaterra, Holanda, Bélgica, França, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. Os

Estados Unidos tiveram de ser retirados do roteiro, uma vez que, não tendo sido ainda proclamado presidente em caráter oficial, não poderia ficar hospedado na Blair House, na capital norte-americana, pois esta só hospedava governantes oficiais. Após viajar para nove países, justamente com o intuito de oficializar sua posse antes que a Justiça Eleitoral o fizesse, o jornal The New York Times a reconheceu em 4 de janeiro de 1956, num editorial. Assim, o presidente pôde ir aos Estados Unidos.

Juscelino foi recebido no aeroporto de Washington pelo vice-presidente americano, Richard Nixon. No dia 7, JK declarou interesse em promover melhorias no sistema de transportes brasileiro, criar corporações de capital estatal e particular, e manter a etrobras. Entre outros objetivos, queria facilitar os investimentos norte-americanos no Brasil.

Visitou também a Inglaterra e, no dia 12, comunicou seus planos para a abertura dos portos imediatamente após ser empossado. Passou pela Bélgica e foi à França, onde matou saudades do professor Maurice Chevassu.

JK tinha planos de, por meio do desenvolvimento econômico, acabar com a ameaça comunista. Encontrou-se na França com grandes empresários. Queria, de todo modo, atrair o investimento estrangeiro. No dia 15, desembarcou na Alemanha e, no dia 22, em Portugal, onde se encontrou com Antonio de Oliveira Salazar.

Juscelino estava livre da suspeita de nutrir ambições. Em momentos de conflito, conseguia identificar as necessidades e, principalmente, as possibilidades políticas. Confiava em si mesmo, mas precisava ser cauteloso. Era preciso diminuir o número

de “políticos tradicionais”, para que seu dinâmico programa de governo pudesse ser de fato eficaz.

O PSD estava no centro do poder, contando com quatro ministérios, a saber: Fazenda (Alkmin), Viação e presidência do GEIA-Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Lúcio Moreira), Relações Exteriores (José Carlos de Macedo Soares), Justiça (Nereu Ramos). Este último ajudou a pacificar o partido que estava no comando da política, financeira e economicamente.

O PTB tinha potencial empreguista, e isso não era bom aos olhos dos membros do PSD. Entretanto, o governo era poupado de tomar medidas repressivas no plano social, e Juscelino podia manter sob controle as organizações trabalhistas.

JK havia se afastado dos pessedistas tradicionais, porque estes o traíram, associando-se à UDN para impedir sua ascensão presidencial. O general Lott, depois de relutar, aceitou a oferta de permanecer no cargo que ocupava. A oferta foi feita devido à crença de que Lott seria capaz de disciplinar as Forças Armadas. Por sugestão de Tancredo Neves, Juscelino mantinha nas mãos dos militares assuntos referentes à segurança pública e à Petrobras.

JK era obstinado pelo desenvolvimento. Não seguia os ideais de Vargas, não queria restaurar a República Velha. Em vez disso, desejava criar uma classe média, política e econômica, que não sofresse influências udenistas, e propunha a social-democracia. Era um autêntico republicano e sabia tratar de negócios com maestria. Os partidos eram, na época, desorganizados.

Juscelino aboliu a censura à imprensa e pretendia acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro. Propunha a concentração do investimento estrangeiro nos setores básicos da indústria, bem como a ampliação de Volta Redonda e a expansão da Petrobras. Criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento, órgão que controlaria a economia e supervisionaria a aplicação das metas.

Para JK, a indústria pesada não se consolidaria por meio da livre iniciativa dos empresários. Era preciso que o Estado tivesse participação na questão.

A situação brasileira era precária, na ocasião da chegada de Juscelino à presidência, porque era muito difícil conciliar o Plano de Metas com a luta contra a inflação. Além disso, não havia mercado financeiro internacional importante. Houve controle dos fluxos de dinheiro e das taxas de câmbio. Desse modo, os países voltados para o mercado exportador subordinavam-se ao plano internacional.

A imagem de Juscelino na presidência era o reflexo da energia e da disposição. Conquistou a simpatia dos cariocas. Foi aplaudido no estádio do Maracanã.

Juscelino Kubitschek não parava, parecia não se cansar. Quando sentia sono, costumava cochilar durante quinze minutos e, depois, já estava pronto para dar continuidade a suas tarefas. Mas era proibido revelar que o presidente estava descansando, já que, para aqueles que não acompanhavam de perto sua rotina, “ele nunca dormia de dia”. O oficial de gabinete, Afonso Heliodoro dos Santos, que acompanhou a rotina de JK, conta que o presidente começava a trabalhar logo ao barbear-se. Era um madrugador. Mesmo aos sábados e domingos,

mantinha a rotina de Presidente da República. As audiências no Catete costumavam estender-se das seis da manhã às duas da tarde.

JK queria ser “eternamente jovem”, afastando quaisquer indícios de que estaria envelhecendo. Chegou a dizer: “Enquanto eu viver, até o último dia de minha vida, tomarei as medidas que julgar necessárias para tentar afastar de mim todos os vestígios do envelhecimento externo”. Afora isso, achava que a vida era curta demais para dar-se ao luxo de tirar férias.

Antes de dormir, costumava ler algum livro ou mesmo o discurso que proferiria no dia seguinte. A qualquer hora podia telefonar, solicitando que um de seus auxiliares o redigisse. Entretanto, quase sempre descartava a ajuda, embora a tenha agradecido sempre.

Gostava de manifestações de afeto, principalmente quando partiam de pessoas humildes. Emocionava-se facilmente. Por essa razão, ou seja, pelo trato natural com o povo, não se pode dizer que ele era populista.

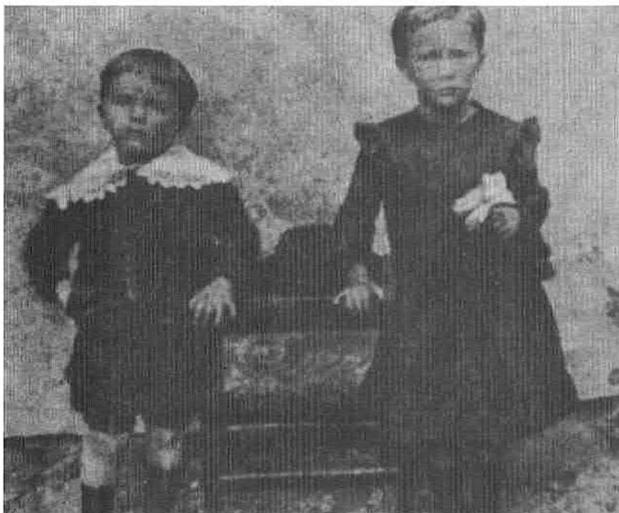
Antonio Houaiss, que havia trabalhado na documentação presidencial, descrevia JK como sistematizador e livre de preconceitos ideológicos. Tinha respeito e apreço por opiniões diversas e costumava incorporá-las a seu repertório.

Era notável sua avidez por conhecimento, embora não fosse homem de grandes leituras. Daí vinha seu gosto pela companhia de escritores.

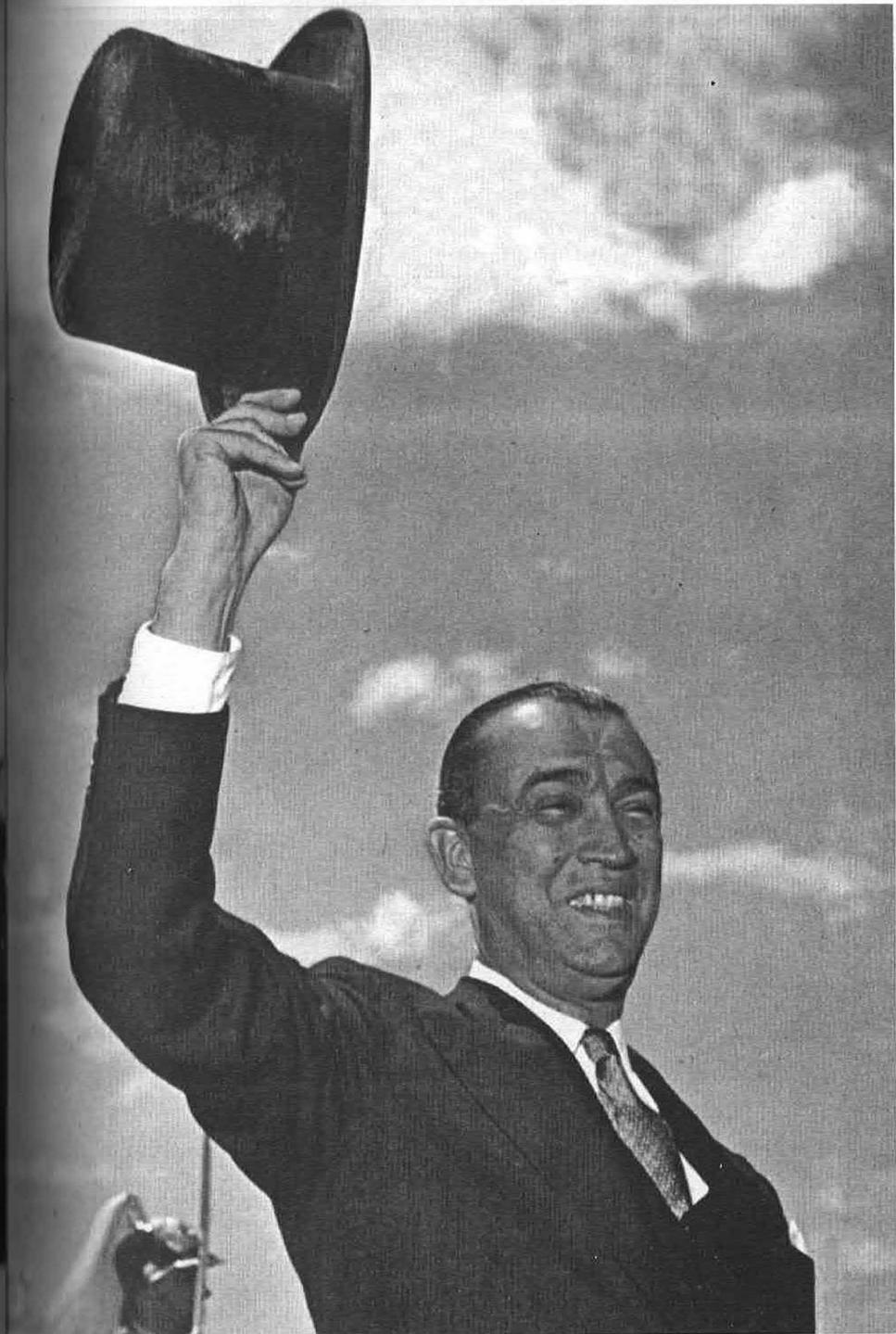
A HISTÓRIA DE JK

PELOS RETRATOS DA SUA VIDA.

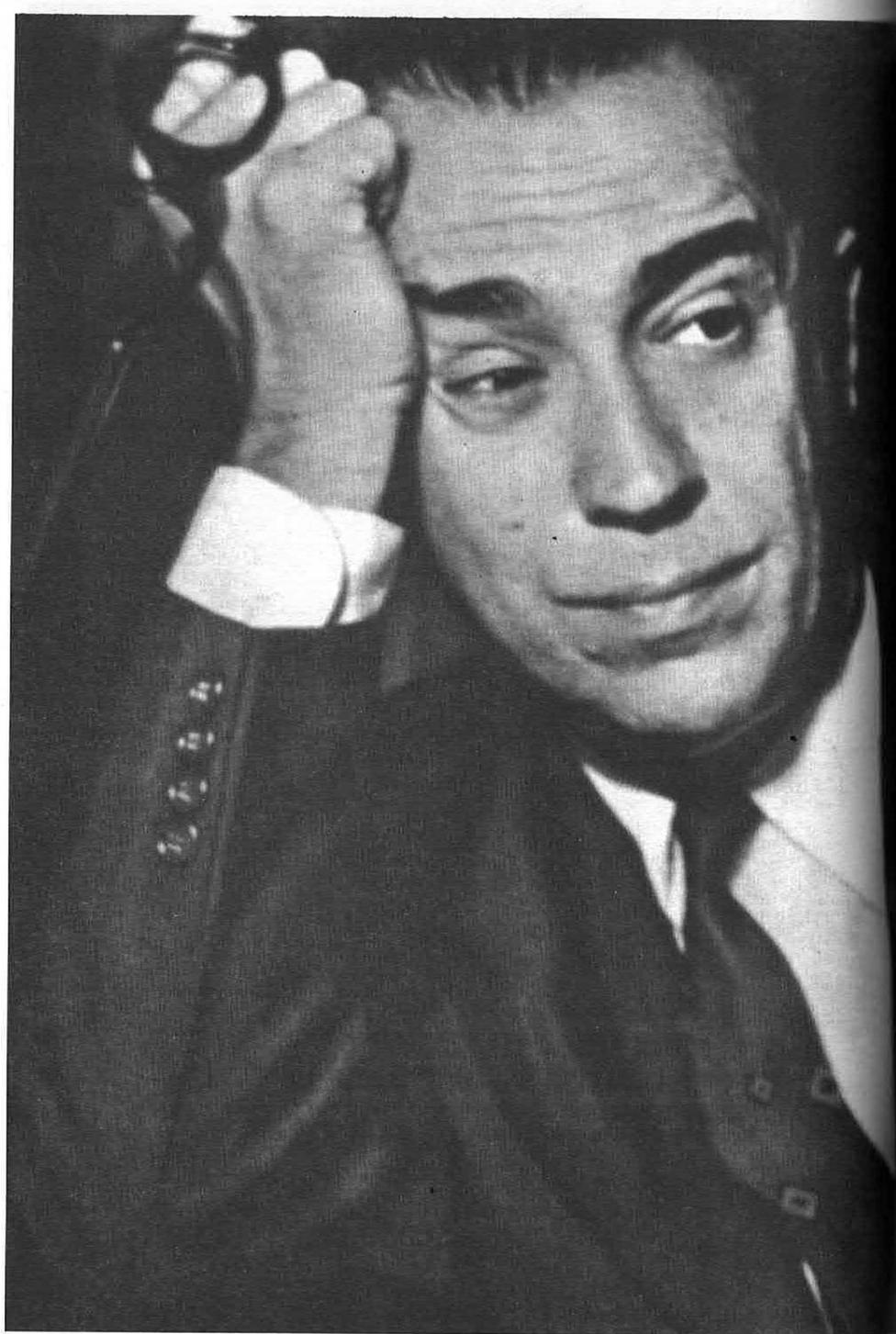
Fotos cedidas pelo Instituto de História e Geografia do Distrito Federal (IHG-DF).



JK na infância e quando jovem



Inauguração de Brasília



JK sendo carregado na Praça da Sé

Tomando Café no C.A 22 de Agosto



Despachando em São Paulo



JK em momentos particulares



Apresentando os resultados no final do governo



Posse como Presidente



JK ao lado de Jango em sua posse

Da esquerda para a direita: Rodrigo, Maristela, Márcia, Dona Sarah, Baldomero Barbara e netinhos



PUC: C.A 22 de Agosto

JK e Jango nos braços do povo



JK e Dona Julia



Sudene: JK com trabalhadores rurais no Nordeste



JK na Revolução de 1932



Marcia, Dona Sarah e Maristela com JK



JK atuando em sua profissão



Carnaval: às duas horas da manhã no baile do Municipal recebendo aplausos do público



JK: Pé-de-Valsa, com sua filha Maristela



JK com Coronel Affonso Heliodoro



JK na Fazenda em Luziânia, a 70 km do centro de Brasília



JK com a primeira Neta

Revolução de 1932 no Front de Batalha



Formatura

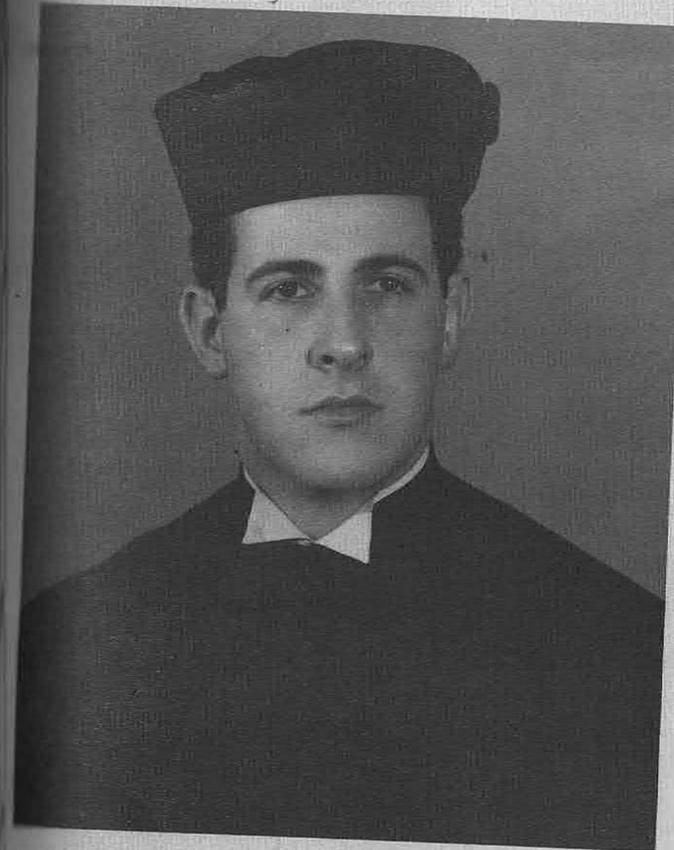
ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

JK, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Fernando Menezes e o Deputado Roberto Cardoso Alves



Fernando Menezes, JK e Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta entrando no C.A 22 de Agosto

HOMENAGEM

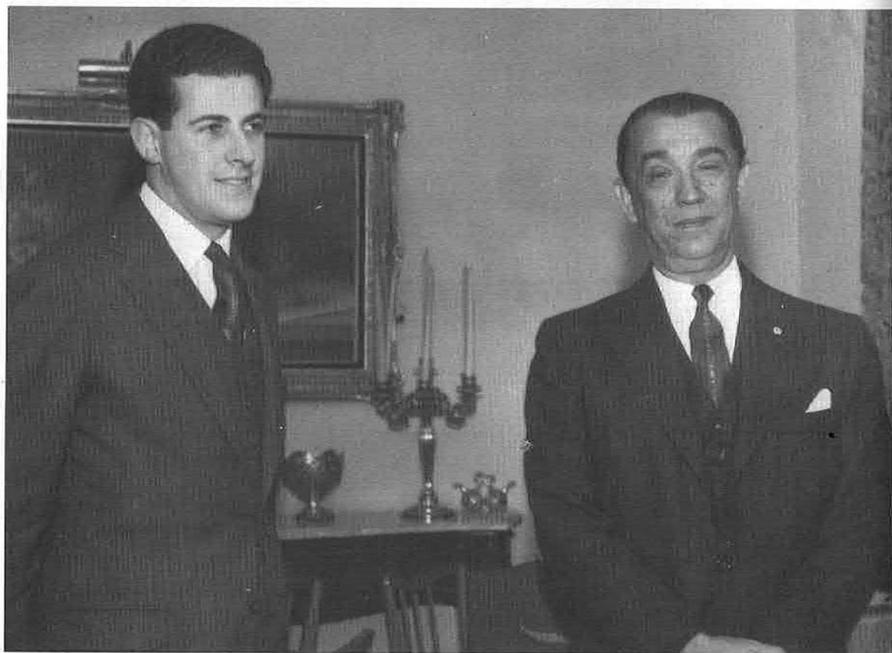


MÁRIO B. GARNERO

Os bacharelados de 1961 sentem-se orgulhosos de terem dado ao Centro Acadêmico 22 de Agosto o maior presidente de sua história.

Ao colega Mario Bernardo Garnero que, mercê de um trabalho prolífico e generoso à frente do nosso querido "22", tanto honrou e elevou o nome da turma a que pertence, a nossa homenagem e o nosso agradecimento.

*Ho meu caro
amigo Mario
Garnero, com
um abraço de
gratidão
Kubitschek*



JK com Mario Garnero em jantar na sua residência.



2º Ciclo de Estudos sobre Nordeste: Mario Garnero com o Presidente Tancredo Neves no C.A 22 de Agosto

Ciclo de Integração do Nordeste; criação da COPENE — Comissão Permanente de Estudos sobre o Nordeste; palestra do sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, abordando a regulamentação da lei de revisão agrária; palestra do sr. Castro Neves a respeito do direito de greve; conferência do sr. Fernando Ferrari sobre a renovação do Trabalhismo; palestra do prof. Américo Campiglia, versando sobre a Instrução 204 da SUMOC; palestra do sr. Ulisses Guimarães, a respeito da Lei do Rádio; mesa redonda sobre o problema cubano; semana de estudos de descentralização da Justiça; realização de um júri simulado; conferência do sr. Juscelino Kubitschek a respeito do tema "Desenvolvimentismo".

No setor social, o Centro Acadêmico "22 de Agosto" realizou o Baile do Calouro, no Fesana, além de reuniões de caráter dominical. No setor assistencial, estão preparando o Natal nos tuberculosos do Hospital do Mandaguá. Informou-nos o entrevistado que o Centro obtive sua inscrição no Serviço Social do Estado, e que no segundo semestre irá intensificar a ação assistencial do Centro que dirige. Adiantou-nos que já está programado para o dia 7 de agosto o início de uma semana de estudos sobre o problema do menor, ocasião em que juntamente com o diretor do Serviço Social de Menores, sr. Mario Alvenfelder Silva, estudarão um modo de auxiliar esse importante setor.

Em relação ao Departamento de Assistência Judiciária — disse-nos que o secretário da Justiça e Negócios da Prefeitura, sr. Plínio de Arzede Sampaio, prometeu uma sala para o C.A. ampliar o Departamento de Assistência Judiciária e que tão logo se concretize a promessa o Centro irá desenvolver tal setor.



Plagante apontado por ocasião da visita de nossa reportagem às novas instalações do C. A. "22 de Agosto", vende-se os acadêmicos Mario Garnero e Fernando Menezes, respectivamente presidente e vice-presidente.

Os órgãos autônomos do C. A., igualmente se movimentam de forma extraordinária, tendo realizado inúmeras programações para o segundo semestre, além de terem cumprido um rol de atividades no semestre findo.

Sector que mereceu especial atenção do entrevistado: foi o relacionado com a Biblioteca Circulante "22 de Agosto". Disse-nos que em apenas 10 meses a Biblioteca Acadêmica Carolina Maria Jorge,

organizou a maior biblioteca circulante existente em faculdades não oficiais. Esclareceu-nos que conta a biblioteca atualmente com cerca de 2.500 volumes, somente de livros jurídicos.

CENÁRIO POLÍTICO ESTUDANTIL

Sobre a posição do Centro Acadêmico "22 de Agosto" no cenário político estudantil, respondem-nos o acadêmico Garnero:

— Nossa posição tem sido sempre a de buscar soluções para os problemas nacionais, através do debate esclarecido e desapassionado, sob as luzes essas de comum entendimento nossas, isto é, soluções bem brasileiras. Cremas que a mudança de momento de uma reformulação da política adotada pelas entidades de cúpula estudantis que devem voltar suas vistas para as atitudes de nosso povo, para procura de rumos autenticamente nacionalistas e cristãos, no sentido são e arejado que estas palavras encerram e não apenas na visão utópica que delas se têm, pedra de toque que tem sido de campanhas demagógicas. Todas essas falsas posições levaram as entidades a representar apenas as fúrias e o pensamento de um pequeno grupo de elementos de um mesmo grupo, provocando um total desinteresse da base estudantil, que não participa. Temos de lembrar, finalmente, o pecado de missão de tal base, da maioria dos acadêmicos, que, assim agindo, favorece a manutenção dessa minoria.

"SEMANA DO 22"

Por último, adiantou-nos que no próximo mês de agosto serão realizadas as festividades comemorativas do décimo quinto aniversário da instalação da Universidade Católica. O "22 de Agosto" programou uma série de realizações dentre as quais se destaca a inauguração da nova sede, localizada à rua Monte Alegre, 977, sendo que na ocasião será outorgado ao governador do Estado o título de socio benemérito do C. A. "22 de Agosto". Disse-nos que já foi endereçado convite ao presidente Jânio Quadros para presidir as solenidades de inauguração da nova sede. Ainda como parte das festividades comemorativas programou-se um ciclo de estudos sobre a unidade nacional, com a participação de vários

Unidade Nacional: Kubitschek deu seqüência ao Ciclo

O senador Juscelino Kubitschek cumpriu ontem extenso programa nesta Capital, onde chegou cerca das 10 horas. Do aeroporto o senador por Goiás seguiu diretamente para a Faculdade Paulista de Direito, onde pronunciou conferência, de acordo com o programa do Ciclo da Unidade Nacional e Planejamento de Governo provido pelo Centro Acadêmico "22 de Agosto". O antigo presidente da República participou depois de almoço oferecido pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, saudando na ocasião o sr. Sven Af Gellerstam, ministro sueco ora em visita ao País. Na parte da tarde, manteve contatos com representantes de pais-membros do Mercado Comum Europeu e das classes produtoras de São Paulo. O regresso ao Rio de Janeiro deu-se à noite.

NA FACULDADE

O sr. Kubitschek chegou à Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica cerca das 10 horas e 30, acompanhado do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, de autoridades e do presidente do Centro Acadêmico "22 de Agosto", sr. Fernando Menezes. Recebido pelos estudantes, foi saudado pelo orador do "22 de Agosto", acadêmico Ademar de Barros.

CONFERENCIA

O senador Juscelino Kubitschek não fez conferência formal, preferindo inicialmente pronunciar discurso saudando o arcebispo de São Paulo. A seguir, solicitou aos acadêmicos que lhe fizessem perguntas, para debates franco.

REFORMA AGRÁRIA

Respondendo às perguntas formuladas, o senador Kubitschek tratou inicialmente da "reforma agrária", declarando ser impossível estancar as reivindicações que levarão mais cedo ou mais tarde à sua realização, porque tal atitude

de seria petigosa. Assim, contudo, ele que sempre "foi contra reformas constitucionais, mesmo quando estas o beneficiariam, permitindo sua reeleição", declarava-se agora pela modificação do texto constitucional para permitir a desapropriação de terras, mediante o pagamento em letras do Tesouro, cujos valores nominais deverão ser anualmente reajustados, consoante os índices de desvalorização da moeda, até o seu resgate dentro de vinte anos.

Ainda sobre a reforma agrária, o senador Juscelino Kubitschek disse que não será necessário agora, nesta fase de desenvolvimento do País a participação de capitais e "know how" estrangeiros para que ela se consubstancie, porque agora já possuímos sistema industrial capaz de atender às necessidades de máquinas, fertilizantes, adubos e outros produtos necessários à lavoura. Em contraposição, a indústria encontrará novos mercados internos com a realização da reforma agrária.

O antigo presidente da República defendeu também seu programa de metas contra as críticas que estudantes lhe apresentaram. Referindo estudo de um economista, publicado na imprensa, afirmou que os fatos econômicos suportam interpretações diferentes e aquela crítica apresentada seria apenas uma versão dos acontecimentos econômicos do seu governo.

POLITICA EXTERIOR

Respondendo a crítica relativa ao excessivo conservadorismo da política exterior de seu governo, afirmou que foi o primeiro a reformular as atitudes do País diante dos problemas mundiais. Afirmou que por intermédio da "Operação Pan-americana" o Brasil assumiu personalidade própria, deixando sua posição caudatária dos Estados Unidos. O mesmo aconteceu, contudo, com referência ao Fundo Monetário Internacional, que não conseguiu impor seus moldes econômicos. Relativamente à política exterior concernente a Portugal disse que se trata de "um pedaço do Brasil na Europa", tal a atenção que os portugueses têm pelo nosso País. Assim, apesar de ser contrário à política colonialista, objetivava sempre maior aproximação com o país irmão. Concluiu afirmando que os contratos comerciais com o Leste Europeu, estabelecidos em seu governo, são os únicos vigentes.

RETRATO

Depois de respondidas as perguntas, o senador Kubitschek, autoridades e estudantes visitaram as obras de ampliação da Universidade Católica, inauguradas depois, na sede do Centro Acadêmico, o retrato do senador por Goiás.



Governador José Magalhães Pinto, Mario Garnero e Governador Ney Braga no C.A 22 de Agosto, Semana de Integração Nacional



Dom Carlos, JK, Fernando Menezes, Deputado Roberto C. de Mello e Ademar de Barros (de pé): C.A 22 de Agosto



Momento marcante: início da renúncia de Jânio Quadros



JK entre Embaixador José Carlos de Macedo Soares e Deputada Conceição da Costa Neves



A partir da esquerda: Almir Guimarães da TV Tupi, vereador João Nasser (atrás), Fernando Menezes e Mario Garnero. Sentado, JK



Camilo Ansarah, Francisco Prestes Maia, Mario Garnero, JK, Dom Carlos, Governador José Porfírio da Paz, Deputado Ranieri Mazzilli e Deputada Conceição da Costa Neves, na Associação Comercial de São Paulo



Missa na Catedral da Sé, pelo Cardeal Dom Carlos Carmelo Motta, com JK, Senador Auro Moura Andrade (presidente do Congresso Nacional), Vice-Governador José Porfírio da Paz, Juvenal Rodrigues de Moraes e Sra., secretário geral do PSD de SP e Mario Garnero



Mario Garnero e Leonel Brizola

Em 1956, por ocasião do Carnaval, JK foi informado de que alguns aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) haviam levantado vôo em 11 de fevereiro. Eram oficiais da Aeronáutica, que se haviam rebelado, que davam a entender estarem mancomunados com líderes políticos da oposição e altas patentes. Havia deixado um manifesto na redação da *Tribuna da Imprensa*, no qual denunciavam suposto entendimento do presidente com grupos financeiros internacionais, para a entrega de petróleo e venda de minerais estratégicos; infiltração comunista nos postos-chave da hierarquia militar; e a divisão das Forças Armadas, atribuída ao general Lott. Os oficiais contavam com a cumplicidade dos colegas da Base Aérea.

No Rio de Janeiro, explicitava-se a rebeldia da FAB. Juscelino ordenou que dois aviões decolassem para perseguir os revoltosos, porém foi advertido pelo ministro da Aeronáutica de que ninguém da FAB obedeceria as suas ordens. Decidiu organizar uma expedição, que contaria com paraquedistas, tropas transportadas pelos rios e soldados da Aeronáutica. No Rio, a UDN exagerava a situação, ao dizer que a intentona já contava com cerca de cinco mil homens. Era mentira.

JK ficou aguardando no palácio que a situação se acalmasse. A revolta era liderada pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, que se instalaram na Base Aérea de Jacareacanga, no Sul do Pará, organizando ali um quartel-general. Temiam que houvesse represália dos vitoriosos do 11 de novembro e eram veementemente contra a permanência do ministro Vasco Alves Seco na pasta da Aeronáutica.

No dia 1º de março, JK concedeu anistia aos civis e militares revoltosos, sendo prontamente acusado de oportunista. Mas o gesto funcionou.

Juscelino não tinha só a preocupação de tranquilizar os militares, mas também de manter um compromisso entre a democracia liberal e o poder das oligarquias rurais ainda vigentes. A renovação, que adviria da industrialização, era sua prerrogativa.

Alkmin propunha que os recursos cambiais fossem obtidos por meio da sustentação dos preços do café, consciente de que, caso os subsídios do governo a produtos internacionais (como petróleo, trigo e papel) fossem suprimidos, isso acabaria resultando em elevação dos preços.

Os fatos desmentiam, nos anos 1950, a crença de que o Plano de Metas fosse inflacionário. Porém, a oposição e os empresários não confiavam que Juscelino conseguisse conciliar os objetivos do plano com a questão da inflação. O programa de Juscelino teve dificuldade de impor-se.

Um projeto de lei que propunha a mudança da capital para o Planalto Central foi assinado por Juscelino, num boteco, em Anápolis, Goiás. Em passagem por Minas, JK foi surpreendido por um acontecimento no Rio, no qual teria que utilizar sua política de pacificação novamente. Dessa vez tratava-se de uma revolta estudantil contra o aumento das passagens do bonde, no Rio. Os líderes do movimento foram convocados ao Catete e Juscelino conseguiu contornar a situação. Faria o mesmo com outra revolta estudantil no mesmo ano.

A atividade econômica crescia. Eram estudadas as obras da barragem Três Marias, cuja proposta visava

a inundação de uma área dez vezes maior do que a da baía de Guanabara. A barragem de Furnas, no Rio Grande, também estava nos planos de JK. Foi lançado um programa de aproveitamento do feijão-soja no Sul, bem como de pavimentação de três mil quilômetros de rodovias.

Quanto ao regime capitalista, JK o via como um processo que ampliava os modos de produção, mas que deveria ser estreitamente controlado. No entanto, os Estados Unidos não tinham outros interesses pelo Brasil que não estivessem ligados à luta contra o comunismo e ao fim da Petrobras.

JK esteve com Dwight D. Eisenhower, presidente dos EUA, e decepcionou-se com o grau de desinformação do norte-americano a respeito da América Latina. Juscelino não via a política externa como prioridade, embora a julgasse necessária.

Carlos Lacerda continuava liderando (dos EUA) a oposição a Juscelino, chegando a ligar a política de João Goulart ao governo do argentino Perón. JK não gostava do tipo de discussão criado por seus opositores.

No dia 1º de setembro 1956, uma multidão se reuniu no gabinete de Lott, e o general replicou, em meio aos trabalhadores, com um discurso “em defesa do regime democrático”.

Quando Carlos Lacerda voltou ao Brasil, Juscelino tentou bloquear seu acesso a veículos de rádio e televisão. O ex-líder comunista era um pesadelo para JK. Não desistia: promovia congressos em casa e reunia-se com políticos em prédios residenciais.

A “Frente de Novembro” organizou uma homenagem a Lott no primeiro aniversário do 11 de

novembro. O general foi agraciado com uma espada de ouro. A manifestação de alguns militares sobre assuntos políticos foi reprimida. A “Frente de Novembro” foi dissolvida, depois que Lott, embora magoado, aceitou ouvir as preocupações de Juscelino a respeito da ameaça que os revoltosos configuravam.

A oposição votou a lei que autorizava a transferência da capital, a qual foi sancionada em 19 de setembro de 1956, quando foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). A construção de Brasília era a 31ª meta do programa de Juscelino, considerada a “meta-síntese”.

Brasília seria construída nas imediações do sítio Castanho. JK empolgou-se com a ideia de construir a capital, e logo arregaçou as mangas para começar a trabalhar em seu mais importante projeto. Andava pelo capinzal como a já imaginar os prédios que comporiam o cenário. Brasília deveria ser inaugurada em 21 de abril de 1960.

Israel Pinheiro seria o responsável pela administração da cidade. O engenheiro Othon Barcellos foi o único que aceitou bancar uma empreitada com os equipamentos necessários, que viriam dos Estados Unidos. O político Bernardo Sayão, obcecado por estradas e pelo interior, ficou responsável pelas obras, pelas estradas, pela comunicação e telefonia do local. O carioca Ernesto Silva também participou ativamente da construção de Brasília, responsabilizando-se pelas obras de assistência social ligadas à saúde e à educação.

Juscelino conseguiu despistar a oposição, por meio da escolha de um deputado udenista (Íris

Meinberg), para encarregar-se das questões jurídicas. Foi uma cartada de mestre.

Em dez dias de outubro, ergueu-se a construção provisória da morada presidencial, o Catetinho. O governo conseguiu, com o Exército, barracas para abrigar os operários. Com a iniciativa privada, conseguiu máquinas, um jipe e um gerador.

A sociedade ainda era oligárquica e o comando estava com as elites. Continuava, principalmente, o domínio dos laços familiares, o que não favorecia as mudanças que Juscelino queria implementar. A corrupção era reinante e não havia uma religião forte que se impusesse.

JK estava ávido por mudanças, que, no entanto, não eram radicais: buscava-se o investimento estrangeiro público e privado, com a consciência da dependência das exportações agrícolas, para acelerar o crescimento por meio do aumento da moeda estrangeira.

Para Cláudio Bojunga, “Juscelino era mais pragmático do que nacionalista”. Não se identificava com o perfil de populista, embora algumas medidas tomadas como populistas se justificassem, como o aumento real do salário, a expansão da força de trabalho e a melhora no nível geral da renda. A situação era crítica. Nosso comércio não passava de 0,5% do total mundial. O Plano de Metas objetivava a implementação de decisões do poder público, contempladas nas políticas desenvolvimentistas. Por meio da instalação da indústria pesada, procurava-se consolidar a industrialização.

A meu ver, é impossível não associar a industrialização aos anos JK. Felizmente, essa visão

não é só minha, como vocês poderão perceber pelas palavras da próxima entrevistada. Tive grande prazer de entrevistar Anna Christina Kubitscheck, neta do ilustre homenageado e presidente do Memorial JK, museu projetado por Oscar Niemeyer, em Brasília, e inaugurado em 1981. Anna Christina conviveu intensamente com nosso presidente durante os dez primeiros anos de sua vida, e teve oportunidade de acompanhá-lo num ambiente bem familiar. “Brincava, quando criança, de esconde-esconde na biblioteca do vovô, onde o mundo dos livros e condecorações me encantava”, conta ela. Acho imprescindível trazer a visão de Anna Christina sobre a industrialização no governo do avô. Quando perguntei se ela acreditava que Juscelino havia preparado o Brasil para ser um país de primeiro mundo, Anna Christina foi categórica: Claro! O Brasil, antes de JK, importava até caneta esferográfica. Com JK, o Brasil passou a exportar automóveis. A indústria naval teve recuperação notável. Navios eram fabricados no Brasil. Além disso, tínhamos um parque manufatureiro dos mais avançados, compreendendo uma vasta linha de produção, na qual se incluíam geradores, transformadores, turbinas, tornos, máquinas de trabalhar metais e madeiras, além dos automóveis e navios. Já produzíamos 75% das máquinas de fazer máquinas.

Entre 1956 e 1960, a economia cresceu 8,1% ao ano, atingindo o percentual (recorde na história do país até aquele momento) de 10,8%, em 1958. A participação da indústria no PIB passou de 20,4%, em 1955, para 25,6%, em 1960. A fabricação de automóveis e de materiais elétricos ultrapassou 25% ao ano.

O binômio “energia e transportes” foi escolhido como foco de investimento, para o qual foram destinados 71,3% do total de recursos. Ficou decidido que os investimentos do programa só seriam aplicados em projetos economicamente viáveis, tecnicamente maduros ou em expansão. A prioridade seria a usina de Paulo Afonso e a construção da barragem das Três Marias, bem como de pequenas obras nos estados.

Juscelino era obcecado por energia. O represamento das águas seria a marca de seu governo. No final dele, o volume de água em metros cúbicos das barragens (construídas quando era governador e depois quando presidente) era impressionante. Antes de assumir, havia sete milhões de metros cúbicos de água represada. Ao sair da presidência, deixou 82 bilhões.

Os transportes, como já sintetizava o binômio, também era prioridade. O atraso brasileiro era grande no setor ferroviário. O sistema ferroviário paulista foi projetado com o intuito de levar a carga da zona de café para o porto de Santos. Com a industrialização da periferia paulistana, a economia passou a destinar-se ao mercado interno.

Juscelino pavimentou mais de seis mil quilômetros de estradas (eram quatro mil no ato de sua posse). Já no primeiro ano como presidente, inaugurou a Rio-Belo Horizonte (BR-3). A rede rodoviária de JK (Belém-Brasília, Brasília-Fortaleza) possibilitaria a expansão dos mercados e a conquista de novas áreas de investimento.

JK optou por montadoras estrangeiras, uma vez que estas importavam menos e promoviam a criação do valor agregado nacional (baixando aos poucos o preço sobre

o balanço dos pagamentos). Uma ordem de prioridade ficou estabelecida: dar-se-ia maior ênfase à produção local de veículos economicamente significativos. Quer dizer, os caminhões seriam, desse ponto de vista, mais importantes do que os carros.

Para as indústrias de base, a previsão era de 22,3% do total de investimentos. Com a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, houve significativa alteração na estrutura da indústria mecânica, também favorecida com a ampliação das empresas tradicionais e com os projetos da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas).

Juscelino tinha a crença de que o Brasil só poderia desenvolver-se, de fato, no setor agrícola, caso dispusesse de uma indústria pesada, que permitisse a produção interna de produtos e equipamentos agrícolas essenciais para o desenvolvimento do setor. Reproduzo agora um trecho importante da opinião de Lucas Lopes, em seu livro *Memórias do desenvolvimento* (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991), no qual fica clara a visão que ele tinha sobre o “modo JK de governar”.

É muito importante ter a visão de que Juscelino sentiu dificuldades em seu governo, mas sempre teve a convicção de que era preciso ultrapassar a fase de entorpecimento que o Brasil vivia. Ele aceitou o desafio de viver sob um regime de inflação para ir mais longe nesses objetivos, mas hoje estou convencido de que, sem o espírito aventureiro, construtivo, sem o espírito de luta de Juscelino, o Brasil não teria tido o choque de progresso que teve. O choque que Juscelino trouxe

não está apenas nas metas cumpridas. Está no espírito que ele criou no Brasil. Todo o mundo queria ter a sua meta própria, a sua própria indústria. Uma pequena indústria do interior logo procurava saber o que fazer para progredir. Juscelino criou no país um clima de desenvolvimento econômico global. Suas metas básicas criaram um enorme sistema de indústrias capilares, que cobriram o Brasil inteiro. Foi um momento muito bom o do governo JK. Lamento ter caído no meio da batalha. Fiquei de fora e não senti os últimos passos. Fui esquecido e injustiçado na última fase, quando, doente, vivi um período de depressão e apatia. O governo JK acelerou realmente o avanço inflacionário, mas realizou obras no país inteiro, as quais são amplamente conhecidas. Houve governos posteriores em que o índice inflacionário explodiu, e muito pouca coisa foi realizada.

Crescer com a inflação foi uma decisão política do governo JK. Ele decidiu adiar para o governo posterior a eliminação do câmbio controlado e do subsídio cambial (principal instrumento da política protecionista brasileira). Já que chegamos à questão inflacionária, continuarei citando Lucas Lopes para pontuá-la e, tal como ele, fazer minhas considerações sobre a situação em que hoje nos encontramos.

Com a palavra Lucas Lopes, em seu livro de 1991:

“A inflação é um fenômeno muito complexo. Hoje estamos vivendo um momento que poderíamos chamar de pré-hiperinflação, e não estão sendo

construídas grandes obras; as de que se fala são relativamente pequenas. Não há relacionamento direto entre obra e inflação. É lógico que um governo que se mete a fazer um programa de obras muito grande sem renda adequada, que imprime papel moeda ou abre créditos muito pesados para financiar suas obras, cria condições para o processo inflacionário vir a estabelecer-se. Mas o processo inflacionário, na verdade, é consequência de fatores políticos que muitas vezes não têm relação alguma com obras. Uma simples alteração irresponsável num índice de salário mínimo, por exemplo, pode jogar a inflação para o alto. Uma simples mudança irrealista da taxa de câmbio pode ser pretexto para o avanço da inflação. E continua: A inflação é sempre consequência de um conjunto de fatores que criam nos agentes econômicos a expectativa de que a inflação continuará a crescer. A inflação é hoje o que o Chico, meu filho, chama de inercial, enquanto eu sempre falei em expectativa de inflação. Este é que é o fator importante, e que resulta de todo o mundo saber que o governo está gastando mais do que pode, está fazendo obras que não vão ter rentabilidade, está fazendo empréstimos externos que não vai poder pagar. Esse conjunto de erros cria condições de expectativa para um processo que pode, amanhã, resultar em inflação. A inflação é o resultado da expectativa de que o custo de amanhã será maior do que o de hoje. E essa expectativa é provocada por uma série de fatores que os economistas estão cansados de tentar definir. Há escolas que acham que se trata de problemas estruturais da economia; outras

que acham que se trata de um problema puramente monetário, de excesso de moeda. No governo JK houve inflação, mas não houve desinvestimento. Ao contrário: todo o mundo queria investir, porque acreditava no crescimento econômico. Havia um clima de esperança. Em conclusão: Esse clima de esperança, de 50 anos em 5, se adotado por todos os agentes produtores, por todos os empresários, cria fatalmente uma inflação explosiva. A idéia de que devemos fazer mais investimentos, criar mais empregos, mais atividade econômica, se desproporcionada, leva à inflação. A inflação é consequência de um excesso de pressão sobre os meios existentes, sobre os insumos disponíveis. É a tentativa de realizar coisas sem ter os insumos necessários. JK criou inflação por querer criar um Brasil de confiança ilimitada em si mesmo, o que foi bom e foi ruim. A pergunta é esta: foi bom ou foi ruim? Ele criou uma confiança total em grande parte dos brasileiros no seu futuro. Isso ajudou a implantar todo o processo de industrialização, incentivou os investimentos. Seu governo foi um momento em que nós, que estávamos a seu lado, sabíamos que estávamos correndo riscos inflacionários, mas sabíamos também que esses riscos deviam ser corridos, pois estávamos tentando entrar num processo de take-off, de demaragem econômica. E nesse processo, as tensões são muito grandes. Brasília é hoje - como sempre foi - um elemento de crítica e de debate em torno do governo JK. O entusiasmo, a confiança e a atividade que Brasília gerou tiveram sem dúvida um enorme efeito

positivo. Mas hoje se pode também dizer que Brasília representou um elemento de ativação do processo inflacionário. Acredito que Brasília tenha contribuído realmente para isso, mas também há coisas que foram mal compreendidas. Brasília foi em parte feita com a alocação de recursos do Tesouro, que normalmente seriam gastos em estradas de rodagem e em várias outras atividades em todo o país. A construção de Brasília polarizou recursos que, no orçamento, estavam dispersos entre várias obras. De modo que ela não teve realmente um efeito muito grande de pressão inflacionária. Naturalmente Brasília teve custos, e nesses custos pesou a grandiosidade dos projetos. Nós nos orgulhamos do que foi construído, mas sabemos que custou um preço.

É errado atribuir a Juscelino a origem da inflação vultosa que se desenvolveu a partir do governo de Jânio Quadros, Jango e João Figueiredo. Não se podem atribuir aos processos inflacionários dos anos JK os mais de 2.000% de inflação ao ano do período Sarney, por exemplo.

Quando chegou ao poder, Juscelino encontrou uma grande massa que ganhava salário mínimo, com reajustes salariais a cada três anos, enquanto as demais categorias contavam com reajustes anuais. Para piorar a situação, a maior carga do preço do desenvolvimento se concentrava sobre os trabalhadores que viviam com o salário mínimo. Como medida de justiça, JK foi diminuindo os prazos de reajuste salarial, que se tornou anual em 1960. Foi o governo de níveis máximos de salário real no país.

Outra política de JK foi tornar o Estado mais flexível e aberto ao sistema mundial, visando as demandas do desenvolvimento econômico.

Juscelino julgava que tratava-se de uma relação de inferioridade (embora não necessariamente de exploração) a diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Foi, por isso, amplamente criticado por aqueles que propunham combater o capital estrangeiro. Passou-se a atribuir à política desenvolvimentista de JK a subordinação do capital nacional ao estrangeiro, o que, para os críticos, só agravava as desigualdades sociais.

Politicamente, o Brasil estava transitando entre a categoria de país agrário (que contava com uma democracia elitista e, por isso mesmo, excludente) e a de país em processo de industrialização. Evidentemente, não seria possível fazer-se a transição sem que houvesse tensões: os grupos ligados à velha ordem, ou seja, casas de exportação cafeeira, bem como os bancos que financiavam essa exportação, entre outros setores, opunham-se à modernização que o governo estava possibilitando. A burguesia industrial temia o populismo e a competição estrangeira, e ainda não conseguia dar apoio à renovação.

O Plano de Metas, segundo estudiosos, propiciava uma visão integrada de toda a economia. Praticava-se o processo de substituição das importações com consciência, pela primeira vez em nossa história. Enquanto o ciclo de mudanças se desenvolvia, o setor público deparava com incertezas externas e internas (as primeiras originadas do processo orçamentário e as últimas devidas às fracas garantias sobre o cumprimento

do compromisso financeiro). Anna Christina Kubitscheck acredita que o Plano de Metas tenha sido proveitoso para JK e opina: No Brasil atrasado que ele encontrou, não havia como executar seu audacioso Plano de Metas sem algum aumento da inflação. Mas valeu a pena. O país cresceu e se diversificou, alcançou outra dimensão, modernizou-se e integrou-se, puxado pela construção de Brasília.

Para enfrentar as incertezas, JK criou fundos especiais para a cooperação entre a União, os Estados e os Municípios. Novos fundos foram criados, e os velhos, reformulados. O Fundo de Reaparelhamento Econômico do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) foi responsável por financiar investimentos em energia, transportes e indústrias básicas. Desse modo, o BNDE se tornou a principal fonte de controle sobre as formas de financiamento do setor público, que estavam relacionadas às metas de infraestrutura. O BNDE, portanto, foi de suma importância para o governo.

O Conselho do Desenvolvimento originou grupos de trabalho que estudavam metas específicas. A partir disso, era possível preparar projetos de lei e manipular incentivos.

A arquitetura moderna de Brasília deveria ser motivo de orgulho para os brasileiros, uma vez que nela estava impressa a ideia de modernização. O projeto criado pelo urbanista Lúcio Costa foi encarado como sinônimo de coerência, nacionalidade e grandeza. Ele via a cidade como detentora dos atributos necessários para constituir-se ali uma capital.

A cidade foi pensada em três níveis: coletivo, cotidiano e concentrado. Nascera do gesto mais primário relativo à posse de um território: o sinal da cruz (com

eixos cruzando-se em ângulos retos). Em seguida, visou-se à adaptação da topografia local, bem como ao escoamento da água e a uma melhor orientação, com a proposta de conter a cidade num triângulo equilátero (já que este representava uma área urbanizada).

Lúcio Costa achou que a parte residencial deveria formar outro eixo, que seria arqueado para adaptar-se à topografia. Idealizou as superquadras (quadriláteros de 300 metros de lado, com uma faixa de 20 metros). Deveria haver árvores que preenchessem o espaço por toda a periferia, pois, quando crescessem, formariam quadrados definidos por uma muralha.

Quatro dessas superquadras deveriam constituir uma área de vizinhança, composta por mercados, capelas e o restante necessário para a obtenção dessa imagem. Garantiu-se a horizontalidade da área, o que conferia a Brasília características da velha Paris.

Preocupado com os custos da obra e sua data de entrega, Lúcio Costa chegou a sugerir a Juscelino que se limitasse a fazer apenas uma ala da cidade, mas JK, consciente de que seu projeto seria abandonado caso não o levasse adiante, respondeu: “Não, eu quero fazer tudo. Quero tudo pronto e iluminado”.

A construção de Brasília foi um episódio marcante na memória de Anna Christina Kubitscheck. “Lembro-me de meu avô e de minha avó contando uma história interessante: a saga da construção da nova capital da República, capital do sonho de JK, do arrojo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer”. De fato, foi uma saga memorável, que marcou para sempre a lembrança de Anna Christina e a história de nosso país. Ela contou-me, ainda, deliciosas

memórias do avô, que faço questão de reproduzir: Meu avô era carinhoso, gostava de conversar, fui sempre apegada a ele. Dele tenho lembranças, tais como o hábito de acordar cedo para receber o raiar do sol na Fazendinha, no município de Luziânia, próximo a Brasília. O meu nome foi escolhido por ele. Quando nasci, ele estava no exílio, em Portugal, de lá telefonou para minha mãe e disse: ela se chamará Anna Christina, com dois enes e cê agá. Quando me perguntam a razão de Anna com dois enes e Christina com cê agá, orgulhosamente respondo: meu avô é que assim determinou.

Brasília deveria ser o berço de uma nova sociedade, e seu projeto deveria abolir discriminações sociais, abrigando intenções igualitárias. As pessoas deveriam manter hábitos democráticos no cenário modernizador do novo local.

JK precisava da adesão dos brasileiros, como um todo, ao projeto. Para isso, passou a inspecionar rodovias e hidrelétricas, conversar com operários no canteiro das obras (era seu jeito de fazer as coisas pessoalmente) e muitas vezes elogiá-los para estimular seu trabalho. E principalmente: não se esquecia de deixar o país sempre ao par dos acontecimentos. A televisão foi-lhe de grande ajuda nesse ponto. Queria reordenar o pensamento dos brasileiros e alterar o ânimo do país. Queria, acima de tudo, que o brasileiro tivesse consciência de suas capacidades – como ele tinha – de alterar um destino estigmatizado pela estagnação. O Brasil, dizia, “estava condenado a ser grande” – era apenas uma questão de tempo.

Juscelino não só buscava as coisas: ele também as cobrava (pessoalmente, sempre que podia). Um

exemplo disso foi o fato de não querer que as colunas do Palácio da Alvorada fossem de concreto. Tinham de ser de mármore, pois, do contrário, ainda carregariam uma imagem provinciana, contrária ao gosto de JK. Ele queria que Brasília imprimisse ao Brasil a característica do “país que um dia seria grande”.

Os jovens arquitetos da época, embora conhecessem o empenho e o talento de Oscar Niemeyer e não estranhassem que JK deixasse por conta dele o projeto da cidade, costumavam duvidar que ela ficasse pronta no prazo estabelecido. Quando a cidade foi entregue, pronta, todos se abismaram. Brasília era a imagem de um país virtual, e fora projetada por “advogados do futuro”.

No âmbito político, rompia-se o velho pessedismo de base oligárquica. Era a vez do pessedismo renovado, ligado à urbanização. A ala moça do partido compreendia que o Brasil precisava sair do estágio pré-industrial e que, para isso, deveria haver uma homogeneidade social e cultural no país. A ala velha não se conformava com a modernização vigente.

A política de JK era apaziguadora e diplomática, dentro do próprio país, a exemplo da aliança com os petebistas que, sendo os futuros adversários mais perigosos, eram sempre prestigiados por Juscelino no processo de transformação.

Quanto às greves, durante o governo JK eram controladas pelas Delegacias Regionais do Trabalho. O fato de os líderes petebistas terem sido dirigentes sindicais estimulava o crescimento do partido e, em paralelo, impedia o avanço do sindicalismo. Foi a ação do PTB que poupou Juscelino de recorrer às intervenções

militares. Os conflitos eram previamente negociados, o que evitava a própria punição violenta dos grevistas. O trabalhismo havia se dividido em pequenos partidos.

Em março de 1957, Carlos Lacerda virou líder da UDN. A liderança foi negociada em troca do apoio de Lacerda à candidatura de Juracy Magalhães à presidência do partido.

O PSD acusava Lacerda de comprometer o sistema de comunicação do país, depois de ter sido alertado de violar a Segurança Nacional. O fato era que Lacerda havia recebido um telegrama secreto, em código, destinado a ressuscitar a república sindicalista, o que configurou violação da lei. Entretanto, não houve votos suficientes para condená-lo.

No segundo semestre de 1957, Lacerda e Juracy Magalhães se organizaram contra a “corrupção do governo Juscelino Kubitschek”, no que batizaram de Caravana da Liberdade. Fizeram isso para compensar o bloqueio ao rádio e à televisão, que poderiam ser um meio promissor para a candidatura de ambos à presidência.

Outra investida contra o governo partiu de agricultores paulistas, paranaenses e mineiros, descontentes com o “confisco cambial” que havia sido imposto à comercialização do café. O governo não cedeu à proposta de reforma cambial e a marcha foi marcada para o dia 18 de julho de 1957.

Nascia a figura de Jânio Quadros, líder populista. O político era independente do PTB e do PSD, e isso o ajudaria a aproveitar o vazio das lideranças trabalhistas em São Paulo e a ganhar o apoio da classe média. Era um demagogo, que se vangloriava da imagem de

antipolítico (sem vínculos ideológicos) e desprezava a política nacional.

Propunha a varredura dos corruptos (daí o símbolo de sua candidatura, mais tarde, à presidência: a vassourinha). Seu programa, além do combate à corrupção, centrava-se na recuperação financeira. Era veemente contra o adversário Ademar de Barros.

Nas eleições de 1955, Quadros escolheu Juarez Távora contra Ademar e Kubitscheck. Mas Ademar venceu com 54% dos votos.

Jânio Quadros era ardiloso como governador de São Paulo. Logo após as eleições, planejou o boato de sua renúncia ao governo, sob a alegação da descoberta de que estivesse tuberculoso. Foi esperto: Juscelino, não percebendo a manobra, propôs nomeá-lo chefe da delegação brasileira à reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na Suíça. Lá, poderia buscar tratamento médico. Sabidamente, Quadros se aproveitou da possibilidade para fazer algumas reivindicações, ligadas, principalmente, ao Departamento de Endemias Rurais. Após conseguir seu intento, a tuberculose “desapareceu”.

Contra a alta dos preços do café, que favorecia a elite cafeeira, Lucas Lopes se empenhou num plano de estabilização, fixando em níveis baixos os preços para a aquisição do produto, para compensar, dessa maneira, o aumento do câmbio de custo da gasolina, do trigo e de outros produtos essenciais. A medida não agradou aos representantes do setor cafeeiro. Ninguém menos que Jânio Quadros estava por trás dos cafeeiros.

Juscelino tinha consciência do perfil demagogo

de Jânio Quadros e sabia que ele se beneficiaria da industrialização promovida pelo Plano de Metas. Isso porque a expansão econômica de São Paulo estava diretamente relacionada ao aumento da receita tributária e à diminuição dos deficit herdados de governos anteriores. Em apenas três anos, a receita estadual havia sido multiplicada por dez. E não havia saída: Jânio era o candidato natural a suceder a presidência em 1960.

Era a época efervescente da arte moderna brasileira, centrada no Plano Piloto de Brasília (e nos prédios planejados por Oscar Niemeyer) e no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro (1958). A arquitetura moderna era capaz de unir as tendências internacionais às características regionais do país. Era preciso que a modernidade arquitetônica também fosse capaz de modificar os costumes dos brasileiros.

Sonhava-se tornar o Brasil um país exportador e não mais importador de formas. Tentava-se criar o estilo próprio brasileiro, nas artes, e intensificá-lo, nos anos 1950, como havia sido proposto em 1922. Além disso, objetivava-se tornar São Paulo um centro mundial de cultura.

Foi também a época da poesia concreta e da exposição, por meio da Literatura Brasileira, da esperança da modernização, que enterraria o passado árido, atrasado. Destacaram-se o poema *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, e a obra de Guimarães Rosa, em especial *Grande sertão: veredas*, ambos caracterizados pela denúncia social, pela inquietação. Os literatos vinham contrapor dois dos muitos paradoxos da literatura dos anos 1950: o lirismo de Vinícius de Moraes e a sensualidade de Jorge Amado.

Embora houvesse apoiado Vargas no início de sua carreira política, JK era oposto às características do ex-presidente. Respeitava a Constituição, persuadia adversários, conseguia trazer futuros inimigos para seu lado e não tinha personalidade autoritária. O anticapitalismo getulista era a principal diferença entre Vargas e Kubitscheck.

Embora mantivesse algumas predileções provincianas, como a seresta, a dancinha de rosto colado, o violão tradicional e a sentimentalidade, JK buscava novas formas para o país que se estava industrializando. Isso se refletia nos móveis e utensílios domésticos, como, por exemplo, o sofá-cama, a mesa de centro retangular, a luminária de tubo de ferro pintado, a cadeira estofada de tecido coco ralado, o espremedor de frutas de ferro cromado etc.

JK era festeiro e adorava música. Gostava de “Fascinação”, “Samba em Brasília”, Deep in my heart e dos embalos de Herivelto Martins e Grande Otelo. Deu de presente a Sílvio Caldas um violão. Era apaixonado pelo Brasil, paixão que se refletia em seu gosto pela música popular brasileira que se afirmava.

O contexto histórico sugeria drásticas mudanças. Foi a época da renovação da Igreja Católica, da morte de Stalin, em 1953, da invasão da Hungria. Intensificava-se o consumismo e ideologizava-se o *american way of life*.

No Brasil, o Rio de Janeiro se tornava ponto de encontro de paulistanos, baianos, maranhenses, mineiros, capixabas, piauienses, paraibanos, pernambucanos etc. O Copacabana Palace e a boite Sasha eram os centros das decisões políticas. Surgia o Cinema Novo, assim como novos também eram o samba, a poesia e a pintura.

O *Jornal do Brasil* passava por uma reforma gráfica significativa, que permeou o governo Kubitscheck até o final. Foi um processo lento, com reformulação dos linotipos e das rotativas, que passaram a ser absorvidos pela reforma industrial do jornal em todos os aspectos. O encarregado da renovação gráfica foi o artista plástico Amílcar de Castro. A partir da reforma de Castro, o jornal passou a ditar tendências no jornalismo da época, como a paginação vertical, da esquerda para a direita e de cima para baixo. O visual do JB tornou-se mais arejado.

Nesse contexto, também havia a diferença entre os concretistas paulistanos e os neoconcretos cariocas. Esses últimos procuravam resgatar a expressão, que se perdera com o racionalismo exagerado. A arte neoconcreta surgia com o retorno aos elementos lúdicos e niilistas.

No nascimento do Cinema Novo, destacou-se a figura do cineasta Glauber Rocha, seu precursor. A ideia da “câmera na mão” e das filmagens feitas nas ruas era característica do modelo, que se dizia inovador, porque o Brasil estava mudando e a reforma cinematográfica deveria acompanhar as mudanças do país. Documentários como *O poeta do castelo*, *O mestre de apipucos* e o filme *Couro de gato* marcaram o novo cinema brasileiro.

O cinema deveria refletir o subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, ser original, na tentativa de aproximar-se do povo (o que não conseguiu). Mais tarde, no berço dos avanços e dos diálogos entre as gerações, nascia *Deus e o diabo na terra do sol*, o maior filme do período, que causou impacto nos cineastas da época.

Em *Deus e o diabo*, identificava-se a produção literária de José Lins do Rego, Euclides da Cunha e, principalmente, Guimarães Rosa.

No campo teatral, destaca-se o Teatro de Arena, palco do engajamento político e dos espetáculos didáticos. Destaque para as peças: *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri; *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues; *A moratória*, de Jorge de Andrade, e *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna.

Surgiu também o Teatro do Estudante, de Paschoal Carlos Magno. Diplomata e romancista, Magno estabelecia um elo entre Juscelino e a intelectualidade vigente, além de tornar-se conselheiro cultural do presidente.

Também na música houve uma reforma, perceptível com o surgimento da Bossa Nova. Intensificou-se a marcação dos ritmos nas melodias. A influência de João Gilberto e Antonio Carlos Jobim foi decisiva. Durante a Copa do Mundo de 1958, foram lançados os álbuns *Chega de saudade* e *Bim-bom*. Em 30 de junho do mesmo ano, Juscelino inaugurou o Palácio da Alvorada.

O álbum *Orfeu da Conceição*, baseado na obra de mesmo nome de Vinicius de Moraes, que tinha arranjos de Tom Jobim, também marcou as revoluções estéticas do fim dos anos 1950. Foi o primeiro álbum resultante da parceria entre Tom e Vinicius.

As mudanças também se refletiram no modo de agir dos jovens cariocas, sobretudo da classe média de Copacabana: passaram a usar calças *jeans* e a sinalizar para a atmosfera nova do bairro, que ia perdendo a alcunha de melancólico. Nascia a imagem de Copacabana ensolarada e juvenil, refletindo o frescor das mudanças em todo o país.

A Bossa Nova havia alterado não só as bases da música, como também do modo de agir – e enxergar – da sociedade. O sentimentalismo exacerbado estava sendo substituído por canções engajadas e de protesto. Tudo isso estava de acordo com a presidência de JK, calcada na mudança, na reformulação, na modernização.

O compositor Carlos Lyra, que fez parte do movimento bossa-novista, dizia que a Bossa Nova só foi possível graças a Juscelino.

Nasceu a “revista da Bossa Nôva”, chamada *Senhor*, fundada pelo gaúcho Simão Waissman. Tinha, como editor de texto, Paulo Francis; como editor de arte, Carlos Scliar e, como editor-chefe, Nahum Sirotsky. Criou um público para a escritora Clarice Lispector, que era abstrata e, por isso mesmo, admirada. O abstracionismo de Clarice também era reflexo de mudança. Outra revista, a *Manchete*, também se destacou – com deliberado apoio a Juscelino.

No futebol, o jogador Mané Garrincha, que sintetizava a miséria brasileira, estava representando o Brasil no exterior, na Copa de 1958, cujo técnico era Vicente Feola. O primeiro jogo foi contra a Áustria, derrotada por três a zero, e o segundo foi contra a Inglaterra. Os destaques da competição eram Nilton Santos e Didi.

A principal partida foi contra a União Soviética. A “dobradinha” Garrincha e Pelé era um fenômeno em campo. Os dribles e as jogadas descontraídas, como se estivessem brincando, deixaram os russos perplexos. Foram aplaudidos de pé. Eternizava-se a ginga brasileira. Vencemos a França e, por fim, veio a taça. Depois da

decepção da Copa de 1950, perdida para o Uruguai e atribuída a Barbosa e Bigode, parecia que estávamos vingando-nos. A esperança voltava a surgir.

Nos anos JK, tanto artística quanto culturalmente, o impossível se desfigurava.

Apesar de tudo, Juscelino continuava apegado a Portugal. O sobrenome Oliveira era exaltado pelos portugueses. Em Lisboa, homenageava Salazar, embora a lembrança do Brasil explorado pelos portugueses e a imagem de Tiradentes torturado pela Coroa não saíssem de sua cabeça.

Os portugueses exerciam influência sobre setores como o comércio, as finanças e até mesmo a imprensa, no Brasil. O culto a Portugal era intenso, sobretudo por literatos e estudiosos da Língua Portuguesa. Salazar temia que o Brasil dominasse suas colônias (especialmente o território angolano) e que a Espanha aniquilasse Portugal.

O crítico literário Álvaro Lins, embaixador do Brasil em Lisboa, foi o pivô da crise entre o Brasil de Kubitschek e o salazarismo, antagônicos entre si, apesar da diplomática cordialidade. Isso porque os amigos de Lins em Portugal eram, além dos exilados, aqueles que se opunham veementemente ao regime de Salazar. Álvaro era crítico quanto ao líder português, que considerava medieval e cruel. Além disso, achava que o domínio português sobre as colônias africanas era excludente.

A candidatura à presidência do general Humberto Delgado, contrário ao salazarismo, causou a ira dos portugueses. Ao saber que seria preso, Delgado abrigou-se na embaixada brasileira. Álvaro Lins foi criticado por aceitar o general na embaixada,

mas manteve-se firme. Os jornais cariocas passaram a desferir críticas contra Lins. Ele estava quase totalmente isolado, apoiado apenas pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e por alguns jornalistas, como Joel Silveira.

Acusando Juscelino de “comprometimento com a ditadura salazarista”, Álvaro Lins rompeu com o presidente brasileiro. Em outubro de 1959, foi exonerado da embaixada e recusou-se a apoiar Juscelino em outros cargos.

Mais do que Portugal, o grande problema de JK e sua equipe eram os Estados Unidos. O Brasil era essencialmente agrícola e deveria contentar-se com a produção de bens primários. Os manufaturados seriam naturalmente importados da potência dominante.

Surge no Rio a OIT (Organização Internacional do Café), precedida de organizações semelhantes, para estabelecer o acordo com o açúcar, o cacau, o trigo e outros produtos.

Com o intuito de acelerar a industrialização, Juscelino abriu a economia para o investimento externo, especialmente dos países desenvolvidos. Evitava discussões sobre o papel do Estado, bem como debates sobre o capital nacional e estrangeiro. Com sua política diplomática, tentava driblar o tradicionalismo brasileiro.

Em 4 de outubro de 1957, o lançamento pelos russos do Sputnik, primeiro satélite artificial da terra, aniquilou a superioridade norte-americana, principalmente no que dizia respeito à ciência e tecnologia. O mundo questionava a supremacia dos EUA, que fora colocada à prova por meio da ameaça russa. A CIA, agência de inteligência norte-americana, queria acabar com

vestígios comunistas, chegando a sugerir que Fidel Castro, jovem líder cubano na época, fosse eliminado.

Embora o Plano de Metas estivesse em ação, a agricultura brasileira ainda refletia seu atraso, especialmente na mentalidade dos proprietários rurais. O Nordeste passava por um grave período de seca, o café brasileiro era ameaçado pela produção africana. Alkmin propôs reatar as relações com a União Soviética, rompidas desde 1947. Visava-se a conquista de novos mercados consumidores, 144 e os soviéticos eram vistos como salvação da economia, com os quais seria estabelecido um acordo de comércio de café, caso os Estados Unidos passassem a comercializar o produto apenas com a África.

A proposta de Alkmin foi apoiada por empresários, alguns setores políticos e agências estatais. A oposição à medida vinha dos grupos conservadores, como grandes jornais, as Forças Armadas e a Igreja Católica. Carlos Lacerda foi contra; João Goulart, a favor. A retomada das relações comerciais com a URSS se deu em novembro de 1959.

Priorizava-se ter o suporte dos Estados Unidos nas metas da América Latina a favor do desenvolvimento. Deveria haver concordância, por parte dos norte-americanos, com as medidas referentes aos preços de produtos primários e empréstimos públicos. Tinha início a Operação Pan-Americana (OPA) de JK. Por meio de uma carta, o conselheiro Augusto Frederico Schmidt tentou convencer os norte-americanos a ajudar os países vizinhos. Alertou-se, na carta, que o comunismo estava sendo sedutor nos países socialmente desfavorecidos.

Com o documento, objetivava-se a captação de recursos para projetos de desenvolvimento, a colocação

do Brasil numa posição de liderança frente aos demais países latino-americanos e a preservação das boas relações com a superpotência americana. A medida de Schmidt e Juscelino foi criticada. Acusavam-na de ter sido tomada sem consultar o Itamaraty.

Em Washington, o embaixador Amaral Peixoto providenciou um encontro com o presidente Dwight Eisenhower. Os americanos pareciam resistir, mas Eisenhower assegurou que as ideias de JK seriam consideradas e programou a viagem do secretário John Foster Dulles ao Brasil.

Aos poucos, a OPA foi se afirmando, à medida que um novo conceito interamericano ia sendo criado. A equipe que fez parte da operação montou um diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano. O Brasil tinha de assumir que já não estaria incondicionalmente aliado aos EUA, se precisasse fazer empréstimos para pagar outros empréstimos, e receber, em troca, promessas pífias de ajuda para o desenvolvimento.

O discurso da OPA procurava eliminar extremismos políticos. O plano se fixava em 3,1 bilhões de dólares até 1967, destinados a projetos de desenvolvimento; a dívida formada deveria ser paga a partir de 1970, com juros de 4,35% ao ano. Porém, os países que se beneficiariam com tal política deveriam ter responsabilidade para lidar com ela.

Nas reuniões do Itamaraty, Foster Dulles insistia na questão comunista e era quase irredutível, segundo o próprio Juscelino. O único interesse do secretário pelo Brasil era sabotar a Petrobras. O fotógrafo francês Jean Manzon chegou a reproduzir uma fotografia em que JK aparecia cumprimentando cordialmente Dulles. A foto era

uma ironia, já que Dulles não ligava para o Brasil e isso causava a indignação do presidente Juscelino Kubitschek.

Dulles propôs assinar um tratado anticomunista, rejeitado por JK. O que interessava ao presidente brasileiro era o estabelecimento de uma nova política para o continente.

A conselho do diplomata Celso de Souza e Silva, uma nota foi escrita para assegurar o acordo estabelecido entre JK e Dulles.

Fidel Castro assumira o poder em Cuba, em janeiro de 1959. No mesmo ano, o subsecretário americano, Thomas Mann, apoiou a criação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), bem como a de um mercado comum latino-americano. Eisenhower só veio ao Brasil no último ano do governo JK, em 1960.

Uma das piores crises da história do Nordeste foi a seca de 1958. Mantimentos estavam sendo enviados pelo mar. No entanto, segundo o general Lott, os alimentos estavam sendo desviados pelos transportadores.

Juscelino foi pessoalmente ter contato com a situação. Passou uma noite no interior da Paraíba, no centro da caatinga. Acordou no meio da noite com as vozes estridentes e perturbadoras de mais de 20 mil retirantes, que queriam matar a sede no poço da propriedade onde o presidente dormia.

JK tentou demonstrar seu descontentamento com a triste situação. Disse que se sentia envergonhado. Pedia paciência, mas o castigo do sol tornava o povo impassível a qualquer recomendação. Juscelino sugeriu que os prejudicados se dirigissem às grandes cidades, prometendo-lhes empregos. Não adiantava.

Por conta do modo como tratava as questões do Nordeste, JK foi intensamente criticado. O deputado baiano Hermógenes Príncipe considerava uma contradição que um governo tão preocupado em ajudar a América Latina a acabar com seu subdesenvolvimento ignorasse a seca em seu próprio país. A retórica desenvolvimentista era agora dirigida contra o próprio Juscelino, que a criara. A UDN se aproveitava da situação.

Como medida para sanar o problema, Juscelino enviou ao Nordeste o subchefe da Casa Militar, o coronel Orlando Ramagem. A situação era lastimável não apenas nos sertões, mas também nas cidades nordestinas. Fortaleza, por exemplo, não tinha água encanada. A energia elétrica era precária, a indústria têxtil estava sobrecarregada. Os planos pela industrialização brasileira pareciam ter deixado o Nordeste de fora. A pífia produção de alimentos era o mais grave dos problemas, já que causava, além de fome, desemprego.

Preconizava-se absorver a mão-de-obra desempregada dentro de um ciclo de industrialização e dissolver as oligarquias. Esta última medida seria possível por meio de empresários com espírito empreendedor.

O fato de não conhecer – como julgava necessário – os grandes problemas nacionais irritou profundamente Juscelino Kubitschek, que encarregou Sette Câmara, chefe do gabinete civil, de lançar a Operação Nordeste, que teria a mesma prioridade que Brasília. O comandante da operação foi o economista Celso Furtado.

A imprensa alardeava, querendo saber detalhes sobre o projeto e sobre as regiões que seriam por ele contempladas. A operação foi oficialmente lançada por

Juscelino, em março de 1959. Foi proposta a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e instituído o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), sediado no Recife. O programa propunha um plano de ação para as regiões afetadas e destacava os elementos dinâmicos da economia nordestina. Com a operação, as classes dirigentes brasileiras, que nada faziam para amenizar os danos no Nordeste, estavam sendo colocadas à prova.

A segunda fase do governo JK foi marcada por mudanças político-econômicas. Uma delas foi a substituição de José Maria Alkmin por Lucas Lopes no Ministério da Fazenda, bem como a de outros ministros. Lopes foi convocado para tratar da delicada situação financeira em que se encontrava o país. Juscelino deu-lhe total liberdade de ação, mas deixou claro que ele não deveria parar os projetos de Brasília. Teria de haver um significativo ajuste cambial para que isso acontecesse. Ficou acordado que, diante da consciência de Juscelino sobre as dificuldades em torno da questão cambial, Lucas Lopes não poderia aumentar o preço do petróleo, do papel de imprensa e do trigo.

O general Lott permanecia firme em seu cargo, ocupando a pasta da Aeronáutica, por ocasião da viagem do brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello. A ocupação do cargo causou insatisfação: queriam afastar Lott. A crise do café aumentava, e as fontes de financiamento para o Plano de Metas se esgotavam. A inflação havia se acelerado na primeira metade de 1958, e o índice geral de preços elevou-se dos 7% do ano anterior para 24,3%. A razão dada para o afastamento

de Alkmin: o ministro não conseguira combater os focos inflacionários e também não havia conseguido financiamentos no exterior.

A inflação passou a desestimular a poupança privada e a diminuir os investimentos. Os credores exigiam um posicionamento dos devedores quanto ao pagamento das dívidas. O FMI (Fundo Monetário Internacional) era o grande avalista.

Com os problemas em torno da questão inflacionária, Juscelino passou a dar-se conta de que seria difícil conter os salários, o crédito e os gastos públicos ao mesmo tempo.

A retração do crédito industrial irritou empresários paulistas. Em janeiro, JK consentiu que Lucas Lopes implementasse uma minirreforma cambial. Havia uma estreita relação entre as negociações com o FMI e a política do café e seus subsídios ilimitados, que tanto irritavam Lopes. JK achava que o FMI não se preocupava com o enfraquecimento das relações de troca que atingiam o café. Para o presidente, o Fundo se fixava em suas exigências e medidas de restrição.

Lucas Lopes não estava de acordo com JK. No final de maio, sofreu um enfarte em Caxambu, durante um fim de semana na cidade. Não voltou mais ao ministério, que foi assumido por Sebastião Paes de Almeida. Juscelino decidiu romper com o FMI.

No dia 17 de junho de 1959, nacionalistas e membros da UNE manifestaram-se em apoio a JK no Catete. Luiz Carlos Prestes apareceu, demonstrando o apoio da esquerda ao que considerava “o rompimento com o instrumento do imperialismo americano”.

Juscelino afastou-se da “ala moça” pessedista e reaproximou-se dos tradicionalistas do partido. No Congresso, o PSD não progredia. Havia conseguido pouco mais de 28% das cadeiras do Senado, destoando de 1954, quando havia conquistado 38%. Esse último percentual agora pertencia aos udenistas. Houve, portanto, uma inversão de resultados entre os partidos rivais, em relação a 1954. Quanto ao PTB, mantinha os números do começo da década.

Aos poucos, a ala moça foi sendo completamente abandonada por Juscelino, que não resistia à pressão das lideranças tradicionais, que se coligavam, naquele contexto, com a UDN. Exemplo dessa ruptura foi a relação com Ulysses Guimarães, que havia substituído o veterano Flores da Cunha na Câmara. Alegando “conhecer a psicologia rebelde dos paulistas”, JK rompeu com Guimarães, então candidato ao governo de São Paulo.

Em 1958, o populismo e o coronelismo enfrentaram-se, estando o primeiro em ascensão e o segundo, em decadência. Os coronéis sabiam que Juscelino era contra eles, já que a candidatura do então presidente foi imposta contra o conservadorismo coronelista.

Na primeira fase de seu governo, JK achou que o apoio à ala moça lhe traria bons frutos, principalmente no que dizia respeito à política desenvolvimentista, que não era bem aceita pelos pessedistas tradicionais. No entanto, visando a reeleição de 1965, JK precisava consolidar uma base partidária, que só seria possível se reatasse as relações com a “ala velha” do partido.

A UDN estava avançando. Preocupado, JK imaginou lançar Juracy Magalhães, governador

eleito da Bahia, como “candidato de consenso”. Era uma medida para aniquilar o apoio udenista a Jânio Quadros e afastar Carlos Lacerda. JK estava obcecado pelas eleições de 1965.

Lacerda, que sempre foi o maior medo de Juscelino, hesitava em candidatar-se. Destinou seu apoio a Jânio Quadros. Para o vice João Goulart, “os candidatos deveriam ser o general Lott pelo situacionismo e Jânio Quadros pela oposição”. A presidência da UDN foi assumida pelo conservador José de Magalhães Pinto, que fundara o partido.

Jânio Quadros, o político da renúncia, mais uma vez optou por ela na campanha. Oficiais-aviadores ameaçavam repetir a revolta de Jacareacanga. O tenente-coronel aviador João Paulo Moreira Burnier, líder da nova intentona, foi incumbido de provocar o decreto do estado de sítio. Não deu certo.

A renúncia não passava de uma estratégia de Quadros, que havia desistido de renunciar alegando ter sido pressionado por “adversários impiedosos”. A exoneração de Lott, que seria substituído no cargo por Odílio Denys (comandante do I Exército) era necessária para manter a tranquilidade do governo.

Em junho, a UDN optou por Milton Campos para disputar com Jango a vice-presidência da República.

As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, rebelavam-se, exigindo reforma agrária. Isso e mais as greves comandadas pelos petebistas formavam a imagem da tensão que permeava os primeiros meses de 1960, situação julgada por JK como contrária a Brasília.

Os “cinquenta anos em cinco” da política de JK estavam sintetizados nas viagens que o presidente havia feito pelo interior (totalizando três milhões de quilômetros), na represa de Três Marias (a maior barragem do mundo em construção, na época), no ritmo acelerado de crescimento da indústria automobilística, no acúmulo de água em açudes, na produção de energia e na irrigação das terras.

JK decepçionava-se com a posição do Rio de Janeiro em relação ao Brasil. Não tinha nada contra o estado, mas achava que ele sufocava o Executivo, em razão da superposição de poderes. Logo no início dos anos 1960, JK foi intensamente criticado pelo *Correio da Manhã*, que o chamou de “arquiteto da desordem material e moral”. Em compensação, foi comparado a Pedro, o Grande – que ergueu São Petersburgo.

Destacava-se um paradoxo do governo JK: o presidente, que abria a economia brasileira para depender menos do que era fabricado fora do país, estava propondo aos brasileiros a interiorização.

Já Brasília, a nova capital, chegou a ser assunto para o filósofo Jean-Paul Sartre e sua esposa, Simone de Beauvoir. A oposição acreditou que a construção de Brasília fracassaria e arruinaria a imagem de JK, o que não aconteceu. A UDN já não se mostrava mais contrária à capital, mas sim à maneira como fora construída.

Carlos Lacerda propunha que o novo governo abandonasse Brasília, transformando-a na “mais nova ruína do mundo”. A obra da capital estava sendo atrapalhada pelo ritmo lento dos engenheiros americanos, que foram encarregados da construção da

barragem Paranoá. Em virtude disso, JK transferiu a tarefa para a Novacap e marcou a inauguração da obra para o dia de seu aniversário, 12 de setembro de 1959.

Sobre a radiotelefonia, Juscelino rejeitou a empresa Light, cuja proposta era exorbitante (pedia 500 mil contos em moeda nacional e cinco milhões de dólares em créditos no exterior). Foi criado o Departamento de Telecomunicações Urbanas e Interurbanas (DTUI), sob chefia do engenheiro José Paulo Vianna.

Começava-se a questionar se os brasileiros estariam à altura do imenso projeto de Brasília, que unia o sonho da democracia modernista à grandeza do Estado. Até mesmo Fidel Castro admirava a idealização da nova capital. O cronista Rubem Braga também era entusiasta de Brasília, enquanto a crítica atribuiu sua criação a Israel Pinheiro, considerando que Juscelino Kubitschek apenas a continuara. Foi inaugurada em 21 de abril de 1960, com a presença do príncipe D. João de Orleans e Bragança, o magnata dos hotéis Conrad Hilton e a escritora Danuza Leão.

Jânio Quadros chegara ao poder, vencendo Ademar de Barros e o general Lott. JK o considerava um produto da insatisfação e do inconformismo, diante da falta de imaginação das tradicionais lideranças políticas. João Goulart foi eleito vice-presidente, com 4.547.010 votos.

A ala moça pessedista fora colocada de lado, substituída pelo retorno dos tradicionalistas do partido, dos quais Juscelino necessitava para manter-se firme politicamente. As lutas regionais também haviam sido colocadas de lado. A política ditava as bases do momento.

Em novembro de 1960, ocorreu uma greve de transportes, com o pretexto de pressionar o Congresso a votar o “Plano de Paridade de Vencimentos” entre civis e militares.

Já em dezembro, Juscelino mobilizou Goiás para que, uma vez fora da presidência, pudesse eleger um senador pelo estado que abrigou sua grande construção. Todos os partidos goianos (até mesmo a UDN local), em agradecimento, uniram-se numa frente pró-Juscelino.

JK ficou sabendo de um esquema sigiloso para desmoralizá-lo. Tratava-se de um discurso redigido por Clemente Mariani, que havia sido convidado para a pasta da Fazenda. No documento, o governo JK era comparado a um “reinado de nepotismos”. Uma multidão uniu-se para apoiar Juscelino, que estava sendo acusado de desviar a verba destinada à construção de Brasília.

Quanto a Jânio Quadros, ele não havia anunciado um plano de governo, e suas metas não eram transparentes, como foram as de Juscelino. Denunciava a situação financeira, culpando JK pelo déficit comercial de 1961. Sob pretexto de realizar uma reforma cambial, Jânio convocou Roberto Campos, defensor do “realismo cambial”, para sustentá-la. Deveria estar preparado para críticas.

Antes de assumir a presidência, em março de 1960, Jânio esteve em Cuba, ao lado de jornalistas, como Carlos Castello Branco; políticos, como Afonso Arinos; e o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Queria sinalizar uma política externa independente. Sua política financeira foi capaz de reconquistar a confiança dos investidores financeiros. Além disso, era adequada

aos objetivos da Fazenda. Porém, parecia não saber lidar com a questão cambial, e foi forçado a propor uma lei de remessa de lucros.

O “realismo cambial” de Roberto Campos provocou aumento do custo de vida, dobrando o preço do pão e da gasolina. Jânio tinha conquistado a admiração daqueles que não o haviam elegido, mas ele próprio era seu maior inimigo. Aos poucos ia sendo mostrada sua verdadeira face, a do político provinciano, sem amigos, que preferia ausentar-se do país e de seus problemas.

Jânio Quadros queixava-se muito dos políticos e também foi alvo das críticas de Carlos Lacerda, que o considerava um “presidente sem assunto”. Jânio costumava agir como se o Brasil fosse uma superpotência, ignorando totalmente os problemas que assolavam o país internamente. Era um renunciante em potencial, já que via na renúncia a solução – infundada – para seus problemas (que eram, na verdade, os problemas do Brasil que presidia). Desesperou-se. Tinha medo da burocracia da época, irritava-se com a insatisfação dos empresários com a política recessiva e com o descontentamento dos militares com sua política externa. Os esquerdistas intelectuais também irritavam Quadros, opondo-se diretamente a ele.

Em visita ao Brasil, o líder revolucionário Ernesto Che Guevara desembarcou em Brasília, em 19 de agosto, e foi condecorado por Jânio Quadros com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Juscelino observava de longe os rumos que a política estava tomando. Sabia que Jânio seria incapaz de governar com o Congresso e temia que seu principal adversário, Carlos Lacerda, pudesse aproveitar-se de situações indefinidas no

governo para impor suas críticas inflamadas. Aconteceu o que JK previa.

Lacerda começou a aparecer em programas de televisão para denunciar Jânio Quadros. Fez o mesmo no Rio de Janeiro. O então presidente percebeu e tentou desfazer a oposição de Lacerda, convidando-o e a esposa para passarem um fim de semana em Brasília. O ex-líder comunista sabia que não poderia aceitar. A oposição intensificou-se, não só da parte de Carlos Lacerda, o que fez com que Jânio Quadros apresentasse sua renúncia, em 25 de agosto de 1961.

Não houve mobilização de nenhum órgão pró-Jânio, que embarcou para a Europa. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência. O estado de sítio foi declarado.

Juscelino Kubitschek, então senador, rumou imediatamente para Brasília. José Maria Alkmin, com quem conversou na véspera da renúncia de Jânio, havia sugerido que Ranieri Mazzilli deveria, juntamente comessedistas e militares, promover o *impeachment* de Jânio e Jango. Para JK, Jango era demagogo e populista. Entretanto, como respeitador da Constituição, deveria deixar que as coisas seguissem o rumo previsto por lei.

Em 30 de agosto, Mazzilli encaminhou ao Parlamento uma nota de advertência aos militares. Nela, alertava para o perigo que a posse de João Goulart representava, afirmando que as Forças Armadas seriam “transformadas em milícias comunistas”. O Brasil estava próximo de uma guerra civil.

Era preciso dar o poder a Jango, seguindo a Constituição, mas isso seria feito sob intensa vigília

militar. Dever-se-ia mudar o regime. O Ato Adicional Nº 4 foi aprovado por uma diferença de 200 votos na Câmara dos Deputados e 42 no Senado Federal. Juscelino não era a favor da medida, dizendo ser um erro alterar o regime sem consultar o povo. O mal já estava feito.

JK indicou Tancredo Neves contra Alkmin para primeiro-ministro. No poder, Jango se mostrava a favor das reformas de base (caso contrário seria criticado por Leonel Brizola). O cargo de primeiro-ministro foi entregue a Francisco de Paula Brochado da Rocha, político petebista gaúcho.

Jango contava com a aliança de Magalhães Pinto e JK, prováveis candidatos de 1965, para conquistar o apoio dos udenistas e petebistas. No entanto, assim que assumiu o poder, Jango preferiu afastar-se de Juscelino, considerando-o conservador.

Leonel Brizola insistia em que Jango levantasse a bandeira das reformas de base. Goulart queria permitir o voto dos analfabetos, para modificar o cenário político da época. Enquanto isso, Juscelino aliava-se aos jovens. O custo de vida elevava-se novamente e o governo não se dispunha a tomar medidas para reduzir o deficit público.

Jango adotou a ideia de que o Brasil precisava de uma reforma social. Estudantes radicais aderiram ao Movimento de Educação de Base. O general Humberto de Alencar Castelo Branco, que comandava o IV Exército, observava atentamente aquela conjuntura.

João Goulart era a favor da reforma agrária, embora Juscelino o advertisse dos perigos que corria, apoiando o projeto. A inflação atingiu os 70% anuais. Os ministros militares convenceram Jango a pedir

poderes excepcionais ao Congresso Nacional. Solicitou ao Legislativo a decretação do estado de sítio, recusado pelo PSD. O PTB também recusou, e Jango recuou, sendo abandonado pelos generais Nelson de Melo, Castelo Branco e Peri Bevilacqua.

No Rio de Janeiro, houve mobilização, por parte do general Arthur da Costa e Silva, de oficiais-generais anticomunistas, antigetulistas e antijanguistas.

Em 10 de março, o secretário-geral do PSD, Martins Rodrigues, deu uma declaração contra o governo. Daquela maneira, separava-se de Jango. Mais tarde, a legalização do Partido Comunista e a reforma agrária foram exigidas por cerca de 250 mil pessoas. Jango pediu uma Assembleia Constituinte para substituir o Congresso. Criticou a Constituição e anunciou a liberação do voto para analfabetos. O protesto de Goulart foi entendido como antilegalista e subversivo, sofrendo protestos de cerca de meio milhão de pessoas.

Jango discursou em 30 de março, sendo criticado por JK, que lhe sugeriu fazer dois manifestos: um, tranquilizando a Nação em relação ao comunismo; outro, às Forças Armadas. Na tarde do mesmo dia, o general Carlos Luís Guedes prendeu adversários políticos e organizou uma tropa que ficou conhecida como Força Revolucionária. Os conspiradores do momento eram Costa e Silva, Castelo Branco e Ernesto Geisel.

João Goulart refugiou-se no Uruguai, enquanto estourava o golpe contra ele. Costa e Silva proclamou-se representante supremo da Revolução.

A classe média foi a favor do Golpe de Estado. Instalaram-se as práticas deladoras e o oportunismo

era reinante. O preferido dos militares para assumir o poder era Castelo Branco, candidato da Escola Superior de Guerra, considerado bem preparado e comprometido com a ordem civil.

Em encontro com JK, na casa do deputado Joaquim Ramos, Castelo Branco afirmou que respeitaria a Constituição e que as eleições seriam realizadas normalmente. No dia 9 de abril de 1964, foi anunciada no rádio a suspensão, por seis meses, das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade. Os comandantes do ato poderiam suspender os direitos políticos por dez anos e ficariam à vontade para cassar mandatos legislativos, federais, estaduais e municipais.

Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas tenham sido presas na ocasião do AI-1. Alguns navios foram transformados em verdadeiros presídios militares. No dia 11, Castelo Branco foi eleito por 361 votos contra 72. JK havia votado em Castelo. Começava uma operação para destruir o ex-presidente, por meio de ataques a sua honra e acusações deliberadas de corrupção. Mas eu, que acompanhei o fatídico voto de perto, não posso deixar de dar meu testemunho.

JK votou em Castelo, porque, por ocasião da revolução, Castelo buscou seu apoio; queriam dar-lhe certa legalidade. O grupo de Castelo foi suplantado pelo de Costa e Silva, porque a indecisão e a disputa interna entre os líderes civis levaram à ruptura do padrão democrático civil. Castelo estava convicto disso. Quando houve o voto, eu testemunhei: estava no Rio, num apartamento no Leme, em que Juscelino fazia as

reuniões políticas. Ernani do Amaral Peixoto e o PSD todo insistiram no voto em Castelo, porque acreditavam que, assim, as eleições de 65 estariam garantidas.

A estrutura de reverência democrática foi o caldo de cultura para o cancelamento das eleições. Não era só o PSD, o PDC ou outro partido que poderiam estar contrários à linha da manutenção das eleições; dentro dos demais partidos havia certeza de que existia a possibilidade de um concerto em torno das eleições de 1965. A precipitação política de São Paulo, com Ademar de Barros, estava relativamente contida.

Ao completar quatro anos, Brasília havia-se tornado sede do regime militar. Para disfarçar o que o Brasil fizera com a nova capital, surgiu o mito de que Brasília era responsável por todos os males do país.

No que dizia respeito à cassação, Carlos Lacerda era o adversário direto de JK. No dia 25 de maio, Juscelino divulgou uma nota em sua defesa, afirmando que os militares estavam querendo derrubar o regime democrático. Contudo não havia saída: um documento de Costa e Silva responsabilizava Juscelino pela inflação e exigia que o ex-presidente fosse cassado.

Dentre as acusações de corrupção, estava um relatório sobre compras de lotes de terrenos da Pampulha, com informações privilegiadas, além das denúncias de vantagens de empreiteiros durante a construção de Brasília. Falava-se também em negociações corruptas, na construção de uma ponte de ligação com o Paraguai.

JK viu, aos poucos, antigos aliados se afastarem, em face das acusações contra ele e seu governo. Todos os dias surgia nova acusação. O jornal *Estado de Minas*

chegou a publicar uma relação de medidas tomadas por JK durante seu governo, exigindo esclarecimentos. Juscelino optou por pronunciar-se no Senado. Declarou: Se me forem retirados os direitos políticos, como se anuncia em toda a parte, não me intimidarei, não deixarei de lutar. Não me estão ferindo pessoalmente, mas sim a todos os que se julgam no direito de escolher a quem desejam para presidir seus destinos. Este é um ato de usurpação e não ato de punição. Será um ato de traição às promessas da revolução, que oferecia oportunidade a todos nós, brasileiros, de colaborar na obra comum da reconstrução do país.

O Senado ouviu constrangido aquele que passaram a desprezar completamente. Vigiou-se o aeroporto, para impedir a ida de JK ao Rio de Janeiro. O ex-presidente passou aquela noite viajando. Em 8 de junho de 1964, foi entregue aos jornalistas uma nota, divulgando que estavam cassados os direitos políticos de Juscelino e de mais nove deputados estaduais, além de 39 outras pessoas. Vinha assinada por Castelo Branco e pelo ministro da Justiça, Milton Campos.

Carlos Lacerda comemorou, em Londres, a cassação de JK, que recebeu a notícia em seu apartamento no Rio, ao lado de amigos. Poucas pessoas se reuniram em frente ao apartamento para protestar. Algumas cantavam o Hino Nacional; outras, apoiadoras de Lacerda, gritavam “ladrão, ladrão!”. Em sua última declaração, Juscelino chegou a dizer que os militares sofreriam “os efeitos da tirania que ajudaram a instalar no poder”. Já não se continha – e podia ser preso a qualquer momento.

O regime autoritário desprezava a cidadania, desmoralizava a atividade política e cultuava a censura. A Universidade de Brasília foi tomada, professores de filosofia foram demitidos e a campanha de alfabetização de Paulo Freire foi dissolvida. Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Mário Schenberg, Jesus Soares Pereira, Leite Lopes, Josué de Castro, Jaime Tiomno, Maria Yeda Linhares, Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Álvaro Vieira Pinto, Osny Duarte Pereira, Joel Rufino e Moniz Bandeira eram alguns dos nomes de intelectuais que haviam sido punidos.

O regime havia cassado três ex-presidentes, 122 oficiais e milhares de funcionários civis e militares. Tudo era perigoso.

JK foi acompanhado, no dia 14 de junho, pelo embaixador espanhol, diante de uma multidão que se aglomerara no Galeão, cantando o Hino Nacional. Juscelino estava escoltado por soldados da Aeronáutica.

No ano de 1964, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma manifestação popular à qual ninguém deu o devido sentido. A meu ver, ninguém põe na rua tanta gente, como aconteceu quase espontaneamente em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, porque nem havia recurso para isso. Era uma mensagem muito clara de que nenhuma alteração dos partidos mais avançados poderia ser feita, sem que houvesse um programa de guerra civil, e, se a população estivesse a favor, teria havido um milhão de pessoas do outro lado. Mas não se via com clareza o fato político que gerou a saída dos quartéis. Isso reforça minha tese de que o poder civil tinha estabelecido um rumo e as lideranças civis o desvirtuaram, resultando no regime militar.

Para ilustrar com detalhes saborosos – alguns a mim revelados com exclusividade – uma fase tão amarga na vida de nosso querido presidente Juscelino Kubitschek, farei uma pausa para citar trechos de uma divertida e interessantíssima entrevista com Aníbal Teixeira. Aníbal foi presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários), no Rio de Janeiro, e responsável pelos planos de governo do JK-65. Não é preciso dizer que foi uma pessoa importantíssima na política de Juscelino.

Aníbal Teixeira conheceu Juscelino Kubitschek quando presidia a UBES. Disse-me ele: Haveria uma reunião de estudantes em Bruxelas, em 1953. Nessa época, o Ministro da Educação era Antonio Balbino, que mais tarde seria governador da Bahia. Foi ele quem me deu passagem, pela antiga Panair, para ir até Belo Horizonte – porque eu não tinha dinheiro. Fui para lá e encontrei Juscelino, que era governador. Ele dizia: ‘A Europa é uma universidade, mudei minha vida depois que fui pra lá’. Eu precisava de uma ajuda, porque a UBES não tinha dinheiro. Ele me perguntou de quanto eu precisava, e eu disse: ‘Governador, uns 500 dólares’, mas ele retorquiu: ‘Ah não, tem que ser uns 1.000 dólares, vou te arranjar 1.000 dólares’. E me mandou para a Cauê, empresa de cimentos. Lá me deram esse dinheiro. Fiquei num albergue com direito a café e almoço. Foi a primeira vez que fui à Europa, embora a tenha conhecido mesmo apenas na fase de Diretor de Imigração. Na época em que pedi a ajuda ao Juscelino, já tinha, claro, ouvido falar dele. Na verdade, quando estive com ele, lembrei-me de que tínhamos sido vizinhos em Ouro Preto e que uma vez ele tinha ido a minha casa levar uns doces. Esse foi, realmente, nosso primeiro contato.

Aníbal Teixeira tem muita história para contar. Foi vizinho de Tancredo Neves durante doze anos, e lembra: “Ele até me ajudou a comprar meu apartamento. O meu era cobertura, o dele era no 10º andar”. Devido a sua participação em períodos tão determinantes na vida de nosso homenageado presidente e, principalmente, aos dados curiosos que o bate-papo animado com Aníbal me trouxe, fico lisonjeado de tê-lo como entrevistado. Aníbal conhece muito da personalidade de JK, que eu, felizmente, também tive o prazer de conhecer. Durante nossa conversa, pedi-lhe que falasse um pouco sobre Minas. Não poderia deixar de pedir, afinal o Aníbal é mineiro, nascido em Belo Horizonte.

Continua ele seu depoimento:

Em Minas havia um clima muito favorável a Juscelino. Ele era uma pessoa com muito prestígio. Tinha uma percepção muito grande, uma capacidade de intuição. Consegui perceber, por exemplo, que os países derrotados da Guerra, especialmente o Japão e a Alemanha, tinham uma base comercial e política de mercado. Ele fez os japoneses irem para a Usiminas e fez a Mannesmann ir para Minas. E realmente os dois primeiros que vieram para o Brasil foram alemães, tanto a Volkswagen como a Mercedes-Benz. Com isso, ele ficou bem com o empresariado. E Getúlio ficou muito emocionado, porque o último acontecimento público de que participou foi a visita à Mannesmann.

Aníbal também falou sobre suas competências no governo JK:

Eu era responsável pelo plano de governo e pelas 14 metas agrícolas. Juscelino foi acusado de só ter cuidado da indústria, e a base dele era muito rural, por causa do PSD. Havia certa insatisfação, mas, na verdade, com a meta de adubo que tinha sido cumprida, a agricultura deixou de ser atrasada, então a base da agricultura apareceu no mercado interno. JK começou a interessar-se por esse negócio. Durante toda a presidência dele, fui Diretor de Imigração. Além disso, Aníbal também chefiou a parte da mão-de-obra.

Já que falávamos do golpe, que também foi contextualizado por Aníbal, cito o trecho da entrevista em que ele fala a esse respeito:

O problema geopolítico é que os americanos se desentenderam. Os chineses começaram a disputar a liderança das esquerdas na América Latina. Houve a distinção entre China e Rússia, a primeira rural e a segunda proletária. Houve o desentendimento chamado Guerra de Libertação. Na época que precedeu a revolução, dia sim, dia não, o jornal O Globo publicava o editorial Fora Jango. Os jornais da Nova Era estavam com Jango, mas tinham pouquíssimos exemplares. O movimento acabou sendo geral. A imprensa estava contra, os religiosos estavam contra, os próprios agricultores contra, quer dizer... havia um clima todo contrário. E continua:

Em 1964 eu era um especialista em Reforma Agrária e compareci a uma conferência do Leonel

Brizola em Belo Horizonte. Foi uma bobagem, não era um debate. Quando aludi ao fato de que o governo tinha mais de 600 mil hectares de terras disponíveis, fui fisicamente agredido. Perdi muito sangue e fui levado ao pronto-socorro, onde, já eleito deputado, reconheceram-me como filho do capitão Teixeira. Era o major Clementino, chefe do serviço secreto do Exército. Ele me queria ao lado deles. Eu comecei a participar, mas recuava.

Ainda sobre o Golpe de 64, menciono também agora as impressões do já citado Aristóteles Drummond. Deixo aqui um pouco mais de história, recheada de nomes, para os amantes de detalhes.

Com a palavra Aristóteles:

Não é nenhuma novidade que os movimentos revolucionários percam sua unidade tão logo estejam vitoriosos. A luta pelo poder é inerente à política e aos homens. A história está repleta de exemplos, até mesmo na vigência da mais plena democracia.

No Brasil de 64, não foi diferente. Ademar de Barros e Carlos Lacerda, dois influentes líderes do movimento, foram cassados e perderam seus direitos políticos. Magalhães Pinto, o líder civil, teve seu acesso à Presidência da República barrado.

A Revolução não foi feita contra JK, como entenderam e lutaram os udenistas, até obterem, no último minuto, o ato do presidente Castelo Branco, que, inclusive, teve o voto do senador por Goiás e

ex-presidente da República no Congresso Nacional. JK foi alvo de pressões da UDN lacerdista e do então ministro Arthur da Costa e Silva, muito assediado pela oficialidade lacerdista.

Aristóteles continua:

JK, no dia seguinte à queda de Goulart, ao sugerir a rápida retomada da normalidade com a posse em definitivo de Ranieri Mazzilli, declarou que, efetivamente, a infiltração comunista no interior do governo Goulart havia passado do aceitável. Estão aí os jornais da época como prova – mais especificamente as edições dos dias 3, 4 e 5 de abril (para quem quiser resgatar e ler, vale a pena).

E finaliza:

O ex-presidente, então candidato do PSD na eleição prevista para 1965, viu a maioria de seu partido votar em Castelo Branco e, no ano seguinte, com o fim dos partidos e a criação do bipartidarismo, integrarem a Arena, sigla de Aliança Renovadora Nacional. A começar pelos mineiros Israel Pinheiro, Murilo Badaró, Ozanan Coelho e Benedito Valadares, por quem JK fora nomeado prefeito de Belo Horizonte. Na linha de frente da Revolução estavam alguns de seus mais leais ministros, como o general Nelson de Melo, José Maria Alckmin (vice de Castelo Branco), além dos senadores Gilberto Marinho, Rui Carneiro, Vitorino Freire, Auro de Moura Andrade, Filinto Muller (líder do PSD no tempo de JK), dos amigos

Augusto Frederico Schmidt e Rui Gomes de Almeida, entre outros.

Agora que já temos minúcias sobre o Golpe de 1964, volto a falar do exílio de JK. Juscelino e a esposa, dona Sarah, hospedaram-se no apartamento 171, do Palace Hotel de Madri. JK declarava ter saído do Brasil “nos braços do povo”, por ocasião das manifestações no aeroporto. Precisava provar para a Justiça que não havia acumulado a sétima fortuna do mundo (era uma das acusações contra ele).

Sempre festeiro, alegre e acessível, JK foi perdendo seu brilho no exílio. No entanto, precisava seguir em frente. Ocupou-se do casamento da filha Márcia com o industrial Baldomero “Bê” Barbará, que se realizou em 30 de junho de 1964, na igreja de Santa Isabel. Deprimiu-se ao perceber que ex-auxiliares, amedrontados com a situação instaurada, evitaram comparecer ao matrimônio de sua filha. Sobre essa triste fase, Anna Christina Kubitscheck contou-me que sua mãe se correspondia com JK por cartas, raramente por telefone.

A família Kubitscheck rumou para Paris. Juscelino temia morrer no exílio. Sonhou em voltar ao Brasil no final de 1964, mas foi aconselhado por amigos a não fazê-lo, pois seria extremamente perigoso. Afirmava serem infinitos os dias longe de sua pátria. Novamente, os fatos contados por Aníbal Teixeira, que esteve ao lado de JK no exílio, só vêm confirmar o que se sabe sobre a solidão que o envolvia longe de seu país.

Testemunha Aníbal: Fui a Paris e fiquei lá uns quatro meses. Depois voltei ao Brasil e fui de novo para lá. Ele queria escrever sua autobiografia. Eu levei alguns

livros para ele e o incentivei a fazê-lo. Tinha levado também 8 mil dólares. Quem tinha dinheiro na família era dona Sarah. Com aquele dinheiro ele comprou um carro. Juscelino não tinha motivação pra nada. Foi um momento difícil na vida dele e do Brasil. Acrescento, ainda, que não foi apenas um momento difícil: foi, acima de tudo, constrangedor – nas palavras do próprio Aníbal. “Eles puseram Juscelino num quartozinho, com banheiro desorganizado, sem ao menos papel higiênico. Criaram constrangimentos pessoais para Juscelino, embora não tivesse havido agressão”, conta ele, ao falar sobre as ocasiões em que JK voltava para o Brasil e sofria incessantes inquéritos policiais.

Aníbal também esteve com JK nos Estados Unidos. Segundo me contou, foi ali que nosso presidente do progresso e do “faça você mesmo” lhe deu uma inesquecível lição de sua disposição para recomeçar do zero, que, claro, eu não poderia deixar de reproduzir aqui. Vamos a ela:

Cheguei aos Estados Unidos, diz Aníbal, (isso foi depois que eu voltei da França) e Juscelino perguntou se eu conhecia a história dos [irmãos] Mac Donald. Dizia: ‘Quem fica rico é porque tem uma ideia; só quem tem uma grande ideia fica rico’. Completava: ‘Vou fazer pastel aqui nos Estados Unidos. Você já viu pastel por aqui?’ Fiquei incumbido de ver como seria o procedimento (compra das máquinas etc.). Nessa época, um deputado federal foi visitar-nos, era o Pedrinho Tassi. Ele dizia: ‘Aníbal, eu e minha irmã vamos fazer aqui pão de queijo!’ Anos depois,

encontrei-me com a irmã dele – já falecida – e perguntei sobre o tal negócio do pão de queijo, ao que ela respondeu: “Nós já temos trinta casas!” Eu: “Ah, e só brasileiro compra?” Surpreendi-me: ela tinha uma pesquisa que mostrava que os “compradores” eram 30% brasileiros, 30% americanos e 40% mexicanos. Isso porque eles recheavam os pães de queijo com queijo e presunto. Tanto é que existem até filhotes mexicanos que nunca foram ao México e pensam que este é um prato típico do país deles.

Essa história dá uma ideia da personalidade empreendedora de Juscelino. E não é uma vaga ideia, até porque não é qualquer pessoa que (principalmente já tendo presidido a República de uma nação!) se mostra disposta a arregaçar as mangas, num país que não é o seu, e recomeçar sua vida. Esse é apenas um exemplo de como JK costumava agir, dentro e fora dos cargos políticos que chegou a ocupar.

Antes de prosseguir com a historiografia, é preciso fazer uma digressão, para que o leitor entenda melhor o que foi o JK-65. Havia uma divergência fundamental no modo como nós aqui de São Paulo, que éramos parte importante do grupo de Juscelino, pensávamos a respeito do encaminhamento das alianças e da maneira como Juscelino se apresentaria, depois de sagrado candidato do PSD (o que aconteceu no Rio, na sede da Assembléia – que naquela ocasião era o Congresso Nacional, em frente à Igreja do Carmo) e os outros. Nossa posição, ou seja, a minha, a de Nadir Figueiredo e de todos os expoentes daqui de São Paulo, era de que a formatação

da aliança de Juscelino deveria promover o encontro com outras áreas de expansão partidárias, que não o PTB. Não que houvesse alguma reação específica contra Jango, mas nós achávamos que o PTB já tinha dono na sucessão dele: Leonel Brizola. Pensávamos também que Jango não estivesse disposto a fazer uma cisão no PTB, porque ele acreditava ter sido lesado em uma parte do seu mandato: manteria o PTB íntegro, podendo buscar a recuperação dos dois anos que julgava ter perdido. A reunião da Central do Brasil foi uma demonstração clara de que nós estávamos caminhando para uma posição de alteração democrática, como também aconteceu na reunião que tivemos com Sodré, com Juscelino e até com Franco Montoro.

Baseados nessa premissa, nós partimos, de acordo com Juscelino, para acrescentar outros partidos à base do PSD, que, em São Paulo, sempre foi frágil em termos de voto. Os diretórios do PSD eram fracos por aqui, e, por isso, nós achávamos que seria necessário ter uma participação importante, porque quem dominava o Estado eram a UDN e o PSP de Ademar. O PSD não havia desfrutado politicamente dos anos de bonança da presidência de Juscelino Kubitschek, e tinha se concentrado como um grupo pequeno de deputados, do qual saiu uma importante deputada, Conceição da Costa Neves. Afora ela, não havia nenhuma representação muito importante. Ulisses não tinha um contato próximo com Juscelino e Auro Moura Andrade trilhava caminho próprio. Eles consideravam que Juscelino poderia vir a ser candidato, só que não descartavam a possibilidade de que o próprio Auro pudesse ser candidato. Portanto,

o PSD tinha aqui uma base fragmentada e, por isso, nós começamos a buscar outras áreas. Isso foi em 1963.

Conversei com André Franco Montoro, que havia sido meu professor na Faculdade de Direito, e organizei um almoço na casa de Juscelino. Num sábado, fui buscá-lo no aeroporto e levei-o para lá. Foi uma conversa de duas horas, em que, finalmente, selou-se um pacto: ficava decidido que o PDC apoiaria o JK-65 e Montoro, que já tinha sido Ministro do Trabalho, com Tancredo Neves, no governo parlamentarista, voltaria ao cargo com Juscelino. Peguei meu fusquinha, fui levar Montoro de volta. Ele comentou comigo que tinha ficado absolutamente encantado com Juscelino, comemorando que iam trabalhar juntos. Depois, houve também uma articulação feita com apoio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), nitidamente paulista, claro. Nós (na verdade, o presidente honorário da Fiesp, Nadir Figueiredo, mineiro, que tinha sido amigo de JK) dizíamos a Juscelino, nos almoços no Rio, que estávamos caminhando para uma ruptura institucional, e que o tecido democrático estava de tal maneira, que haveria ruptura clara, se a posição dele não fosse de mediação no processo político. Mas não havia jeito: ele acreditava na lealdade de Jango.

Jango tinha em São Paulo dois homens de confiança, que cuidavam de seu partido. Um deles era Tião Maia; o outro, Filadelpho Machado. Este vivia em São Paulo e se ocupava, com Tião, da gestão dos recursos. Num jantar que tivemos, ele contou a história toda: JK não tem nenhuma condição de ser apoiado por Jango. Jango vai para a recuperação do seu mandato por dois anos, ou então teremos uma ruptura do partido, com Leonel Brizola assumindo,

rompendo fortemente com a oposição do sistema que aí está. E concluiu: Nitidamente, há um comando da Câmara dos Deputados sobre o Poder Executivo, de modo que Jango jamais apoiará, pelo contrário, fará o necessário para eliminar JK e a aliança PSD-PTB.

Depois dessa conversa, encontrei-me com Juscelino Kubitschek e contei-lhe tudo, citando as fontes. Ele não acreditou. Em seguida, viajamos para a Itália. Tinha morrido o Papa João XXIII, e estávamos em Turim quando veio a notícia. Juscelino deveria participar do velório, e ficou hospedado na Casa do Brasil, enquanto Jango ficou na casa do embaixador brasileiro junto à Santa Sé. Juscelino deveria decidir se ia ou não visitar Jango, e optou por não ir. Eu fui com Osvaldo Penido. Fomos recebidos por Jango, muito simpático pessoalmente. Ele esticou a perna sobre um banquinho e começamos a conversar. Isso foi em junho de 1963, e estávamos caminhando para as eleições. Dissemos que tínhamos ido lá para cumprimentá-lo e para saber se podíamos iniciar as conversas para contar com o apoio dele. Jango, porém, foi de uma frieza absoluta, dizendo que os partidos deveriam estar totalmente separados. “Não vamos poder resolver dentro de uma aliança mais ampla, e essa é a posição que eu vou defender”, disse ele.

Jango tinha o controle do partido e estava sendo muito contestado pelo ambicioso Brizola, que queria uma mudança no regime. Juscelino não pôde discernir com clareza que a classe operária, antes do JK-65, tinha-se transformado numa classe média, depois de dez anos, e isso tinha mudado completamente o perfil do PTB e das entidades sindicais. Acontece que um país que

não tinha indústria, de repente passou a ter indústrias básicas importantes, e o desenvolvimento de São Paulo, gerado pelo desenvolvimento do Brasil, criou o começo de uma classe média nova, que já não dependia mais do trabalho, nas bases em que fora previamente estabelecido, as bases sindicais.

Quando começaram a surgir as lideranças decorrentes da ascensão das classes trabalhadoras, nós começamos a perceber que o PTB começava a perder fundamentalmente toda a sua força e caminhava para uma posição de centro, cujo desaguadouro natural seria Juscelino. Depois da reunião, conversamos com JK, mas ele ainda não acreditava na postura do Jango. Ficou remoendo a ideia da aliança e isso o deixou solitário.

Agora, sim, voltemos aos fatos históricos. Aproximavam-se as eleições de 3 de outubro de 1965. Castelo Branco estava em dúvida entre a prorrogação dos mandatos dos governadores, o estabelecimento de eleições indiretas ou a indicação de presidentes para as assembleias. Carlos Lacerda fez veemente pressão pelas diretas. Foi aceito.

Juscelino decidiu voltar ao Brasil no dia das eleições – porém quando as urnas já estivessem fechadas, para não ser acusado de ter interferido nos resultados. Havia sido intimado a comparecer no dia seguinte ao quartel da Polícia Especial, no Exército. Ali, passou três horas sentado num banco, respondendo a perguntas mecânicas, com um único propósito: feri-lo.

Durante o inquérito, alegava-se que a volta de JK ao Brasil, quando os candidatos mineiros se sobressaíram

nas eleições em São Paulo e Minas Gerais, constituía sabotagem do controle militar.

Israel Pinheiro triunfou em Minas contra Roberto Resende, e Negrão de Lima, no Rio, contra Flexa Ribeiro. As acusações contra JK não cessavam. Empresas foram investigadas, com o intuito de localizar investimentos do ex-presidente, porém nada foi encontrado.

Sobral Pinto escreveu um telegrama a Castelo Branco, protestando contra as injúrias sobre Juscelino. O militar respondeu de modo hostil, alegando que as convocações para interrogar JK poderiam, legalmente, ocorrer quando julgasse necessário.

O busto de Juscelino, na Cinelândia, no Rio, foi derrubado. O ex-presidente completava 46 horas de depoimentos a militares.

Em manifestações contrárias à repressão militar, Carlos Lacerda foi punido, tendo sido bloqueado seu acesso à televisão.

No dia 14, o jornal *Correio da Manhã* publicou um editorial contra o tratamento que JK estava recebendo. Em 27 de outubro de 1965, foi promulgado o Ato Institucional Nº 2, cujas medidas se destinavam ao controle da representação política, ao fim da escolha pelo voto popular direto do presidente e do vice-presidente da República e à extinção dos partidos criados em 1945. O partido da oposição estava proibido de configurar maioria de votos. Se isso acontecesse, haveria cassações para reequilibrar a balança a favor dos militares.

Ficou estipulado que o presidente poderia nomear juizes federais e as garantias dos magistrados foram suspensas. Os crimes contra a segurança nacional

passaram aos cuidados dos Tribunais Militares. O foro especial para governadores e secretários de Estado foi eliminado. A Arena (Aliança Renovadora Nacional), que unia o PSD a UDN, PR, PSP e PL, foi o partido que nasceu dos atos repressivos.

A oposição seria representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Os governadores eleitos seriam impedidos de escolher livremente seus secretários de segurança. A imprensa internacional considerava Castelo Branco um ditador.

JK adoeceu e precisou ser examinado. Enquanto os médicos militares o examinavam, uma patrulha se preparava para prendê-lo, caso nada fosse diagnosticado. Um eletrocardiograma constatou acidente cardiovascular, recomendando-se a interrupção dos interrogatórios. Os militares concederam 15 dias de licença para que Juscelino se recuperasse.

Uma vez que a candidatura de Carlos Lacerda era a única civil, uma solução seria que JK o apoiasse. Lacerda receava, e JK a cada dia ficava mais deprimido. Deveria deixar o país imediatamente, o que agravava sua situação emocional.

Em 9 de novembro de 1965, dirigiu-se com dona Sarah ao aeroporto do Galeão e, depois de ter sido parado por militares no caminho, rumou enfim para Nova York. Não gostava da cidade. Sentia-se só e deprimido. Detestava ficar longe dos amigos e, principalmente, da pátria amada. Para piorar, considerava Nova York um lugar extremamente solitário.

No repressivo ano de 1965, Aníbal Teixeira teve seu telefone grampeado. Ele conta-nos como foi a experiência:

Quando eu descobri que meu telefone estava grampeado [pela Cemig/Telemig], era um ambiente muito ruim para o Exército, favorável à redemocratização. Eu tinha que falar as coisas estrategicamente e conduzir muito bem minhas declarações.

Todos nós, que amargamos aqueles anos de regime ditatorial, sabíamos quanto era delicado passar por situações como essa que Aníbal ilustra tão bem.

A irmã de Juscelino, Naná, faleceu no dia 9 de junho de 1966. Graças a Adolpho Bloch e Magalhães Pinto, JK obteve permissão para ir ao velório, sob condição de evitar contatos políticos e manifestações. Deveria voltar ao exílio logo após o enterro.

Carlos Lacerda aceitou o apoio de JK e partiu para a ofensiva contra Castelo Branco. Acusava-o de “esterilizar a democracia”.

O candidato único Costa e Silva fazia campanha de Norte a Sul, elegendo-se em 3 de outubro de 1966, com votos da Arena. Aqueles que protestaram no Plenário foram, mais tarde, cassados. Lacerda, por meio de um manifesto na Frente Ampla, reivindicou o voto e sugeriu a união contra a usurpação do poder. Em 19 de novembro, encontrou-se com JK em Lisboa.

Juscelino temia que as personalidades distintas dificultassem um acordo entre ele e Lacerda. Entretanto, ambos queriam ver a paz reinar no Brasil. O próprio JK os comparou a “dois generais que haviam assinado um tratado de paz após longa guerra”.

Eu considero que a Frente Ampla tenha sido, realmente, muito ampla! Isso porque era impossível

imaginar Lacerda, Jango e JK na reunião de Lisboa, em que Juscelino ficou com a consciência tranquila, porque os outros puderam reconhecer que ele estava dando a Lacerda a possibilidade do retorno, dentro da normalidade democrática. Vejo isso como uma expiação dos pecados, e os fatos o confirmaram, tanto nas declarações de Jango, quanto nas do próprio Lacerda. O que fica desse episódio é que estávamos caminhando para montar uma estrutura partidária, que seria diversificada, mas, por outro lado, teria um centro (Juscelino Kubitschek) e não passaria pelo PTB. Acredito que a visão de Juscelino, contrária a todos, provou-se como um de seus grandes erros na vida política, e originou tudo aquilo que se passou depois, durante os anos do domínio militar.

Foi decretada a prisão preventiva de JK. Ele era acusado de cumplicidade com funcionários do quinto escalão. As antigas acusações de motivação de subversivos foram substituídas por ataques de cunho pessoal.

Dez meses depois de ter decretado o Ato Institucional Nº3, que determinava eleições indiretas para governador, o governo assinou o AI-4, convocando o Congresso em uma sessão extraordinária, para a aprovação do texto de uma nova Constituição, “promulgada” em 24 de janeiro de 1967.

De acordo com o AI-4, o Conselho de Segurança Nacional teria o direito de escolher os prefeitos dos municípios. O governo federal tinha livre intervenção.

JK não suportava mais o exílio. Achava que, se aceitasse ficar no exterior, seria considerado culpado. Decidiu voltar ao Brasil e desembarcou no Rio de surpresa,

em 9 de abril de 1967. Em julho, Castelo Branco faleceu, vítima de um acidente aéreo.

Carlos Lacerda espalhou a notícia do apoio de Juscelino a sua futura candidatura à presidência. JK continuava sendo pressionado. Novos processos surgiam. Foi acusado de doar um automóvel JK-Alfa Romeo a dona Sarah, por meio da Fábrica Nacional de Motores. Em outro processo, era acusado de utilizar os recursos destinados à construção da “Ponte da Amizade” (que ligava o Brasil ao Paraguai), para comprar o apartamento da Vieira Souto, que jamais lhe pertenceu. Eram falsas acusações.

No dia 11, véspera do 65º aniversário de JK, Costa e Silva ordenou à Polícia Federal que o intimasse a comparecer à Delegacia Regional. Fazia-o para impedir as comemorações de seu aniversário. JK recusou comparecer, lançando um manifesto, em que dizia ser o silêncio sua única arma. Voltou a Nova York.

Lacerda encontrou-se com João Goulart. Falaram da urgência de redemocratizar o Brasil, modernizar suas instituições arcaicas e assegurar à população o aproveitamento das riquezas naturais em seu próprio benefício. Afirmava-se que a eleição direta era estritamente necessária para promover a paz nacional, e a Frente Ampla propunha restaurar as liberdades públicas e individuais.

JK, mesmo sob ameaças, voltou ao Brasil em 25 de outubro de 1967. No ano seguinte, decidiu participar dos festejos carnavalescos ao lado das filhas. Um coro clamava por sua volta, no baile do Municipal, no Rio.

Uma grande revolta estudantil abalou as estruturas militares naquele ano. No dia 28 de março,

policiais militares responderam aos protestos com pedradas e tiros. O jovem manifestante Edson Luís de Lima Souto foi morto na ocasião e seu corpo levado para a Assembleia Legislativa. O velório aconteceu ao som de discursos e debaixo de bombas de gás lacrimogêneo, e, no dia seguinte, o enterro foi acompanhado por cerca de cinquenta mil pessoas.

Em maio de 1968, foi julgada no Supremo a possibilidade de sequestrar o apartamento da Vieira Souto. O ano de 1968 foi, no Brasil, o estopim das manifestações de caráter mundial de toda a década de 1960. Na manhã de 29 de agosto, a Universidade de Brasília foi invadida por tropas da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Exército.

Deu-se o Ato Institucional N°5, com poderes absolutos de legislação, decreto do recesso de políticos e de cassação de mandatos por dez anos, sem direito de defesa, suspensão das garantias individuais e de magistratura, decreto do estado de sítio, censura da imprensa e confisco de bens. Recomeçaram as prisões e foram forçadas as aposentadorias de ministros do Supremo e professores universitários. Objetivava-se liquidar quaisquer resquícios liberais.

Juscelino Kubitschek, Renato Archer e Carlos Lacerda foram presos na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, no mesmo dia em que o Congresso fechou as portas. JK estava com a saúde péssima, sofrendo de diabetes. Necessitava de urgente acompanhamento médico. Os soldados não estavam autorizados a falar com ele. Era de desconhecimento quase geral a prisão do ex-presidente.

As objeções a JK tinham nascido quando Juscelino levava ao poder o PTB de Jango. Fosse o PTB de Oswaldo Aranha, não teria havido problema. Passadas duas semanas, Juscelino foi libertado e permaneceu durante mais um mês em prisão domiciliar, sem direito a visitas. Segundo atestado médico, JK sofria de arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabetes, gota e síndromes de depressão.

Ainda nesse mesmo ano de 1968, Aníbal Teixeira foi cassado. Contou-me ele:

Eles interceptaram um relatório militar meu, mas na verdade eram só compilações na imprensa, quase como recortes. Claro que eu tinha contatos, mas o que eles interceptaram era besteira. Discursi na Assembleia dizendo: 'As pessoas entram na história pela porta da frente, como Napoleão, ou pela porta dos fundos, como Castelo Branco'. Eu era deputado estadual quando fui cassado. Tinha sido avisado antes pelo Tancredo, que foi lá em casa. Fiquei preparado e, quatro dias depois, fui cassado. Ele me ofereceu ir para o exterior, porque Juscelino já estava lá. Fiquei em fazendas, em apartamentos, enfim... circulando pra não ser preso.

Na época da perseguição política, eu também posso dizer que vivi na pele experiências como a de Aníbal. Antes de 68, tive meu apartamento invadido.

Eu morava em Higienópolis e, no momento da cassação de Juscelino, uma confusão se instalou em todos os departamentos, em todos os quadrantes

nacionais. Depois da cassação, um grupo de militares foi a minha casa fazer uma revista, em busca de documentos sobre Juscelino; ameaçaram-me claramente. Mas eu não tinha nenhuma participação naquilo que eles chamavam de “movimentos”.

Essa invasão foi a primeira real manifestação do que viria a acontecer depois. Procurei deixar claro que, depois que saí da faculdade, o que fiz não tinha maior conotação do que uma vida com atos politicamente claros, e tudo o que eu fizera poderia perfeitamente ser publicado pelos jornais, pelos órgãos de divulgação. Foi por causa disso que eles chegaram à conclusão de que eu tivera apenas uma participação política, como coordenador da campanha aqui em São Paulo.

O fato é que havia um desconhecimento total da pessoa de Juscelino por parte daqueles que tinham sido comensais ou batiam à porta para serem recebidos por ele, nas altas esferas federais. Quanto a isso, costumo dizer que é um privilégio da grandeza do espírito humano. Não me afetou, apenas me ensinou algumas coisas que não estavam dentro de minhas normas de ação.

Em 26 de janeiro de 1969, o capitão do Exército Carlos Lamarca, com sete outros militares, fugiu do 4º Regimento do Exército, sediado em São Paulo, em Quitaúna. A Universidade de Brasília transformou-se rapidamente num dos focos da rebelião, sob a liderança de Honestino Guimarães, que mais tarde ocuparia a presidência da UNE, 183 e seria preso e morto.

Em julho, foi lançada em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), ação conjunta da polícia e do Exército contra a subversão.

Em agosto, foi aberta uma nova investigação policial sobre as finanças de Juscelino. O ex-presidente seria obrigado a documentar todas as atividades financeiras exercidas ao longo de sua vida. Era acusado pela Comissão Geral de Investigações de ter enriquecido ilegalmente, durante seu mandato como presidente.

A polícia também quis saber quanto JK havia recebido por conferências ministradas nos Estados Unidos. Supunha que Juscelino não havia pago imposto de renda sobre os honorários. Ele não tinha a documentação exigida, por isso teve de telegrafar para todas as faculdades nas quais havia feito conferência e perguntar quanto lhe haviam pago.

No final de outubro, o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito. Costa e Silva faleceu menos de dois meses depois, em 17 de dezembro de 1969.

Juscelino passou a odiar o prédio da Vieira Souto, considerando que o imóvel estava diretamente ligado a tudo de ruim que lhe havia acontecido. O governo Médici havia aniquilado qualquer possibilidade de que JK reassumisse a cena política até 1974, ano em que seus direitos civis expirariam – uma vez que a nova lei havia protocolado que, ao término do período da cassação, os indivíduos punidos não poderiam mais ocupar cargos públicos.

JK ganhou um livro escrito por Oscar Niemeyer, que destinava um capítulo todo a homenagear Brasília. Deu-o à filha Maristela, que se tornara arquiteta.

Em março de 1970, JK extraiu um carcinoma. Foi necessária a remoção total da próstata, o que arruinou a vida sexual do ex-presidente.

JK adentrou o mercado de capitais. Precisava democratizar a propriedade, por meio de ações da bolsa de valores.

Os amigos haviam sumido, mantendo-se apenas os fiéis: José Maria Alkmin, Adolpho Bloch, Sebastião Paes de Almeida, Walther Moreira Salles e Francisco Negrão de Lima.

Juscelino Kubitschek, em virtude da idealização e construção de Brasília, era tão conhecido no exterior quanto o craque Pelé.

Um problema na coluna obrigou-o a ficar internado novamente. Precisava trabalhar. Passou a ministrar cursos, meteu-se em negócios imobiliários e entrou para o mercado financeiro. Integrou a equipe da revista Manchete, a partir de 1971.

No dia 1º de maio de 1971, JK sofreu a perda da mãe, dona Júlia, que morreu em Belo Horizonte, aos 98 anos. Dona Júlia morreu segurando a mão de Juscelino.

No início de 1972, visitou Brasília. Não foi reconhecido pelos brasilienses, foi ignorado no 10º aniversário da cidade. Sua fiel amiga Vera Brandt, por ocasião da comemoração, publicou uma convocação e mandou rezar uma missa. Temeu que a igreja ficasse vazia, já que muita gente evitaria comparecer. Vítor Nunes Leal e a família Bernardo Sayão compareceram. Havia um membro do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) fotografando o evento. Vera Brandt pediu que o fotógrafo enviasse as fotos ao amigo.

JK passou também por Diamantina, sua cidade natal. Alegrou-se por poder cultivar hábitos simples, como comer carne com quiabo, tirar o bico do pastel e pingar pimenta no recheio e passear pela Serra do

Cruzeiro, ao entardecer, contemplando a cidade de que tanto gostava. Mesmo ali, havia sempre um policial vigiando JK. Membros da Arena escondiam-se, para não lhe dirigir a palavra.

Comprou 310 alqueires de terra a 18 km de Brasília, entre os rios Corumbá e São Bartolomeu. Passou a cultivar, na fazenda, café e banana. Exercia ali as atividades pecuaristas que tanto lhe agradavam. A casa foi projetada por Oscar Niemeyer e representava a exigência de adesão ao Planalto Central, bem como a necessidade de trabalhar o cerrado e impulsionar a agricultura, a partir de Brasília.

Para Juscelino, Brasília não deveria ser apenas uma cidade artificial e elitista, voltada exclusivamente para a administração pública, isolada das questões sociais e dos principais centros “problemáticos” da nação. Sabia que, apesar de sua fase turbulenta, a jovem capital revelava-se sensível à luta política.

Juscelino Kubitschek começou a escrever um diário, a partir de 1973, encerrando-o dez dias antes de sua morte, em agosto de 1976. Foram, ao todo, 450 páginas.

JK tentou entrar para a vida acadêmica, já que o gosto pelas letras o atingiu depois da proibição política. Queria ser reconhecido como memorialista. Candidatou-se em 1974 à Academia Mineira de Letras, tomando posse em 3 de maio do ano seguinte. Todavia, o ex-presidente sabia que não podia ser descrito como um intelectual.

Os militares foram contrários a JK na Academia, temerosos de que ele se utilizasse dela para promover a redemocratização do país. Começaram as resistências a seu nome. A ABL (Academia Brasileira de Letras)

ficou dividida. As oposições surgiram a partir do ministro da Educação, Ney Braga. Mais tarde, JK teve como adversário, na eleição para a Academia, o poeta, romancista e contista Bernardo Élis, que venceu. Foi a primeira derrota de Juscelino nas urnas.

O ano de 1975 foi traumático para JK, não só pela derrota na ABL. A filha Márcia era infeliz no casamento com Bê Barbará e enfrentava problemas para desquitarse. Entrou na Justiça contra o marido, que a deixara sem nada na ocasião da separação.

JK, como asseguram as páginas de seu diário, amargava os anos de 1974 e 1975. Ficou introvertido e cada vez mais recolhido à fazenda.

No mesmo ano fatídico de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, foi torturado e assassinado (no dia 25 de outubro). Roberto Marinho visitou Juscelino no ano seguinte, alertando-o sobre conspirações na linha dura.

No dia 7 de agosto de 1976, Vera Brandt recebeu um telefonema do jornalista Hélio Marcos Doyle, perguntando-lhe se era verdade que o amigo Juscelino havia sofrido um acidente fatal. Eram boatos. JK estava em sua fazenda. Sobre o episódio, JK chegou a comentar com a fiel amiga que ele seria mais útil ao país morto do que vivo. "Morto eu poderei rezar por vocês lá em cima", disse em tom melancólico.

Em 19 de agosto, hospedou-se na casa do sobrinho Carlos Murilo, em Brasília. Tinha recebido um convite do ex-governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, para estudar o problema energético brasileiro, num encontro de confraternização dos membros e colaboradores da

Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Fez um balanço de sua vida e concluiu que já havia feito tudo o que poderia fazer. Manifestou o desejo de morrer. Embarcou para São Paulo no dia 20 de agosto. JK jantou numa mansão no Jardim América, onde se deu a confraternização. Durante o jantar, desconversava quando perguntado sobre os planos para o próximo aniversário, que se aproximava. À noite, compareceu à reunião da comissão interestadual. Manifestou preocupações com a inflação e interesse pela questão palestina.

Repentinamente, JK decidiu retornar ao Rio de Janeiro de carro. Pediu que o motorista José Pereira Neto o conduzisse ao quilômetro 2 da Via Dutra, onde seu amigo e motorista Geraldo Ribeiro, então com 63 anos, estava esperando-o. JK carregava um livro nas mãos. Como de costume, acomodou-se no banco traseiro.

O Opala dirigido por Geraldo bateu violentamente contra uma carreta. Foi arrastado por uns 40 metros até um capinzal, à margem da estrada. Os motoristas que ali paravam começavam a chorar ao se darem conta de que a bordo do Opala estava o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, reconhecido pelas iniciais que trazia na camisa, pelos documentos e pela passagem aérea. Nesse dia, JK tinha um número de telefone, no bolso, anotado em um cartão. Esse telefone poderia ter evitado a tragédia. Era o meu número.

Fazia algum tempo que não nos víamos e o encontro, naquela noite de sexta-feira, ocorreu no Hippopotamus. Tínhamos saído, uns amigos e eu, para jantar e, de repente, aparece Juscelino, escoltado por Adolpho Bloch, o dono da *Manchete*.

Acertamos o almoço para o domingo. Juscelino viera a passeio a São Paulo e planejava ir a Brasília no domingo. Almocei com JK, no restaurante La Tambouille, acompanhado pelo Adolpho Bloch e pelo jornalista Mauro Ribeiro, então meu assessor e velho companheiro. Ao final do encontro, quase no anoitecer, insisti com Juscelino para que dormisse na minha fazenda, em Campinas. Prometi-lhe que, no dia seguinte, seguiríamos para Brasília, num jatinho da Volkswagen, onde eu era diretor. Mas o ex-presidente alegou que tinha, no Rio, naquela noite, um compromisso inadiável. Mesmo assim, anotei meu número de telefone e dei para ele. Ele não ligou, e eu fiquei absorvido com minhas tarefas na fazenda.

As dez horas da mesma noite de domingo, dia 22, recebi o aviso do acidente mortal. Minha ida a Brasília tinha ficado para o dia seguinte. Um ex-diretor da Volkswagen me chamou: "Mário, você soube que o Juscelino acaba de morrer, em um desastre na Dutra?". Entre seus pertences, JK possuía um papel com meu telefone anotado. O avião que me levaria para Brasília, na segunda-feira de manhã, levou-me ao Rio, para um dos momentos mais tristes de minha vida.

A fatalidade colheu Juscelino no dia 22 de agosto de 1976 (22 de Agosto, como meu antigo Centro Acadêmico da PUC-SP). Se houve alguma parceria, em sua chorada morte, foi a da ironia: o homem que mais abriu estradas no Brasil morreu em uma delas.

Logo começaram a criticar a Via Dutra. Tratava-se de uma velha estrada, com curvas acentuadas, palco de muitas mortes por desatenção.

Dona Sarah, quando avisada sobre a morte do marido, não acreditou, julgando tratar-se de mais um alarde da mídia. Daquela vez, não era. O corpo de Juscelino foi velado no hall do edifício da *Manchete*, na Praia do Russel. Os diamantinenses choravam. Comerciantes fechavam as portas, ao saberem da triste notícia. Os peritos concluíram que a causa da morte fora uma ação contundente, com esmagamento na cabeça, tórax e abdome.

Estavam presentes no velório do ex-presidente o arquiteto Oscar Niemeyer, o urbanista Lúcio Costa, os marechais Odílio Denys e Cordeiro de Faria, o prefeito Marcos Tamoyo, o historiador Hélio Silva, os ex-governadores Chagas Freitas, Carlos Lacerda e Negrão de Lima. O presidente Ernesto Geisel convocou Sylvio Frota, ministro do Exército, e Armando Falcão, ministro da Justiça, irritado por não ter sido avisado da morte de Juscelino na véspera.

Embora houvesse relutância de outros militares, Geisel estabeleceu luto oficial. Não queriam deixar a bandeira a meio pau e Geisel ordenou que fosse hasteada. O ministro Sevro Gomes e eu, presidente da Fundação Projeto Rondon, fomos para assistir a missa de corpo presente. Arrasado, acompanhei o funeral de JK até o Cemitério da Saudade, em Brasília.

A massa do cortejo fúnebre cantava o Hino Nacional, o Hino à Bandeira, a Valsa do Adeus e o Peixe Vivo (*Como poderei viver/sem a tua, sem a tua companhia*). O corpo do fundador da cidade foi recebido como manifestação política de um povo descontente com o regime.

Oscar Niemeyer desenhou a sepultura de JK. Especulava-se que a morte do ex-presidente tivesse sido alvo de conspiração, comparada à morte do filho da estilista Zuzu Angel e de outros casos internacionais de conspiração.

João Goulart morrera misteriosamente em 6 de dezembro de 1976, no exílio, deixando margem para as desconfianças em torno do acidente que matou JK no mesmo ano. Dona Sarah manifestou-se publicamente, declarando suas suspeitas quanto à fatalidade, mas as autoridades pressionaram a família a não insistir.

Aqueles que aceitavam a hipótese do acidente acentuavam a insegurança crônica das estradas.

Soube-se que JK e Geraldo Ribeiro haviam parado no Hotel Villa-Forte, pouco antes do acidente fatal. Um mês depois, uma carta de leitor publicada na página quatro do *Diário de S. Paulo* revelou que Juscelino teria feito outra parada, entre Roseira e Aparecida do Norte, nas imediações da gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Hoje, graças ao Memorial JK, os feitos e fatos de nosso presidente e sua história se mantêm vivos. Anna Christina Kubitscheck, que preside o memorial, também me falou da grande importância que tem para ela essa iniciativa:

Atuamos em uma instituição que possui uma identidade muito profunda com a história e a memória da cidade. Por outro lado, devemos estar sempre atentos aos avanços tecnológicos e buscar manter-nos atualizados com o que há de mais moderno nessa área, tentando atender as necessidades cada

dia mais exigentes da população de Brasília. Os equipamentos que tornam a visita ao museu mais confortável e informativa são importantes, mas, para nós, é fundamental manter vivo o espírito inovador e enaltecer os ideais políticos de um dos personagens mais importantes da história recente do Brasil. Possibilitar que os jovens conheçam melhor a história da fundação de Brasília, repleta de exemplos de grande determinação e coragem, contribui também para torná-los cidadãos mais conscientes. Como guardiã da memória da cidade, esse tem sido nosso grande desafio.

A opinião dela sobre o avô não podia ser menos carinhosa e lúcida:

Meu avô foi um brilhante tocador de sonhos. Tinha grande imaginação e visão do futuro. Liderou as transformações mais sólidas e profundas de nossa história, da industrialização acelerada à conquista do interior, com investimentos maciços em energia e transportes, construção de Brasília, educação e saúde etc. É fundador do Brasil moderno. Dizem que era contemporâneo do futuro. E é mesmo. O que seria do Brasil de hoje, sem o sucesso espetacular do Plano de Metas? O governo JK deixou bases sólidas para o desenvolvimento nacional. Ele sonhou até o fim com um Brasil democrático, desenvolvido, mais justo e feliz.

Findos os dados biográficos de nosso querido presidente, o peixe-vivo JK, acho prudente esmiuçar

o assunto da inflação. Todos sabemos – e inclusive manifestei isto na introdução deste livro – que a inflação é um tema recorrente, quando se fala em Juscelino Kubitschek. Lamento que seja associada a ele, de uma maneira com a qual não concordo. Sobre essa associação também opinou Aníbal Teixeira, cujo relato sempre vem acompanhado de um dado novo, curioso para todos nós:

O impacto que ocorreu na moeda derivou de uma coisa muito interessante. Uma vez conversando com o Juscelino, nós chegamos a uma frase: 'reforma agrária é um caminhão'. Nós tínhamos um latifúndio brasileiro que não usava moeda, e, de repente, as estradas levavam o caminhão que furava esse esquema, quebrando o monopólio de que não havia papel moeda. Daí houve realmente uma pressão inflacionária derivada da expressão do mercado interno. Do ponto de vista da construção de Brasília, ele usou alguns recursos, por exemplo, na parte da habitação. No entanto, a maior inflação do Juscelino foi 26% ao ano, que hoje nem se compara aos índices inflacionários do governo Sarney. Desse modo, não a vejo como uma inflação muito expressiva, tendo em vista que nós monetizamos a economia. Ele conseguiu jogar o dinheiro do Estado nestes pontos de germinação: energia, transportes e indústria pesada. Ele também trouxe a iniciativa privada estrangeira, com o capital de risco. Em conclusão: ... ele teve uma visão muito boa da economia, mesmo não sendo um especialista. Ele tinha uma equipe muito boa, que deu sustentação a essas ideias. Foi de fato uma revolução, na qual o Brasil deu um grande passo em direção ao futuro.

Quando pedi que Aníbal opinasse sobre a importância de JK para o Brasil – e, confesso, é uma pergunta de difícil resposta, porque é complicado sintetizar numa única resposta quão importante Juscelino foi e ainda é para a história do país – ele, surpreendentemente, conseguiu fazê-lo de uma maneira que achei bastante interessante. Disse:

Juscelino antecipou o que hoje são os caminhos críticos do Brasil, trazendo a ideia da energia e transporte. Com a ideia da eletricidade, da indústria pesada e do transporte, Juscelino foi o homem que descobriu o caminho para o Brasil sair do subdesenvolvimento. Foi um homem que conseguiu colocar o Brasil como um país viável.

Fiz a mesma pergunta a Aristóteles Drummond, que, digamos, conseguiu contextualizá-la com situações presentes. Aristóteles acredita que JK deixou uma escola política que está orientando uma nova geração:

É o caso de Aécio Neves. O jovem político mineiro empreendedor, ousado na gestão do Estado, fez do Centro Administrativo Tancredo Neves uma 'Brasília em BH'. Aécio fez-se presente em todo o Estado, sempre de bom humor, afetuoso, generoso, fazendo política sem ressentimentos e futricarias. Outro é o Sergio Cabral, do Rio, que gosta de referir-se a JK, lembrando sua forma de fazer política, pensando mais no fazer e acontecer do que na troca de acusações e na exploração dos sentimentos de um povo sofrido.

Concordo! JK foi um homem que soube plantar e até hoje colhemos frutos de sua visão.

Para Anna Christina Kubitscheck, aqueles que mencionam seu avô como pai da inflação “são ignorantes da vida econômica do Brasil”. Para ela, isso tudo é insensato. Diz assim: “Acho curioso que alguns críticos insistam nessa tolice de pai da inflação. Até porque ela foi reduzida e controlada logo depois, inclusive no começo da ditadura militar. Se deixaram crescer de novo é culpa do meu avô? Que insensatez! Gosto muito de uma frase do presidente Tancredo Neves, que entendia muito de finanças, que diz que com aquela inflação de 20% o Juscelino realmente fez os cinquenta anos em cinco!”

Ela explica seu ponto de vista, com o qual também estou de acordo: Houve, sim, inflação, mas inflação programada e prevista; portanto, comandada. Em 1956, nossa inflação era da ordem de 19,2%. Em 1960, ela atingia 30,9%. Um aumento, portanto, compatível com o desenvolvimento nacional realizado na administração Kubitschek. A despeito desse aumento, tivemos no período JK um desenvolvimento nunca visto, nem antes e nem depois dele. A inflação mensal ao longo dos seus cinco anos não excedeu a 1% ao mês.

Diante das opiniões de meus entrevistados, devo também opinar. Minha experiência e vivência política nos anos JK me levam a observar que a frustração das gerações tem sido muito grande, porque ninguém pode acreditar que o Brasil tenha nascido para ser uma pequena ilha no universo das nações. No regime militar, dizia-se que o Brasil tinha uma renda estimada em 500 milhões de dólares, mas os solavancos do

desenvolvimento frustraram gerações de brasileiros. Entretanto, há uma coisa que se mantém, em minha opinião, em todos esses anos: o Brasil tem um caudal submerso de bom senso. Se observarmos a evolução econômica, veremos que, na imigração, na indústria do café, na era Vargas, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, há um caudal que empurra o Brasil para a direção correta. E, a meu ver, o mais importante que Lula fez, de longe, foram os oito anos de paz social, em que todo mundo trabalhou livremente com a estabilidade de saber que as coisas de hoje serão respeitadas amanhã. Esse é o grande legado dele. No caso de Getúlio, o mais importante foi a legislação trabalhista, porque criou instrumentos que evitaram conflitos sociais mais importantes. Isso preparou o Brasil para uma época de inflação desenfreada que, de outro modo, nos teria levado mais cedo a novas guerras civis. Faltou apenas aos líderes civis naquela ocasião o bom senso de dizer: “Vamos para as eleições, isolaremos o Castelo Branco e daremos sustentação para que ele passe dois anos sem ter problemas maiores”. Mas isso não foi possível.

Agora, dentre as alternativas que o Brasil tem para crescer, só vejo uma que pode impedir que o país tenha um crescimento permanente. Trata-se da balança de pagamentos, que no Brasil sempre foi, junto à balança comercial, um dos grandes entraves do desenvolvimento constante. Embora tenhamos progredido, o Brasil ainda é um país fechado. Será necessária ao comércio exterior uma amplitude muito maior. E quando digo que é um país fechado, não estou falando apenas do volume de importações ou exportações. De 2,2 trilhões de dólares,

ainda estamos com um total de comércio na ordem dos 550 bilhões de dólares, o que dá 17%. Creio que o Brasil tenha condições para alcançar a marca dos 25, 27, 30% - e deveria persegui-la.

Precisamos criar isso, e crescer muito mais do que só com as grandes importadoras. Não podemos imaginar sempre que o capital externo vai financiar-nos pelo aporte de empreendimento. Nós vamos ter talvez mais 5, 10 anos com entradas de 30 a 50 bilhões de dólares de investimentos externos diretos por ano no Brasil, porém são empreendimentos que maturam, a longo prazo, e quando se têm deficits na balança de pagamento, têm-se os deficits exigidos a longo prazo.

Nós podemos ter reservas neste país para chegar próximos ao que tem a Coreia, dado o tamanho de nossa economia. Claro, precisaremos fazer manobras importantes. O Brasil, em 2011, exporta cerca de 180 bilhões de dólares, investidos direta ou indiretamente no exterior. Esses recursos vão começar a gerar atenção e investimentos, e fazem parte da abertura internacional do Brasil. Precisamos abrir a cabeça e correr o risco do investimento externo. Digo isso porque temos as condições de influir e pesar no exterior. Na medida em que percebemos a força política das multinacionais, notamos que o governo se utiliza dessa força. A força de um país internacionalmente se manifesta pelo número de empresas que ele tem no exterior. Vencido o constrangimento da balança de pagamentos, acho que teremos condições de manter 20 anos de crescimento constante, entre 5% e 7%. Precisamos encontrar

compradores para os produtos brasileiros, inclusive o petróleo. Acho que o pré-sal será muito importante e que o Brasil tem as condições agrícolas para fazer 200, 220 milhões de toneladas de grãos.

Quando fizemos o programa de Juscelino, objetivava-se chegar a 100 milhões de toneladas em 1970, e só agora fomos atingir os 147 milhões! Acho que tudo isso deve ser pesado pela nova administração e, se houver esse nivelamento, o Brasil tem todas as condições de fazer 5 a 7% sem inflação, chegando ao modelo da China. Uma geração pode fazer muito por um país. Duas gerações não são nada na vida de um país, mas consolidam o progresso que o Brasil certamente tem.

A figura de JK

Brasília, março de 2005 – Foco

Por Aristóteles Drummond

A personalidade, a obra e a presença política de JK devem merecer novas abordagens quando dos 45 anos de Brasília no próximo 21 de abril. E pode ser de grande utilidade para a classe política, tanto governo quanto oposição. Afinal, JK conquistou o sonho de todo homem público que é o reconhecimento da história, serenadas as paixões, passado o tempo.

A primeira lição do político que foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, governador de Minas, presidente da República e senador é a de que a base de sustentação de sua carreira foi o fato de ter sido um dirigente realizador, inovador e dinâmico na sua passagem pela prefeitura da capital mineira. No Palácio da Liberdade, apesar dos problemas econômicos e do tumulto político, renovou a marca da competência e da ousadia no comando do Estado. A presidência foi uma decorrência natural, com o notável plano de metas e a construção de Brasília. Sua trajetória demonstra que homem público tem de realizar, inovar, ousar e credi-

tar que o Brasil é maior que as dificuldades e as crises.

A segunda lição se aprende ao observar o temperamento de JK, marcado pela alegria, o sorriso, a cordialidade e a generosidade. Tomou posse meses depois de um movimento militar que visava a impedir o respeito à vontade das urnas, enfrentou logo um levante de oficiais da Aeronáutica. Respondeu com pronta e generosa anistia, sem alarde, e esvaziou a importância das manifestações dos inconformados e manipulados militares, jovens e idealistas.

Depois de 64, quando sofreu a injustiça de uma perda de direitos políticos inspirada no trabalho de Carlos Lacerda e um grupo de udenistas então influentes, que, inclusive, insuflaram setores militares, reagiu sempre com grandeza, sem nunca demonstrar mágoa ou justo ressentimento. Afinal, recebeu pedido de apoio do Marechal Castelo Branco para sua candidatura presidencial. Nele votou e, semanas depois foi atingido por ato revolucionário. JK obviamente nada tinha de subversivo, comunista ou corrupto. Tan-

to que, mais adiante, quando da formação da Frente Ampla, aceitou o convite de Lacerda e com ele chegou a conviver no final da vida de ambos, sem nenhuma marca de cobrança das deformações de julgamento de que for a vítima.

Viveu em estado de permanente otimismo, com o Brasil, com a vida, cercado de amigos e admiradores. A dignidade com que se portou, a modéstia de seus hábitos e de sua vida pessoal simples e austera, o sentido de companheirismo com a mulher e do carinho com as filhas e netos são marcas que enobrecem a personalidade de quem soube ser um cultor da amizade e da memória de sua mãe, Dona Júlia. Não escondia sua admiração pelas grandes obras dos governos militares, passando por cima das incompreensões de que era vítima pelo grupo no Poder.

O exemplo de JK ganha força quando se percebe que o momento político que vivemos tem as marcas da intolerância de uns, das idiosincrasias de outros, dos preconceitos dos que carecem de espírito cultural e social de nosso país. O reconhecimento que alcançou é fruto da combinação do dinamismo do homem público com a generosidade da figura humana rica e bonita. Como lembra Pedro Rogério Moreira em seu livro, o sorriso era uma marca de JK.

Nada mais educativo do que a reflexão sobre esse exemplo, de cuja época os mais moços ainda encontram referências testemunhais, na família, na política, na literatura. Muitos ainda se lembram de fatos que marcaram a vida desse brasileiro singular, que deve formar como imperador Pedro II a dupla que mais perto se aproximou do consenso nacional.

A política mineira, que dá exemplos de convívio ao Brasil desde o Segundo Império, em que até o emocionalismo das disputas que marcaram os últimos 40 anos do século passado foi ultrapassado, pode apontar ao Brasil a viabilidade do bom convívio das forças políticas em benefício do bem comum.

Afinal, precisamos deste conjunto que fez de JK estadista consagrado por seus contemporâneos. Mais realizações, melhor convívio e menos ressentimentos entre os atores que fazem o momento importante que vivemos.

JK e a coragem da ambição

Brasília, Setembro de 2010 – Correio Braziliense

Por Mario Garnero

Falar de Juscelino Kubitschek pode parecer algo corriqueiro, sem muito mais o que dizer. Mas, para mim, é mais do que um prazer, é algo que faria pelo resto da minha vida. Ele não foi somente um dos presidentes do Brasil. JK foi o melhor presidente que o País já teve.

Tudo começou quando Juscelino, ainda menino, queria ser um dos melhores da sua sala, no colégio. Responsável, vaidoso e inteligente, é assim que seus companheiros do primário o caracterizavam. No início do século XX, JK ou Nonô, como era mais conhecido, fazia questão de estar entre os primeiros.

No seminário, JK tomou gosto maior ainda pela leitura. Foi aí que começaram os sonhos de chegar à faculdade de Medicina. Principalmente pela influência que recebera do Dr. Álvaro Mata Machado, médico e ex-senador na Constituinte Mineira. Dr. Álvaro encorajou Juscelino ao dizer que o Brasil só cresceria como um país de verdade se estivesse nas mãos de um médico. Mal sabia que um dia o pequeno Nonô viria a

se tornar um dos maiores presidentes que o Brasil já teve.

Depois de seu primeiro emprego formal, como telegrafista em Belo Horizonte, e da faculdade de Medicina - que pagou com muito esforço e trabalho árduo durante as madrugadas mineiras, digitando o código Morse - até atingir o maior posto na nação, a ascensão de JK foi digna de cinema.

Tudo que JK fazia era realizado com atenção, disciplina e dedicação. Seja como prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais, ou presidente, JK sempre teve a vontade de construir algo grandioso, nos mesmos moldes das coisas que vivenciou em Paris, Berlim, Viena e outros locais em que esteve durante seu estágio como médico na Europa. Nessa época, Juscelino percebeu como o mundo era grande, e como muito mais poderia ser feito para que o Brasil pudesse avançar.

Mais tarde, em suas próprias palavras: "O Brasil possui enormes espaços vazios que podem e devem ser integrados na atividade econômica nacional. Seria infantil acreditar que grupos

financeiros privados tomassem a iniciativa de um pioneirismo altruísta, criando núcleos de irradiação civilizadora nas imensas áreas não aproveitadas da Amazônia ou dos grandes estados do Oeste”.

Juscelino provou que suas ideias eram viáveis quando começou a construir estradas, possibilitou a instalação de indústrias, melhorou a saúde com a erradicação de endemias e mostrou ao povo brasileiro que o complexo de vira-lata não era mais nada do que somente um estado de pensamento, e assim sendo, poderia ser alterado. Brasília. Foi o que ele fez. Deu ao brasileiro mais de um motivo para acreditar que crescer era possível.

As linhas acima são somente uma pequena amostra do que JK significou para o País.

Mas, porque alguém se daria ao trabalho que reavivar as saudades de uma pessoa que tanto significou para uma nação? Simplesmente porque esta pessoa é Juscelino Kubitschek de Oliveira, que um dia fora meu chefe. Convivi durante muitos anos lado a lado com JK, trabalhei com ele e para ele coordenando em São Paulo sua campanha para as eleições de 1965.

Não preciso nem dizer que JK reunia uma força gravitacional. Todos que estavam com ele sentiam que tudo era possível, desde que acreditássemos fielmente.

Os meses que passei ao seu lado foram tempos que me encheram de alegria e esperança. As viagens de carro, de avião, as palestras, as madrugadas, tudo não foi em vão. Mesmo aqueles que tentaram tirar-lhe a alegria de viver, quando do golpe de 1964, reconheceram que Juscelino mudou o Brasil. Para aqueles que ainda não conhecem, vale a pena visitar o Memorial JK, em Brasília.

Depois que JK nos deixou, em 1976, muito foi escrito sobre ele. Livros, artigos, filmes e minissérie. Cada uma dessas produções retrata um pouco de sua vida, de suas obras. Neste momento, estou preparando um livro em homenagem a nosso querido e eterno presidente. Em cada pessoa que estou entrevistando, em cada material que estou lendo, busco os traços de sua personalidade. Em breve, darei a minha homenagem a Juscelino Kubitschek, um homem com a coragem da ambição.

** Mario Garnero é presidente do grupo Brasilinvest.*

Bibliografia

BOJUNGA, Claudio. JK: O Artista do Impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DRUMMOND, Aristóteles. Relatos da Vida: um conservador integral: ensaios sobre economia, política e personalidades. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 2009.

GARNERO, Mario. Jogo Duro: o caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas. 3ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

_____. O Lugar do Brasil no Mundo: uma visão sobre a participação brasileira no mercado global. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2008.

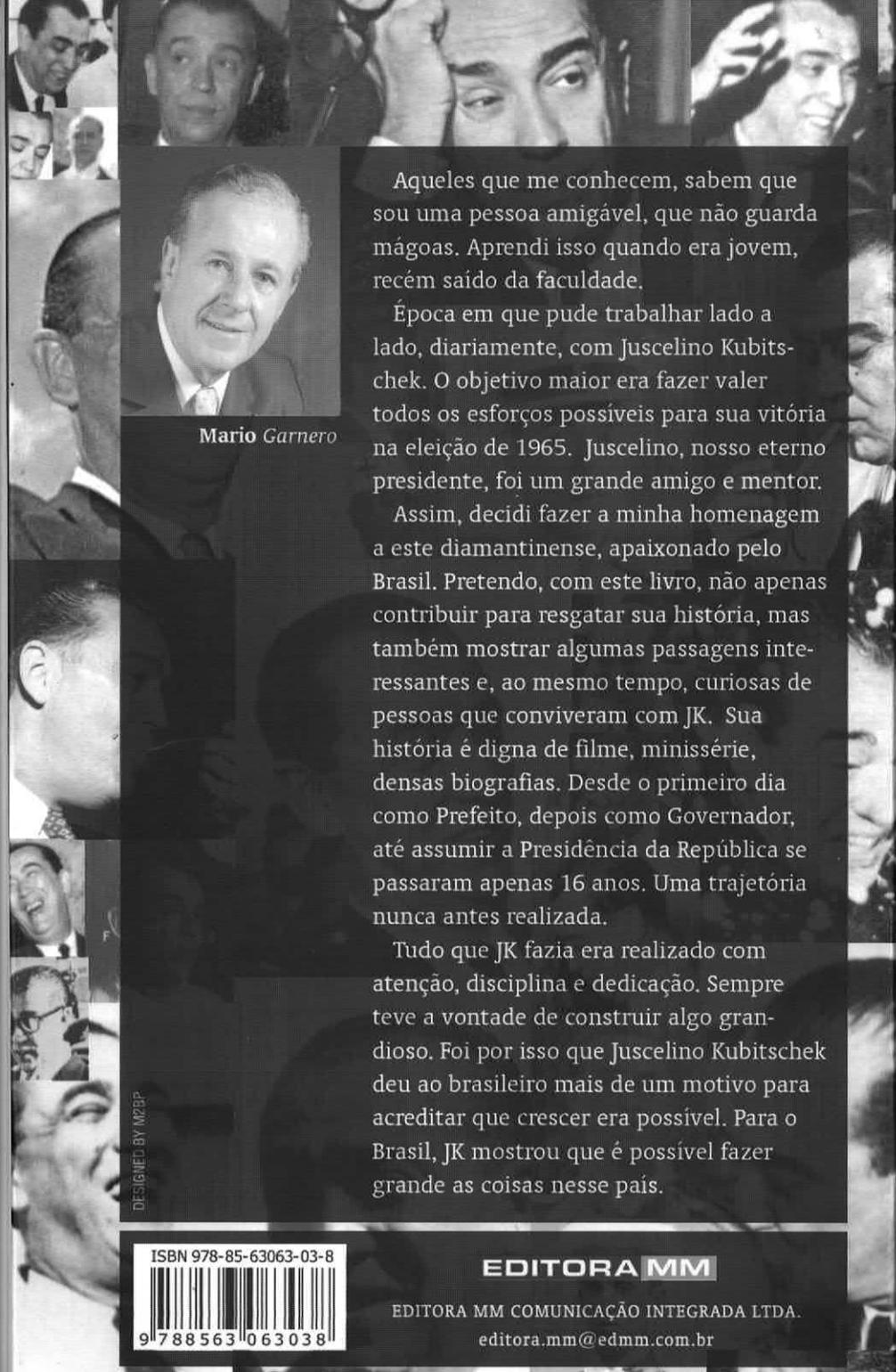
HELIODORO, Affonso. JK Exemplo e Desafio. 2ª ed. Brasília: Thesaurus Editora, 2005.

_____. O Memorial JK: um monumento e centro de cultura. Brasília: Verano Editora, 1996.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. A Marcha do Amanhecer. São Paulo: Editora Best Seller, 1962.

TEIXEIRA, Aníbal. A Bomba. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1981.

_____. Vida e Obra de JK. Brasília: Instituto JK, 1982.



Mario Garnero

Aqueles que me conhecem, sabem que sou uma pessoa amigável, que não guarda mágoas. Aprendi isso quando era jovem, recém saído da faculdade.

Época em que pude trabalhar lado a lado, diariamente, com Juscelino Kubitschek. O objetivo maior era fazer valer todos os esforços possíveis para sua vitória na eleição de 1965. Juscelino, nosso eterno presidente, foi um grande amigo e mentor.

Assim, decidi fazer a minha homenagem a este diamantinense, apaixonado pelo Brasil. Pretendo, com este livro, não apenas contribuir para resgatar sua história, mas também mostrar algumas passagens interessantes e, ao mesmo tempo, curiosas de pessoas que conviveram com JK. Sua história é digna de filme, minissérie, densas biografias. Desde o primeiro dia como Prefeito, depois como Governador, até assumir a Presidência da República se passaram apenas 16 anos. Uma trajetória nunca antes realizada.

Tudo que JK fazia era realizado com atenção, disciplina e dedicação. Sempre teve a vontade de construir algo grandioso. Foi por isso que Juscelino Kubitschek deu ao brasileiro mais de um motivo para acreditar que crescer era possível. Para o Brasil, JK mostrou que é possível fazer grande as coisas nesse país.

DESIGNED BY MZBP

ISBN 978-85-63063-03-8



9 788563 063038

EDITORA MM

EDITORA MM COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.
editora.mm@edmm.com.br